

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
POLÍTICA

JOSÉ LUIZ FERNANDES CERVEIRA FILHO

RECUPERAÇÃO AMBIENTAL EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO
PONTAL DO PARANAPANEMA: UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA
DO PROGRAMA PONTAL VERDE

FLORIANÓPOLIS, 2003

JOSÉ LUIZ FERNANDES CERVEIRA FILHO

**RECUPERAÇÃO AMBIENTAL EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO
PONTAL DO PARANAPANEMA : UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA
DO PROGRAMA PONTAL VERDE**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Julia S. Guivant

FLORIANÓPOLIS - 2003

À vida toda pela frente : Sofia.
À minha saudosa mãe Italia, em
seu esforço para que eu me
tornasse sujeito de minha história.
Às famílias assentadas do Pontal
do Paranapanema, por
recuperarem uma parte não
contada da história do Brasil.

Agradeço à Doutora Julia Guivant, pela oferta de novos conhecimentos que, entre outras coisas, possibilitaram-me a compreensão da sociologia política como uma grande ferramenta de percepção da realidade. Também pela paciência que tivera ante a minha inexperiência acadêmica, por vezes manifestadas em ‘crises de ansiedade’.

Agradeço à minha família pela força, especialmente à Kéka, pela maneira que achou de ajudar o Brasil a redistribuir renda, tirando a patuléia do atoleiro em diversos momentos, da vida.

Agradeço aos meus amigos do Paraná, principalmente por aqueles ‘empurrões’ que nos levam para frente.

Agradeço aos ponte-pretanos Maluly e Norder, pela importância que tiveram na condução deste trabalho, do início ao fim.

Finalmente agradeço à Viviane da Rosa, minha companheira de Mestrado, mulher de todas as horas e amiga em todas conquistas.

LISTA DE ABREVIATURAS

APP	Área de Proteção Permanente
ARA	Assessoria de Reforma Agrária
ATRA	Assessoria Técnica de Revisão Agrária
CEAM	Coordenadoria de Educação Ambiental
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CESP	Centrais Elétricas de São Paulo
COCAMP	Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema
CODASP	Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAF	Departamento de Assuntos Fundiários
DEPRN	Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais
DPT	Desenvolvimento Participativo Tecnológico
DRF	Departamento de Regularização Fundiária
DRR	Diagnóstico Rápido Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESALQ	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queirós
FEHIDRO	Fundo Estadual de Recursos Hídricos
FF	Fundação Florestal
GEAF	Grupo Executivo de Ação Fundiária
GFS	Grupo Florestas Sociais
GGA	Grupo de Gestão Ambiental
IAF	Instituto de Assuntos Fundiários
IAPAR	Instituto Agrônomo do Paraná
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF	Instituto Florestal
IGG	Instituto Geográfico e Geomorfológico
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPE	Instituto de Pesquisas Ecológicas
ITESP	Fundação Instituto de Terras de São Paulo
ITR	Imposto Territorial Rural

MI	Ministério do Interior
MP	Ministério Público
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PP	Pontal do Paranapanema
PPI	Procuradoria do Patrimônio Imobiliário
PROÁLCOOL	Programa Federal de Subsídio à Indústria Sucro-Alcooleira
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RFL	Reserva de Floresta Legal
RRA	Rapid Rural Appraisal
RV	Revolução Verde
SAF	Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários
SASP	Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo
SEAF	Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários
SMA	Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo
SJDC	Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo
TAC / CGIAR	Comitê de Aconselhamento Técnico do Grupo de Pesquisa Agrícola Internacional
UDR	União Democrática Ruralista
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
ZOPP	Zielorientierte Projektplanung

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	
Crescimento da população no Pontal do Paranapanema.....	13
Tabela 2.	
Assentamentos da reforma agrária no município de Mirante do Paranapanema (1990/1995)	24
Tabela 3.	
Estrutura fundiária do município de Mirante do Paranapanema (1970).....	25
Tabela 4.	
Estrutura fundiária do município de Mirante do Paranapanema (1985).....	25
Tabela 5.	
Estrutura fundiária do município de Mirante do Paranapanema (1995/1996).....	26
Tabela 6.	
Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema	26
Tabela 7.	
Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema por município (1984/2000).....	27
Tabela 8.	
Capacitação técnica prevista para o Pontal Verde	34
Tabela 9.	
Áreas destinadas à implantação participativa	35

SUMÁRIO

Introdução	1
-------------------------	----------

Capítulo 1

O PONTAL DO PARANAPANEMA – DILEMAS HISTÓRICOS SÓCIOAMBIENTAIS

1.1. Introdução	6
1.2. Caracterização da região	7
1.3. A raiz dos problemas	8
1.4. A ocupação da região.....	10
1.5. A arena política.....	11
1.6. A violência.....	19
1.7. O Pontal no contexto da redemocratização	22
1.8. O município de Mirante do Paranapanema	23
1.8. A institucionalização do ator governamental.....	27
1.9. O Programa Pontal Verde.....	29

Capítulo 2

SUSTENTABILIDADE E PARTICIPAÇÃO

2.1. Introdução.....	37
2.2. O difícil caminho da conceituação	38
2.3. O desenvolvimento rural	40
2.4. A sustentabilidade agrícola	41
2.5. A racionalidade cultural.....	45
2.6. A teoria da estruturação.....	46
2.7. A análise centrada nos atores	50
2.8. A extensão rural.....	52
2.9. As abordagens participativas	57

Capítulo 3**A CONSTRUÇÃO DO PONTAL VERDE**

3.1.	Introdução.....	60
3.2.	A proposta.....	61
3.3.	O novo naturalismo de Moscovici.....	62
3.4.	O início das atividades.....	67
3.5.	O local escolhido.....	69
3.6.	As parcerias.....	70
3.7.	O orçamento.....	76
3.8.	As relações.....	80
3.9.	Os estudos de caso	85
	3.9.1. Área 1.....	85
	3.9.2. Área 2.....	89
	3.9.3. Área 3.....	93
	Considerações finais.....	98
	Referências Bibliográficas.....	102

RESUMO

A Fundação Itesp vem arrecadando parte das terras públicas no Pontal do Paranapanema - SP, possibilitando a criação de assentamentos rurais, e transformando a situação sócio-econômica regional. Parte desses assentamentos encontram-se em intenso estado de devastação ambiental, com elevada taxa anual de perda de solo, o que tem refletido sensivelmente em seus respectivos desenvolvimentos. Diante disso, em 1998, o órgão governamental formulou o Programa Pontal Verde, objetivando promover a melhoria das condições ambientais na região do Pontal do Paranapanema, compatibilizando-as com o desenvolvimento sócio-econômico das famílias assentadas. O objetivo desta pesquisa é fazer uma análise sobre a etapa inicial do Pontal Verde, avaliando as negociações ocorridas entre os vários atores sociais participantes. Para tanto, analisará as formas de ocupação ocorridas na região, observando a íntima relação existente entre o capital privado e a política governamental. Também será discutido, sob o enfoque analítico da teoria da estruturação, as dicotomias presentes nos discursos que visam promover a sustentabilidade relacionando-as às tomadas de decisões por parte dos agricultores. Por último, lançaremos mão de um estudo de caso visando analisar as transformações ocorridas no assentamento Santa Carmem, piloto do Programa, durante o período 1998-2000. Através de pesquisa qualitativas tentaremos compreender as relações desencadeadas no âmbito das individualidades dos atores participantes, e como estas relacionam-se com o cenário macro estrutural, contribuindo para a construção e análise de novos paradigmas. Ao analisar-se o processo de implementação do Programa, buscar-se-á, especialmente, apreender como determinados conflitos / impasses operacionais acabaram por serem convertidos em estratégias de resistências dos assentados ao programa estatal.

Palavras – chave: agricultura, meio ambiente e cultura.

ABSTRACT

Itesp Foudation has been acquiring part of public land at Pontal do Paranapanema – SP, enabling the creation of rural settlements, transforming the regional socio-economic situation. Part of those settlements are in an intensive state of environmental devastation, with high loss of the soil, wich has great impact on its respective development. In face of that, in 1998, a government office elaborated the “Pontal Verde Programe”, aiming to promote an improvement on the environmental conditions of the Pontal do Paranapanema region, making it compatible with the socio-economic development of the settled families. The objective of this research is to make na analysis of Pontal Verde’s initial phase, evaluating the negotiations of the several participating social agents. Thus, it will analyse the way in wich the region was occupied, observing the close relationship between private capital and the governmental policy. The present dichotomies in the talks that aim to promote sustainability relating it to the agriculture’s decision taking, will also be discussed under na analytical approach on the theory of struturing. Finally, we will make use of a study in order to analyse the transformations that happened at Santa Carmem settlement, wich was the programme pilot, during the periods of 1998 – 2000. By means of quantitative research, we will try to understand the relationships that were fosterd under the scope of individual agents, and how these interact in a macro-structural scenario, contributing to the creation and analysis of new paradigms. By analysing the implementation process, one will attempt to, specially, lern from certain operational conflicts / impasses, that ended up being converted in the settled people’s resistance to the State programme.

INTRODUÇÃO

A região do Pontal do Paranapanema, localizada no interior paulista, é muito conhecida por seus conflitos fundiários. Ademais, nos últimos 10 anos, ela tem despertado o interesse de algumas organizações não-governamentais ambientalistas, como, por exemplo, a Associação Mata Ciliar e o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE), que têm procurado desenvolver alguns projetos de preservação do meio ambiente em conjunto com agricultores de comunidades assentadas. Alguns desses projetos possuem reconhecimento internacional, o que tem contribuído para que esses organismos solidifiquem seus trabalhos, principalmente, através da captação de recursos. Além do interesse ambiental, esses projetos têm um outro ponto em comum: a não participação

organismos civis que atuam na região do Pontal, foco dos projetos, foram convidados a participar, mas, entretanto não o fizeram.

“Um novo PONTAL está surgindo, cada vez mais VERDE.” (Itesp, 1998: i). Essa frase, proposta pela Diretoria Executiva do Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (Itesp), foi escolhida para abrir o *Cadernos Itesp nº 2, Pontal Verde: Programa de Recuperação Ambiental nos Assentamentos do Pontal do Paranapanema*, por sintetizar o interesse do órgão em recuperar partes de uma região altamente devastada ambientalmente. Neste Programa, iniciado em 1998, foram reunidas todas as condições para a promoção do bem estar regional: interesse governamental,

legitimação científica, comunidade organizada e rede de parceiros, governamentais ou não. Ele foi apresentado como um projeto agroecológico, vinculado aos paradigmas do desenvolvimento rural sustentável, que objetivava recompor uma determinada área florestal e, concomitantemente, ampliar a renda do agricultor participante. A primeira impressão é de um programa perfeito, sobretudo se considerarmos que a vontade política é um motor central para a implantação de políticas públicas.

Contudo, não foi o que ocorreu. Algumas das metas programáticas propostas no Pontal Verde, como a melhoria das condições sócio-econômicas, não foram totalmente alcançadas. Por quê? Quais foram as dificuldades encontradas pelos promotores do Pontal Verde? Quais foram as deficiências apresentadas pelo órgão fomentador desta política? Como um projeto apresentado pelo governo, com toda a infra-estrutura disponível, é capaz de fracassar em alguns pontos-chaves? É isso que tentaremos responder neste trabalho, que tem por objetivo *analisar o processo da implementação participativa proposta no Programa de Recuperação Ambiental em Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema: Pontal Verde.*

As respostas para estas perguntas podem ser agrupadas nas seguintes hipóteses: 1) *não houve participação ativa dos agricultores na formulação do Programa Pontal Verde, o que ocasionou, entre os técnicos responsáveis pelo Programa um limitado conhecimento das características e necessidades do público alvo.* 2) *Por causa disto ocorreram alguns ajustes e mudanças significativas no Programa, quando este passou a ser implementado, visando atender as demandas que não coincidiam com as expectativas do Itesp. As consequências impremeditadas (Giddens, 1989) das ações tomadas pelos*

técnicos foram as que causaram tal reconsideração do Programa; 3) o Programa desenvolve-se mais pelo empenho de determinados funcionários do Itesp do que pelo entendimento mútuo da rede de atores sociais envolvidos com o programa e pela motivação dos produtores alvo do Programa. Para alguns funcionários, o Programa passou a representar a realização de uma proposta agroecológica, o que não é necessariamente compartilhado pelo restante dos funcionários do Itesp.

Na primeira parte do Capítulo 1, caracterizaremos a etapa prévia à formulação do Pontal Verde identificando os conflitos agrários existentes na região do Pontal do Paranapanema. Nosso objetivo específico é o de demonstrar como a ocupação desordenada tornou-se fator decisivo para a problemática ambiental regional, bem como para a formação do seu atual quadro fundiário. Na segunda parte, apontaremos os fatores que levaram o Pontal do Paranapanema a figurar como uma das regiões mais conflituosas do país nas demandas envolvendo a terra, e como, a partir deste conflitos, emergiu uma nova ordem institucional na região. Por último, pontuaremos os principais itens do Programa Pontal Verde, indicando os atores sociais envolvidos e analisando como o discurso agro-ambientalista passou a freqüentar os gabinetes do Itesp.

No Capítulo 2 concentra-se o referencial teórico-metodológico que embasa este estudo. A partir dos debates envolvendo o desenvolvimento rural sustentável, procuraremos caracterizar as dicotomias presentes nos discursos científicos que defendem a sustentabilidade agrícola e avaliaremos a trajetória do intercâmbio entre os conhecimentos prático e técnico. Através da teoria da estruturação, e com o enfoque analítico centrado nos atores sociais,

observaremos como a racionalidade cultural opera na tomada de decisão dos agricultores, orientando as suas estratégias de produção e de participação em projetos do governo. Por último analisaremos o papel da extensão rural nos programas governamentais que visaram o desenvolvimento da produção agrícola, bem como observaremos as metodologias que buscam promover o desenvolvimento rural com a participação do agricultor.

No Capítulo 3, analisaremos as relações entre os atores sociais envolvidos no Programa, caracterizando a evolução da implantação de estratégias chamadas de participativas, desde a sua concepção até os resultados finais, colhidos por esta pesquisa. Através de uma narrativa abordaremos os principais momentos da fase inicial da implantação participativa, analisando as relações, as parcerias e o orçamento do Programa. Posteriormente, na parte final, apresentaremos um estudo de caso realizado nas três primeiras áreas destinadas à recuperação ambiental, no interior do Assentamento Santa Carmem, no município paulista de Mirante do Paranapanema, procurando dar sentido à ação dos envolvidos, assim como voz aos atores participantes.

Para o levantamento das informações foram realizadas entrevistas com os agricultores assentados participantes do Pontal Verde, entrevistas com militantes de organizações que atuam na região, visitas aos lotes das famílias dos agricultores e coleta e análise de materiais produzidos pelas organizações presentes na região. As entrevistas foram semi-estruturadas, estimulando, sempre que possível, o entrevistado a expor a sua visão dos assuntos que estavam sendo discutidos. Foram entrevistados técnicos extensionistas do escritório regional do Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes

da Silva” (Itesp) em Mirante do Paranapanema, militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de Teodoro Sampaio, militantes do IPE, técnicos da Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema (Cocamp), além das cinco famílias dos agricultores que participaram da etapa inicial do Pontal Verde.

Essas famílias foram acompanhadas através de visitas aos lotes, nos quais o pesquisador percorreu estes, com os agricultores e, por vezes com suas respectivas famílias. Essa técnica de investigação fez com que a maioria dos dados obtidos tivessem caráter qualitativo. Nessas visitas aos lotes, percorrendo o campo e observando as transformações que foram ocorrendo no ambiente físico e através do discurso dos agricultores, foi possível apreender aspectos que entrevistas formais não conseguiriam apontar. O ambiente informal de conversa mostrou-se um espaço adequado para o diálogo entre o pesquisador e os agricultores.

Por último, esclareço que a opção pela técnica do estudo de caso impôs-se por compreendermos que, enquanto modelo de levantamento de dados empíricos, ela permite-nos o acesso a informações privilegiadas e detalhadas sobre a realidade social, onde os processos sociais se desenrolam concretamente. Também, por entendermos que um estudo de caso se caracteriza pela busca da maior profundidade possível de informações e pela sua especificidade, que atua como contraponto à generalidade da teoria, o que nos permite levantar questões que podem passar despercebidas em estudos muito abrangentes.

CAPÍTULO 1

PONTAL DO PARANAPANEMA - DILEMAS HISTÓRICOS SÓCIOAMBIENTAIS

*“Por quê és rio triste? Se hoje ainda te põe em
gala. Quando a lua exala toda sua cor.
Quando o sol se enfeita e se põe a por. Lá da
estrada pessoal já chorou por você. Mas os
homens que não vêem não te deixam viver...
Parapanema, corre do branco”.*

(Trecho da música Parapanema, de Paulo Roberto David de Araújo)

1.1. Introdução

O objetivo principal deste capítulo é o de contribuir para a compreensão do processo de ocupação da região do Pontal do Parapanema. Para tanto,

partiremos da análise de alguns trabalhos acadêmicos da geografia social, considerados fundamentais para o entendimento da questão. Através deles, e também de outras fontes, analisaremos como se deu a ampliação da fronteira agrícola paulista naquela região durante o século 20, quase sempre de maneira desorganizada e predatória. Procuramos pontuar os interesses políticos e empresariais para a região, que, por vezes, constituíram-se em uma só entidade, burocrática e violenta. Principalmente, focalizaremos na forma em que esses fatores, associados a outros de ordem biológica, contribuíram sensivelmente para o atual quadro ambiental e social do Pontal.

Pretendemos assinalar também como esse processo de ocupação geográfica desencadeou o surgimento dos movimentos sociais organizados de luta pela terra na região. Os conflitos sócio-agrários, as conquistas territoriais e a implantação de diversos assentamentos rurais serão mencionados na segunda parte deste capítulo, onde, através da análise da institucionalização da questão agrária pelo governo estadual, procuraremos pontuar as principais linhas de interesse e ação do Programa de Recuperação Ambiental em Assentamentos Rurais: Pontal Verde, formulado com a intenção de promover melhorias sócio-econômicas e ambientais no Pontal.

1.2. Caracterização da região

A região do Pontal do Paranapanema é uma área do território paulista que está situada no extremo sudoeste do estado, no triângulo formado pelos rios Paraná e Paranapanema, limitando-se ao sul com o estado do Paraná e a oeste com o de Mato Grosso do Sul, sendo parte integrante da região chamada Alta Sorocabana. A marcante característica física do Pontal é dada pelo tipo de solo - arenito-caiuá – conhecido como terra mista, de cor

avermelhada, fortemente arenoso e, sobretudo, de fertilidade efêmera. Este solo, pouco compacto, tão logo se lhe retira a vegetação, desfaz-se, sendo facilmente carregado pelas enxurradas e sua degradação torna-se patente após menos de dez anos de uso agrícola.

A erosão acelerada deste tipo de solo vem sendo estudada nos últimos tempos por vários organismos técnicos, notadamente pelo Instituto Agrônomo Paranaense (IAPAR). Segundo alguns dados colhidos neste órgão, estima-se que a natureza leve de 120 a 400 anos para formar 1 cm. de solo. Como no Pontal a ação humana tem gerado perdas de 1,2 a 1,6 cm. de solo por ano, *“quando se perde 20 cm. de solo, perde-se na realidade, o resultado da ação de 2.400 a 8.000 anos de forças construtivas”* (Mezzalin e Arruda, 1965:73 *apud* Leite, 1998:14).

É importante ressaltar que a fragilidade do solo no Pontal tem se constituído em fator de alta preocupação governamental para a região. Podemos dizer que, junto à questão fundiária, este tem sido o foco das políticas públicas para a região. O Programa Pontal Verde, que será apresentado na segunda parte deste capítulo, torna público o interesse governamental na questão ao propor a recuperação ambiental de algumas áreas degradadas através do controle das erosões e do estímulo à produtividade agrícola em consórcio com outras espécies nativas.

Devemos salientar ainda que no início da década de 1940 o governo estadual criou três grandes reservas florestais na região que juntas somavam 297.339 hectares, e que foram invadidas e substituídas predominantemente por pastagens. Durante o processo de ocupação dessas terras reservadas tudo foi válido: desde o suborno de escrivães, juizes e promotores até o

recurso às armas. É importante destacar a ingerência governamental em relação à destruição do meio ambiente natural da região e da ausência de políticas de proteção ambiental, em parte pelo desconhecimento das conseqüências da destruição dos ecossistemas. Calcula-se que, atualmente, apenas 12,5% de vegetação primitiva mantenha-se em pé (Leite, 1998).

1.3. A raiz dos problemas

Até meados do século XIX, na falta de legislação mais adaptada ao trato da propriedade no Brasil, era prática a declaração de posse de glebas de terras por meio de escrituração em livros existentes em paróquias, feita pelo próprio padre, assinada pelo interessado e por algumas testemunhas. Quando se requeria a legitimação da posse em juízo, a autoridade mandava apurar a veracidade das informações constantes no requerimento. A Lei nº 601, de 1850 (Lei de Terras) tentou pôr fim a esse tipo de posse, abrindo, porém, a possibilidade de se legitimarem as terras já ocupadas antes do referido ano.

A área do Pontal do Paranapanema é parte integrante de duas antigas posses de terras. Uma foi denominada Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, com cerca de 700.000 hectares, e a outra, vizinha ao norte, a Fazenda Boa Esperança do Água Pehy, com aproximadamente 600.000 hectares. Embora essas posses fossem ilegais, por terem ocorrido após a promulgação da referida lei, os proprietários tentaram legalizá-las ao declarar que tinham moradas nessas terras desde antes da publicação da lei. Ocorre, também, que, mesmo antes de providenciarem os títulos de suas posses, esses proprietários começaram a dividí-las e vendê-las.

Em abril de 1861, Antônio José Gouveia vendeu a posse da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio a Joaquim Alves de Lima, e com o seu falecimento assumiu o filho João Evangelista de Lima. Segundo consta, este último personagem novamente tentou legitimar a posse, o que ocorreu em 1886. Porém o fez com tamanha inabilidade, tanto na parte jurídica quanto na parte técnica, que o governo de São Paulo concluiu por considerar nula a medição (Fernandes, 1996). De acordo com Leite (1998:46):

“...os títulos originais da posse e domínio particulares sobre as terras da aludida Fazenda foram falsificados criminosamente, com o fim de lesar o patrimônio público. [Os peritos gráficos entenderam que houvera adulteração da assinatura do vigário, ficando comprovado que] o contexto das escrituras dos pretensos vendedores, comprador e testemunha, foram feitas por um só punho”.

Entretanto, mesmo diante deste parecer, o interessado não desistiu: encaminhou petição ao Ministério da Agricultura solicitando permissão para importar colonos estrangeiros na Pirapó-Santo Anastácio, obtendo do ministro despacho favorável, autorizando a localização de imigrantes em sua fazenda. Os termos *“sua fazenda”* foram suficientes e tiveram força de legitimação da sua posse. A partir daí, vendeu, trocou e doou terras.

Para a grande parte da população interessada nas terras estas continuavam devolutas. Uns porque opunham dúvidas ao título, outros por ignorância, parecendo este ser o motivo mais forte para o aparecimento de centenas de pequenas posses na fazenda (Leite, 1998). Outro fato histórico interessante sobre Pontal é o caso da Fazenda Rebojo: esta fazenda foi vendida pelo menos quatro vezes, todas elas por falsos proprietários, antes de ser finalmente desapropriada pelo governo, depois de todos os títulos serem julgados falsos.

Uma parte da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio foi dividida e vendida a inúmeros compradores (aproximadamente 200.000 hectares) e outra parte reservada aos descendentes do proprietário (cerca de 90.000 hectares). Uma terceira parte (100.000 ha.) foi vendida à Companhia dos Fazendeiros de São Paulo, empresa pertencente à família Marcondes. Algum tempo depois esta companhia conseguiu um grande empréstimo junto à bancos franceses oferecendo essas terras como garantia hipotecária, e sendo, contraditoriamente, a Fazenda do Estado de São Paulo a fiadora da transação.

Nos anos 1930 foi criada no Rio de Janeiro a empresa denominada Companhia Imobiliária e Agrícola Sulamericana, também pertencente à família Marcondes, que passou a controlar as terras da Companhia dos Fazendeiros. Esta empresa, mesmo ante às sentenças anteriores que declaravam falsos os títulos, lançou-se à venda de grandes porções de terras na região. Como afirma Leite (1998:45)

“Enquanto os descendentes retalhavam e vendiam a parte que lhes restava da Pirapó-Santo Anastácio, fazendo crescer e movimentar-se a cidade de Presidente Prudente, o Pontal do Paranapanema ia sendo morosamente penetrado e grilado, aparecendo, às vezes, um rancho perdido na solidão da mata tropical”.

1.4. A ocupação da região

Até 1850, a última cidade de São Paulo era Botucatu. Daí para o oeste o território era desconhecido e despovoado, ocorrendo apenas alguns agrupamentos indígenas dispersos pela área. No caso do Pontal, a ocupação do território somente se efetivou com a abertura da Estrada de Ferro Sorocabana, fortemente incentivada pelo governo federal por razões militares

e políticas, que, antecedendo ao café, cortou os sertões no sentido oeste, em busca do rio Paraná:

“Após permanecerem estacionados desde 1889 na vila de Botucatu, os trilhos começaram a avançar, atingindo Manduri em 1906; Salto Grande em 1910; Presidente Prudente em 1917 e Presidente Epitácio em 1922” (Matos, 1974:56).

Na década de 1920, os municípios de São José dos Campos Novos do Paranapanema, hoje Campos Novos Paulista, e de Nossa Senhora de Conceição do Monte Alegre, atual distrito de Paraguaçu Paulista, perderam um imenso território a oeste, criando-se o município de Presidente Prudente a 28 de novembro de 1921, e deste território surgiram todos os atuais municípios da região. Em 1925 foi criado o município de Santo Anastácio e, no ano seguinte, Presidente Venceslau. Dele destacaram-se os municípios onde foram criadas as chamadas reservas ecológicas da Alta Sorocabana: Presidente Epitácio em 1944, Marabá Paulista em 1958, Teodoro Sampaio em 1964 e Mirante do Paranapanema em 1967.

Na virada dos anos 1920/30, em busca de terras para a plantao de café, dirigiram-se para o Pontal pessoas de diversas camadas sociais: comerciantes, especuladores de terras, aventureiros, foragidos da justiça e, também, simples ocupantes de terras, alguns exibindo título de propriedade *“manchado de gordura e amarelecido na fumaça de fogão de lenha”* (Matos, 1974:81). Neste turbilhão, ocorreram conflitos entre os próprios posseiros, em disputa pela mesma terra, e não era raro que os grandes posseiros tivessem a seu lado verdadeiras milícias, visando a expulsão de pequenos ocupantes. A rea da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, apesar de grande, tornou-se pequena em vista do número de títulos que foram outorgados.

1.5. A arena política

Em 1921, o Decreto Federal nº 4.421 criou o Serviço Florestal Brasileiro. Este texto foi regulamentado em 1925, porém foi apenas na década seguinte que surgiram o Código de Caça e Pesca e o Código Florestal, ambos em 1934, que possibilitariam maior fiscalização das autoridades em questões de ataques ao meio ambiente. Contudo, jamais houve um órgão fiscalizador que dispusesse de recursos humanos e materiais necessários à vigilância efetiva de contravenções, ocorressem elas em propriedades privadas ou em públicas.

Se é verdade que as constituições federais jamais trouxeram dispositivo sobre a conservação do meio ambiente, o mesmo não se pode dizer das constituições paulistas. A Carta de 1947, em seu artigo 116, já dispunha que o estado e os municípios preservarão a flora e a fauna criando-lhes reservas invioláveis. Este artigo foi, posteriormente, mantido e enriquecido no artigo 119 da nova Carta, de maio de 1967. Além disso, o Instituto Florestal (IF), órgão ligado à Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo (SASP), existe desde a década de 40.

Somente nos anos 60 a União instituiu o novo Código Florestal e a Lei 5.197, que dispõem sobre a proteção à fauna. Em 1965, foi elaborado o novo Código Florestal Brasileiro, que, no caso do Pontal, mostrou-se tão omissivo quanto o antigo. As punições apontadas pelo Código aos que destróem ou danificam florestas são: prisão de três meses a um ano e multa de um a cem vezes o salário mínimo. Como no primeiro caso os processos-crime são considerados complicados, havendo necessidade de testemunhas e longos

depoimentos, apenas as multas têm sido aplicadas no Pontal. Desta maneira, não são raros os fazendeiros multados mais de uma dezena de vezes.

No entanto, antes mesmo da instituição dos referidos artigos da constituição de São Paulo, o então governador Fernando da Costa criou, em 1941, o primeiro parque estadual no Pontal do Paranapanema, destinado para a conservação da flora e fauna e para o estabelecimento de florestas protetoras. O decreto nº 12.279, de 29/10/1942, em seu artigo 1º, declarou reservada a gleba de terras judicialmente consideradas devolutas nos perímetros que compreendem os municípios de Santo Anastácio, Presidente Epitácio e Presidente Venceslau, com área aproximada de 37.156 hectares.

Alguns dias depois, um novo decreto, de nº 13.049, de 06/11/1942, declara de utilidade pública e floresta remanescente, um terreno com aproximadamente 13.343 hectares. Esta área, mais tarde, ficaria conhecida como Reserva da Lagoa São Paulo. Passados dezenove dias, o Diário Oficial paulista divulga novo decreto-lei, nº 13.075, de 25/11/1942, criando outra área reservada, com 100.000 hectares, a Grande Reserva do Pontal, preenchendo todo o espaço do triângulo formado pelos rios Paraná e Paranapanema. Globalmente, os três imóveis abrangeriam uma área de 297.340 hectares, onde apenas 4% estaria fora da antiga posse da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, correspondendo a área da Lagoa São Paulo.

As decisões tomadas pelo governante assentavam-se nos fatos de ainda reinar na área a disputa de terras por causa da confusão de títulos de posses e porque a frente pioneira na época ameaçava seriamente a integridade das últimas florestas de São Paulo. De fato, em 1940, a chamada

Alta Sorocabana já possuía 275.972 habitantes, 81% dos quais residindo em áreas rurais (Tabela 1).

Tabela 1. Crescimento da população no Pontal do Paranapanema (1940/1950)

	Pontal do Paranapanema		Crescimento %
	1940	1950	
População rural	224.039	321.345	43,4
População urbana	51.943	94.928	82,7
Total	275.982	416.273	52,2

Fonte: IBGE *apud* Leite, 1998.

Até 1940, a ocupação da Alta Sorocabana deu-se apenas ao longo dos trilhos da ferrovia. Somente a partir desta década é que as frentes pioneiras começaram a se afastar da estrada de ferro, em direção às terras mais novas do vale do rio Paranapanema. O fato que deve ser salientado é, sem dúvida, a grande procura de terras no período. A avalanche humana que penetrou pelo sudoeste de São Paulo e norte do Paraná era atraída pelas terras novas, ainda baratas, ou por um pedaço de terra devoluta. Assim, a mão-de-obra rural, que faltava na década de 1930, começou a alcançar sinais de saturação a partir de 1950.

Ao passo que as terras ocupadas por particulares eram defendidas até mesmo à bala pelo seu ocupante, as do estado foram vítimas de aventureiros, grandes e pequenos, que passaram a disputar entre si pedaços de terras que não lhe pertenciam. A primeira reserva a ser destruída foi a da Lagoa São Paulo onde, entre 1920 e 1940, surgiram pelo menos quatro posses: a gleba Caiuá-Veado e as Fazendas Pederneiras / Aymoré, Água Fria e Ingazeiro.

Destas terras, todos os títulos apresentados em juízo foram julgados nulos e todas as suas terras julgadas devolutas.

Neste período, alguns políticos da região começam a pressionar o governo para extinguir a reserva. Ainda nos anos 1940, Francisco de Campos Lima, prefeito de Presidente Venceslau, solicitou ao governo estadual a redução da área da reserva Lagoa São Paulo para 9.800 hectares, sob a alegação de que, na demarcação das terras, os fazendeiros de seu município ficaram sem acesso à água para os animais. Então, acompanhado por vários políticos da região, entregou ao governador um documento cujo teor informava, entre outras coisas, que a manutenção das áreas reservadas impedia o desenvolvimento econômico e social da região.

O pedido foi indeferido pela Secretaria da Agricultura, pois as autoridades estaduais estavam cientes de que a zona das lagoas estava sendo objeto de invasões, sobretudo por pequenos posseiros. Na argumentação de Matos (1974:116):

“...a reserva da Lagoa São Paulo chegou a ser considerada, na década de 40, como o paraíso dos caçadores e pescadores. De São Paulo vinham caçadores ansiosos pela suprema aventura de fisgar um jacaré, ou acertar-lhe um tiro entre os olhos durante a noite, à luz de poderosas lanternas. Vários bares e armazéns de Presidente Epitácio ostentavam jacarés e aves empalhadas, e as serrarias aparelhavam as madeiras originárias das matas tropicais do município”.

Uma medida de caráter administrativo, tomada ainda no governo de Fernando Costa, passou a guarda das reservas ao pessoal do IF, retirando da Procuradoria do Patrimônio do Estado (PPI) a responsabilidade pela integridade das reservas. Contudo, este mesmo governo não dotara o IF de meios necessários para exercer a guarda efetiva das reservas, e as invasões

continuaram, ampliando-se as derrubadas. No início dos anos 1950, apenas um ocupante apossava-se de 11.979 hectares da reserva da Lagoa São Paulo, equivalente a 86% da área total.

Em 1953, uma comissão de PPI foi designada para verificar a situação da reserva. Essa comissão concluiu, *“tendo em vista a impossibilidade de restaurar-se qualquer floresta ou fauna original em face do volume de benfeitorias existentes”* (Leite, 1998:44), pela extinção da reserva. Não obstante, essa comissão foi formada por funcionários do escritório regional da PPI, alguns destes comprometidos com grandes ocupantes de imóveis rurais na área da reserva. Nessa época, já sob o governo Lucas Garcéz, não houve um posicionamento claro do governo sobre o parecer da comissão, e este silêncio significou um incentivo a outras arremetidas sobre as matas, desta vez contra a Grande Reserva do Pontal e a Reserva do Morro do Diabo.

Posteriormente, já no governo Ademar de Barros, outra comissão da PPI, também influenciada por políticos interessados, igualmente concluiu pela redução do tamanho da Grande Reserva do Pontal, sendo, porém, desta vez, deferido o parecer pela SASP. Este despacho, segundo consta, foi comemorado com formidáveis churrascadas entre os grandes fazendeiros do Pontal e, principalmente, serviu de amparo às aventuras imobiliárias daí em diante (Fernandes, 1996 e Leite, 1998).

Os negócios de terra continuavam a realizar-se, supõe-se que em caráter mais especulativo que propriamente com o intuito de aproveitar o solo. Segundo Martins (1980:155):

“Um título de propriedade dava status político ao possuidor; e também econômico, afinal um trato de terra com alguns milhares de hectares abria as portas dos bancos mais conservadores. Daí

o grande ocupante ser chamado 'coronel' em toda a região, quer pelos peões nas áreas rurais, quer pelas quermesses urbanas”.

Neste momento, o café já não representava o mesmo interesse de décadas passadas, abrindo espaços para novas atividades no Pontal, como as culturas do algodão e, principalmente, da pecuária extensiva. Os eventos que envolveram a destruição da Grande Reserva do Pontal e de parte da Reserva do Morro do Diabo devem ser entendidas sob a ótica da redemocratização na era pós-Vargas, e, conseqüentemente, pelo aumento do aparelho político-estatal-burocrático. Destaca-se nesse momento o aumento do interesse por terras no Pontal para a formação de novas área para pastagens, cujas conseqüências foram a posse desmedida da terra e a devastação ambiental quase total.

Nesse âmbito, um exemplo ilustrativo de destruição ambiental promovida pelos que deveriam proteger a natureza nos é dado por uma história que ficou famosa na região: sabendo-se que o recolhimento do Imposto Territorial Rural (ITR) sempre se constituiu na maneira prática de, aos poucos, preparar terreno para a solicitação na justiça, pelo interessado, da alienação do imóvel em seu nome, na cidade de Presidente Venceslau, um grupo engendrou um plano que pudesse legalizar os títulos de posse dentro do perímetro da Grande Reserva do Pontal. O plano, que ficou conhecido como “*golpe da arrematação*”, consistia basicamente em levar a leilão público algumas propriedades. Assim, os arrematantes obteriam, da própria justiça, um documento legalizado que os integraria no domínio da terra arrematada.

Em 1954, por falta de recolhimento de impostos, quinze lotes de 500 alqueires foram levados à leilão, sendo arrematados pelos próprios

interessados. Neste grupo estavam envolvidos autoridades fiscais, o promotor e o juiz da comarca, além dos próprios interessados nos imóveis, naturalmente. Naquele momento, os fiscais do IF nada puderam fazer contra as derrubadas e a retirada das toras de madeira, “...estabelecendo-se uma curiosa situação em que o estado mandava penhorar terras que eram suas a fim de cobrar impostos atrasados sobre essas mesmas terras” (Leite, 1998:87).

Posteriormente, já durante o governo de Jânio Quadros, o estado anulou todo processo iniciado com o leilão, retomando judicialmente parte das áreas reservadas e ditas protegidas. No entanto, a devastação impetrada à Grande Reserva do Pontal já ia longe e, não obstante, fora decisiva para a sua constituição, sobretudo em sua parte noroeste.

Se o “golpe da arrematação” fora constituído por pessoas que relacionavam-se diretamente com o aparelho estatal, no governo de Ademar de Barros um outro engendro, desta vez arquitetado pelo próprio poder executivo paulista em associação com algumas empresas de capital privado, foi o grande responsável pela devastação do que sobrara da Grande Reserva, qual seja sua parte sul junto ao rio Paranapanema e, também, por danificar significativamente a face oeste da Reserva do Morro do Diabo: tratou-se do “ramal de Dourados”.

Na primeira administração Ademar de Barros, a Estrada de Ferro Sorocabana decidiu criar um ramal que, saindo de Presidente Prudente, deveria atingir o Rio Paraná, próximo à confluência deste com o rio Paranapanema. Este trecho ficou conhecido por “ramal de Dourados” pela intenção de ligar-se à outra estrada de ferro já no estado de Mato Grosso do

Sul, em uma referência à cidade sul-matogrossense homônima. Seu traçado cortaria as reservas do Morro do Diabo e da Grande Reserva do Pontal e quando foram definidos o traçado e os pontos de abastecimentos, começou-se um novo movimento especulatório das terras do Pontal do Paranapanema. Fernandes (1996:108) observa que:

“Os mais próximos dos centros de decisão são sempre os primeiros a se aproveitarem do conhecimento dos novos traçados de estradas e ferrovias. Assim, quando a imprensa noticiou o começo das obras, em inícios de 1954, Antônio Emídio de Barros Filho (irmão do então governador Ademar de Barros) e Sebastião Camargo (sócio da Construtora Camargo Correia) já haviam se tornado proprietários de posses na região”.

A construção do citado ramal foi outro duro golpe nas reservas florestais do Pontal. Da especulação de terras reinante durante a sua construção passaria a carrear, mais tarde, milhares de metros cúbicos de madeira com o sacrifício da floresta secular. Enquanto o IF e a PPI eram expostos pela crônica falta de meios para cuidar das reservas e das terras públicas, o governo gastaria milhões na construção de um ramal ferroviário de interesse econômico e social altamente duvidoso. É certo, porém, que uns poucos se beneficiariam com a construção do ramal e no ponto final dos trilhos a Construtora Camargo Correia decidiu construir uma cidade, de 60 Km², batizada de Rosana em homenagem a uma das filhas de Sebastião Camargo. Segundo a pesquisa de Leite (1998:115):

“...de posse das cartas topográficas que continham o traçado dos trilhos, a firma Camargo Correia adquiriu glebas de terras, em pontos diferentes do Pontal, que totalizavam, em 1955, 15.335 hectares, todos com raízes no título da Pirapó-Santo Anastácio”.

Quando a Camargo Correia publicou o edital de loteamento da cidade de Rosana, a PPI o embargou, sob a justificativa de que as terras referidas no

edital eram públicas. A construtora recorreu, juntando documentos que comprovavam a aquisição legal das glebas. Nesse momento, criou-se a esdrúxula situação do governo estadual representando judicialmente contra ele mesmo, e, enquanto não se decidia na justiça a situação do imóvel, os lotes urbanos e rurais começaram a ser vendidos. Em verdade, enquanto se atraíam mais moradores para os povoados, a devastação das matas prosseguia e a madeira de lei era vendida, em toras ou já serradas. Na argumentação de Leite (1998:122):

“Em 1955, da estação da Estrada de Ferro Sorocabana de Presidente Prudente saíram 2.062 vagões carregados de toras e madeira serrada com destino a São Paulo. A estratégia era a do fato consumado: acabando-se com a floresta o Estado perderia o interesse pela área, pois nada haveria a conservar num meio ambiente ecologicamente devastado”.

Os trens do “*ramal de Dourados*” deixaram de circular desde 1978 por dois motivos principais: esgotamento do estoque de madeira do Pontal e a entrada em circulação de ônibus de passageiros com linhas diárias, ligando com mais rapidez as sedes urbanas da área a Presidente Prudente.

Nos anos 50, a imprensa da capital deflagrou uma grande campanha conservacionista, através, principalmente, dos jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, denunciando o tráfico de terras existente e as invasões das reservas florestais. Talvez se pudesse dizer que esse fato significou o nascimento do poder urbano, fase embrionária da nascente industrialização paulistana e, conseqüentemente, o fim dos tempos do coronelismo rural. A opinião pública paulistana se mobilizou na conscientização da importância da preservação das matas e, para os governantes, a campanha mostrava que de nada valia criarem-se reservas florestais nos decretos, se estes não fossem

acompanhados de um conjunto de outras medidas que implicassem sempre aumento de recursos humanos e materiais.

Colocou-se então à mostra a realidade de um serviço florestal anacrônico e desprovido de meios para gerir de forma eficiente os espaços ecológicos reservados. Descobriu-se que para fiscalizar todas as reservas florestais paulistas existiam apenas noventa homens que compunham o destacamento do IF. Não havia um só pequeno avião ligado a esses serviços e nem, ao menos, veículos para os policiais se locomoverem em sua ronda necessária. O descaso do governo por suas reservas tornou-se notório (Leite, 1998).

1.6. A violência

Em virtude do caos em que se encontravam as divisas no Pontal do Paranapanema, os títulos perdiam-se por verdadeiros labirintos de riachos, matas e espigões desconhecidos. Assim, as fazendas eram freqüentemente invadidas por posseiros ou mesmo por famílias que regularmente haviam adquirido terras. No imaginário coletivo do Pontal consta que cada peão contratado para os serviços da fazenda devia, a qualquer momento, tornar-se um agente de segurança, devendo, então, quase sempre, manejar bem as armas. Primeiramente, o posseiro era convidado a retirar-se das terras que ocupava. Posteriormente, passava-se às ameaças, à queima das culturas e à morte dos animais. De acordo com Leite (1998:114):

“...era ali que se reuniam os peões restantes e mais decididos do Pontal do Paranapanema. Trabalhadores mal remunerados, de mãos grossas e calos rijos formados na derrubada de troncos de peroba a machado. Aí se reuniam homens duros, mas de pensar simples, que se decidiram pela posse do terreno fácil, quaisquer que fossem as consequências. Enquanto os Melão, os

Junqueira, os Guimarães, os Camargo Correia, os Marcondes, os Barros, os Andrade, os Macedo, os Armelin, os Cabral lutavam com outras armas nas repartições públicas, na justiça, na assembléia, aos outros sobrava a luta áspera dos mais humildes e por isso mesmo mais cruel, obstinada e sofrida”.

Por outro lado, não possuindo as escrituras das terras que ocupavam, os pequenos posseiros não conseguiam financiamento para nenhum tipo de lavoura ou outra atividade que pretendessem desenvolver. Só mesmo lhe restava recorrer ao auxílio do grande posseiro, que, na maioria das vezes, cobrava 30% do produto colhido. Em verdade, o grande fazendeiro arrendava terras que não lhe pertenciam.

Assim resolviam-se algumas questões sociais no Pontal. Esse era o palco aonde ia se fermentando a convulsão social de resultados imprevisíveis. Este quadro mostra-nos, sobretudo, a que ponto chegaram os conflitos, em decorrência da omissão e hesitação do Estado em tomar posse efetiva do território, que por lei lhe pertencia. Desta maneira, enquanto duravam as discussões políticas, os donos de posses no Pontal jamais deixaram de retirar madeira das florestas.

No início da década de 1960, como em todo o país, o Pontal respirava ares de progresso social, entrando na pauta dos poderes legislativo e executivo federais, principalmente através da institucionalização da luta pela terra promovida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Durante o governo Jango foi promovida uma série de expropriações de terras no Pontal, visando a formação de assentamentos rurais coletivos. Inclusive, devemos destacar que no dia 28 de março de 1964 a União desapropriou um antigo litígio (18.000 hectares) existente no interior da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio. Coincidência ou não,

três dias depois detonou-se o conhecido golpe militar de 31 de março, que, entre outras coisas, cassou politicamente alguns atores políticos que lutavam pela preservação das reservas do Pontal e que promoviam o debate ambientalista, como o ex-governador Jânio Quadros e o deputado estadual Cid Franco, por exemplo.

O período militar teve como marca a vultuosidade de alguns projetos governamentais. No Pontal a presença da União se fez sentir através de projetos hidrelétricos, como os das Usinas de Porto Primavera, Rosana e Taquaruçu, construídas em convênio com as Centrais Elétricas do Estado de São Paulo (CESP), e, também, através de projetos ligados ao Proálcool, como a Destilaria Alcídia de Açúcar e Álcool, que foram contemplados para a região. No plano estadual, a cargo do então governador Roberto de Abreu Sodré, elaborou-se um plano integrado para atender ao Pontal do Paranapanema em que eram metas prioritárias a construção de estradas e de escolas, bem como a abertura de linhas de financiamento à agropecuária.

No início das obras, o quadro foi de euforia. Contratou-se grande quantidade de mão-de-obra, importaram-se peões, planejaram-se verdadeiras cidades operárias, e, justificadamente, derrubou-se parte do que sobrara da Grande Reserva do Pontal. Entretanto, como ocorreu em outros grandes projetos propostos pelo governo militar, foram primeiramente consorciados com o capital privado e posteriormente paralisados.

Por exemplo, o grupo empresarial responsável pela Destilaria Alcídia pediu concordata no final dos anos 70, demitindo cerca de dois mil trabalhadores rurais. Efeito semelhante teve a interrupção da construção da Usina Hidrelétrica de Rosana, que causou o fechamento de 2.500 postos de

trabalho. Ademais, a área alagada pela Usina Hidrelétrica de Taquaruçu desalojou algo em torno de 750 famílias de pequenos agricultores que não foram indenizados nem pelo governo paulista nem pela União. Na análise de Antônio (1993:47):

“Essas obras, com recursos públicos, além de promover a integração econômica na região, proporcionariam a elevação do padrão de vida da população e, sobretudo, criariam a expectativa de mais de trinta mil empregos. Entretanto, a década de 80, se caracterizou pela desaceleração das obras das usinas e pela conseqüente demissão de milhares de trabalhadores. Essa demissão em massa, somadas às enchentes do rio Paranapanema, foram o estopim de uma situação crítica que já existia, renascendo assim o movimento social dos camponeses, e a partir daí toda a organização dos movimentos reivindicatórios por trabalho e terra”.

1.7. O Pontal no contexto da redemocratização

Para apreender a complexidade do atual quadro social regional focalizamos o surgimento, na primeira metade da década de 80, dos movimentos sociais organizados na região. Através de diversas lutas e enfrentamentos, alguns atores sociais foram construindo condições políticas para a troca de experiências, fortemente amparados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Entre esses atores destaca-se a presença de pequenos agricultores, posseiros ou não, atingidos por barragens, ex-arrendatários e bóias-frias.

Além das lutas de resistência dos pequenos agricultores, emergiu, também no Pontal, um novo personagem na luta pela terra: o trabalhador expropriado e expulso de sua terra, o “sem terra”. Em 1983 aconteceu a primeira grande ocupação, com 350 famílias, nas fazendas Tucano e Rosângela, de propriedade da construtora Camargo Correia e da empresa Vicar Agropastoril S.A. Segundo o cadastramento feito pela Divisão Regional

de Promoção Social, 46,5% eram trabalhadores desempregados das obras hidrelétricas, 37,5% eram bóias-frias demitidos da Destilaria Alcídia e 16% eram posseiros ilhéus e ribeirinhos atingidos pelas barragens (Antônio, 1990:50).

A partir de 1984 as terras foram sistematicamente ocupadas, e o governo do Estado, acuado com o aumento da pressão popular, passou a intervir mais decisivamente na região. Em março desse mesmo ano, o ex-governador Franco Montoro assinou os primeiros decretos de desapropriação de uma área de 15.110 hectares para assentar 460 famílias que estavam acampadas na rodovia SP-613. Esses decretos causaram a reação dos fazendeiros da região que, em resposta, criaram a União Democrática Ruralista (UDR) para a defesa institucional de seus interesses. Entretanto, os movimentos sociais não se intimidaram com esta reação e passaram a promover organizadamente uma série de novas ocupações de terras, públicas ou não.

No ano seguinte, na arena política paulista, foram promulgadas duas leis de grande importância para a história da política agrária estadual: a Lei nº 4.925/85, que dispõe sobre a alienação de terras públicas estaduais a agricultores que as ocupem e explorem, e a Lei nº 4.957/85, que dispõe sobre as políticas de aproveitamento e valorização dos recursos fundiários do Estado, prevendo a destinação de terras públicas estaduais para a implantação de assentamentos de trabalhadores rurais.

A partir daí, diversas negociações passaram a ocorrer entre os atores interessados, chegando-se, então, a um acordo: o governo de São Paulo cederia as terras com fins à desapropriação para a reforma agrária, e o

governo federal, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), indenizaria as benfeitorias aos fazendeiros. Possibilitou-se assim a implantação de uma série de assentamentos rurais na região do Pontal do Paranapanema.

1.8. O município de Mirante do Paranapanema

Conquanto as conquistas provenientes de algumas ocupações realizadas nos anos 80, o Pontal entrou definitivamente na agenda governamental para criação de assentamentos rurais somente a partir dos anos 90, principalmente pelos violentos conflitos sociais gerados nas ocupações de terras ocorridas no município de Mirante do Paranapanema.

Neste município, entre 1990 e 1995, uma área com cerca de 13.000 hectares foi ocupada por 1.300 famílias, expondo ao país toda problemática fundiária da região e obrigando o governo, agora de Mário Covas, a agir rapidamente (Tabela 2). O Estado de São Paulo, através do Departamento de Assuntos Fundiários (DAF), atual Fundação Instituto de Terras de São Paulo (Itesp) –órgão vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania (SJDC)-, articulou um departamento exclusivo para a regularização fundiária, o DRF – Departamento de Regularização Fundiária.

Os reflexos do modo desorganizado em que se deu a ocupação da região do Pontal podem ser conferidos em qualquer cartório municipal da região. Por exemplo, o município de Mirante do Paranapanema revela dados de extrema importância. Além da notável depredação do meio ambiente local, muito chama a atenção a solicitação do município junto ao INCRA da revisão do cadastro municipal agrícola, pois o município apresenta em cartório uma

quantidade maior de registros do que a somatória total das terras existentes em suas fronteiras.

Tabela 2. Assentamentos da reforma agrária no município de Mirante do Paranapanema (1990/1995)

Nome	Início	Nº de famílias	Área (há)
Santa Clara	Ago-92	46	967
São Bento	Jul-94	184	5.297
Estrela D'Alva	Jan-95	31	833
Haroldina	Dez-95	423	595
Provisórios	Dez-95	621	5.243

Fontes: DAF e MST – 1995 *apud*. Fernandes (1996:214).

A distorção é da ordem de 10.438 hectares, o que, segundo o poder público, impede as instâncias governamentais, seja municipal, estadual ou federal, de cobrarem imposto territorial sobre a área. Outro exemplo semelhante ocorre no município de Teodoro Sampaio, também na região do Pontal do Paranapanema, onde faltam 50.820 hectares.

Outro agravante indicador da problemática territorial regional é o da concentração da estrutura fundiária de Mirante do Paranapanema. Os números apresentados pelos Censos Agropecuários do IBGE, entre 1970 (Tabela 3) e 1985 (Tabela 4), refletem sobremaneira o acúmulo de terras ocorrido durante o momento militar do governo federal. Em 1970, 1.727 estabelecimentos agrícolas (91,12% do total), de tamanho inferior a 100 hectares, ocupavam uma área de 29.148 hectares (26,48%), e, do outro lado, apenas 19 estabelecimentos (1%), com mais de 1.000 hectares, utilizavam-se de 40.385 hectares do município (36,60%).

Tabela 3. Estrutura fundiária do município de Mirante do Paranapanema (1970)

Hectares	Área	%	Estabelecimentos	%
Menos de 100	29.148	26,40	1.727	91,23
100 a menos de 1000	40.848	37,00	147	7,77
1000 e mais	40.385	36,60	19	1,00
Total	110.381	100,00	1.893	100,00

Fontes: Censos Agropecuários – IBGE, 1970, 1985 e 1995/96 *apud* Fernandes (2001).

Tabela 4. Estrutura Fundiária do Município de Mirante do Paranapanema (1985)

Hectares	Área	%	Estabelecimentos	%
Menos de 100	20.170	16,80	882	81,82
100 a menos de 1000	48.861	40,70	172	15,96
1000 e mais	51.020	42,50	24	2,22
Total	120.051	100,00	1.078	100,00

Fontes: Censos Agropecuários – IBGE, 1970, 1985 e 1995/96 *apud* Fernandes (2001).

Os números relativos ao ano de 1985 apontam para um aumento na concentração: nesse ano os estabelecimentos menores que 100 hectares eram 882 (81,82%), ocupando uma área de 20.170 hectares (16,80%), ao passo que os com mais de 1.000 hectares, em número de 24 (2,22%), concentravam 51.020 hectares (42,50%).

Ao analisar estes dados, podemos concluir que a forma irregular e predatória de ocupação do município, ocorrida desde o início do processo, foi o principal fator responsável pela concentração da estrutura fundiária de seu território. Podemos concluir, também, que o período militar teve como marca fundamental o agravamento desse quadro.

Entretanto, os números do Censo Agropecuário de 1995/96 (Tabela 5) demonstram significativa distensão do quadro fundiário de Mirante do Paranapanema. Como resultado pragmático dos vários conflitos sociais, bem como das diversas negociações burocráticas, espalhou-se pelo município, assim como por toda região, uma série de assentamentos, mediados, principalmente, pelo Movimento dos Sem Terra (MST) e pelo INCRA¹ (Tabela 6).

Tabela 5. Estrutura fundiária do município de Mirante do Paranapanema (1995-1996)

Hectares	Área	%	Estabelecimentos	%
Menos de 100	26.196	29,95	1.277	87,59
100 a menos de 1000	47.192	53,94	177	12,14
1000 e mais	14.102	16,11	4	0,27
Total	87.490	100,00	1.458	100,00

Fontes: Censos Agropecuários – IBGE, 1970, 1985 e 1995/96 *apud* Fernandes (2001).

Tabela 6. Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema – 1984/2000

Ano	Número de assentamentos	Nº de famílias	Área (há)
1984	01	572	13.310
1988	02	208	6.089
1990	01	51	805
1991	01	36	664
1992	01	99	865
1994	02	228	6.166
1995	10	510	13.206
1996	25	1.163	32.117
1997	12	315	7.708
1998	13	648	16.276
1999	03	274	5.897
2000	08	493	10.538

¹ No Estado de São Paulo, os primeiros assentamentos rurais foram formados através do convênio entre Incra e Itesp. Estes assentamentos ficaram conhecidos na região como os “assentamentos do Incra”, em oposição aos assentamentos posteriores, mediados pelo MST e conhecidos na região como “assentamentos do MST”. Entretanto ambos são, na medida do possível, assistidos pelo Itesp.

TOTAL	79	4.597	113.641
-------	----	-------	---------

Fonte: Dataluta, 2001.

Não obstante, o município de Mirante do Paranapanema detém a liderança nacional em números de assentamentos da reforma agrária, contando atualmente com 1.222 famílias, distribuídas por 27 assentamentos rurais e localizadas sobre 31.802 hectares (Tabela 7).

Tabela 7. Assentamentos rurais no Pontal por município – 1984/2000

Município	Número de assentamentos	Número de famílias	Área (há)
Caiuá	02	193	5.042
Euclides da Cunha	08	462	9.097
Marabá Paulista	02	157	3.701
Martinópolis	02	124	2.364
M. Paranapanema	27	1.222	31.802
Piquerobi	03	84	2.594
Pres. Bernardes	08	266	7.189
Pres. Epitácio	03	262	5.420
Pres, Venceslau	04	186	6.784
Rancharia	01	124	2.493
Rib. Dos Índios	01	40	852
Rosana	03	717	17.240
Sandovalina	01	130	2.682
Teodoro Sampaio	14	630	16.435
TOTAL	79	4.597	113.641

Fonte: Dataluta, 2001.

1.9. A institucionalização do ator governamental

Desde o início dos anos 1990, o governo estadual, através do Itesp, tem atuado de maneira sistemática no Pontal, buscando desenvolver programas de assentamentos rurais e geração de renda, na tentativa de alterar o quadro sócioeconômico das comunidades da região.

Contudo, o histórico da atuação governamental, no sentido descrito acima, remonta ao início da década de 1970, ainda durante o governo Carvalho Pinto. Neste período foi criada a Assessoria de Reforma Agrária

(ARA), vinculada à Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo (SASP), que coordenava todos os trabalhos referentes à execução da Lei de Revisão Agrária, e que pouco fez em relação à distensão social na região. Esta assessoria, em 1978, através do decreto 11.138/78 passou a ser denominada de Assessoria Técnica de Revisão Agrária (ATRA).

Em 1983, foi criada a Coordenadoria Sócio-Econômica, ainda no âmbito da SASP, que tinha como objetivo a organização de pequenos produtores, o apoio ao sindicalismo e ao uso social da terra, incorporando a ATRA e alterando sua denominação para Instituto de Assuntos Fundiários (IAF). Posteriormente, em 1986, por decreto, foi criada a Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários (SEAF), incorporando o IAF, para coordenar e desenvolver as ações governamentais que visavam a valorização e o aproveitamento dos recursos fundiários do Estado, bem como para atuar em conjunto com a Procuradoria do Estado na tarefa de discriminação de terras devolutas, legitimação de posses, expedição de títulos, incorporação de terras ao patrimônio público e destinação para as mesmas.

O governo paulista criou, em 1987, o Grupo Executivo de Ação Fundiária (GEAF), no âmbito da SEAF, para coordenar a atuação conjunta de várias secretarias nas áreas de conflitos e legitimação de posses de pequenos agricultores, envolvendo, além da própria SEAF, as Secretarias de Planejamento, Meio Ambiente, Justiça e a Procuradoria Geral do Estado. Neste mesmo ano, em dezembro, um decreto elevou a SEAF à condição de secretaria ordinária, alterando seu nome para Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários (SAF), e criando o Departamento de Assentamento

Fundiário (DAF), e o Departamento de Regularização Fundiária (DRF), sucessores do IAF e do GEAF.

A SAF foi extinta em 1988, pelo Decreto nº 29.355/88,, que também transferiu o DAF para a Secretaria da Agricultura, e o DRF para a Secretaria da Justiça. Neste mesmo ano, por um outro decreto, o DRF passou a integrar a estrutura da Procuradoria. Em 15 de março de 1991, o Decreto nº 33.133 criou o Itesp, incorporando o DAF e o DRF, no âmbito da SJDC.

O organograma de trabalho do referido órgão apresenta no seu topo a diretoria executiva. A ela estão ligadas outras quatro diretorias: 1) a diretoria de assuntos fundiários, que trata da regularização fundiária das terras públicas; 2) a diretoria administrativa, que cuida do trâmite burocrático da agência; 3) a diretoria de formação, que é a responsável pelos cursos de capacitação e extensão para os funcionários; e 4) a diretoria adjunta de políticas de desenvolvimento, que atua na esfera da assistência técnica (melhoria das condições de renda) para o agricultor assentado. Em outubro de 1999, o Itesp foi elevado à categoria de fundação / autarquia no intuito de agilizar, aprimorar e consolidar a política agrária e fundiária existentes.

A partir de 1998, o Itesp tem tentado homogeneizar seu discurso interno e externo, através da reciclagem profissional de seus extensionistas, promovendo programas de capacitação para seus técnicos, engenheiros agrônomos, médicos veterinários e zootecnistas, entre outros profissionais, além de extendê-la à alguns agricultores assentados, visando, sobretudo, a transferência de conhecimentos e técnicas para a melhoria da renda. Para a diretoria executiva, *“esta é uma política voltada para a melhoria da qualidade de vida do agricultor assentado, através da internalização de valores*

considerados fundamentais para se alcançar o tão desejado desenvolvimento sustentável” (Itesp, 1998:VIII).

1.10. O Programa Pontal Verde

A diretoria executiva do Itesp entende que *“o Pontal, com a monocultura quase secular e predominante nas áreas ocupadas pelos grandes latifundiários, herdou a depredação ambiental. Mais do que isso: além da erosão e do desmatamento, o maior impacto estampou-se no desemprego e na miséria que assolou a população local”* (Itesp, 1998: IX). Desde esta perspectiva, *“a reforma agrária não é apenas um campo privilegiado para o desenvolvimento de políticas de cunho político, social e econômico mas é também ambiental”* (Idem).

Esta visão do órgão, assumida pelos quadros diretivos como conservacionista, insere-se no ideário da sustentabilidade agrícola -o qual será discutido no capítulo 2-, baseando-se em experiências governamentais na condução dos primeiros assentamentos rurais, principalmente naqueles onde a ausência de uma metodologia pautada na maior participação do agricultor foi decisiva para o insucesso dessas políticas públicas. Ultimamente, *“todas as ações do órgão incluem uma preocupação com a participação do assentado, principalmente no trato da coisa ambiental, visando o respeito à legislação específica de modo a proporcionar um desenvolvimento sustentável às comunidades assentadas”*, sendo esta atenção mais significativa nos assentamentos localizados em áreas de proteção ambiental².

² Neste ponto do trabalho torna-se importante esclarecer ao leitor que grande parte da análise a seguir apóia-se em nosso trabalho de campo. As citações que não trouxeram a referência explícita tratam-se de trechos da entrevista realizada em 21/07/2001 com o sr. Paulo Renato Davi de Araújo, coordenador do GGA à época.

Esta preocupação levou o órgão a “sair da informalidade” na questão ambiental. Em 1998 formou-se o Grupo de Gestão Ambiental (GGA), que passou a embasar os extensionistas do órgão nestas questões. Este grupo, inicialmente composto por um geógrafo, dois engenheiros florestais, um engenheiro agrônomo e um engenheiro florestal, conseguiu, através de alguns cursos, espalhar sua hegemonia dentro do órgão, disseminando uma verdadeira “onda agroecológica” nos escritórios do Itesp e nas comunidades assentadas.

Não obstante a importância conferida à questão sócioambiental, quando procuramos construir o organograma de trabalho do GGA constatamos que o mesmo atua de modo quase informal dentro do órgão, não constando em nenhum quadro hierárquico da fundação. Segundo o coordenador do GGA, após o seu ingresso no Itesp, “*não tinha um grupo formal que mexia com meio ambiente. Com o tempo, começou a surgir uma demanda grande na área ambiental. Então acabou se formando um grupo de gestão de projetos e gestão ambiental, que dentro do organograma é a unidade que está hierarquicamente mais baixa*”.

O GGA está ligado à Gerência de Infra-Estrutura e Meio Ambiente, que faz parte da Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento, que por sua vez está abaixo da Diretoria Executiva. “*O organograma foi feito de uma forma a facilitar os contatos que você tem dentro dos outros grupos, de outras gerências, de outras diretorias*”. Na alçada do GGA, em associação com todas as outras gerências e diretorias, estão inseridos alguns programas ambientais, tais como: educação ambiental, incentivo ao reflorestamento comercial

(madeira de lei), uso sustentável das florestas, conservação de solo e recuperação ambiental.

A partir da formatação de “*alguns escritos*”, o GGA aglutinou alguns programas que já existiam no Itesp, e que tinham interfaces com a questão ambiental, em uma diretriz unificada que denominou-se Plano Pontal Verde, posteriormente traduzido no *Programa Pontal Verde - Plano de Recuperação Ambiental em Assentamentos Rurais do Pontal do Paranapanema* (Itesp, 1998).

Segundo informações constantes no Cadernos do Itesp nº 2, este Programa foi desenvolvido em convênio com a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Ao buscarmos a informação de forma qualitativa, constatamos que o Programa Pontal Verde foi elaborado pelos membros do GGA em conjunto com o já extinto Grupo Florestas Sociais (GFS) - núcleo de pesquisas agroecológicas vinculado à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq / USP), liderado pelo professor Dr. Paulo Kageyama -, sendo revisado por alguns professores, alunos e ex-alunos deste núcleo. No caso do GGA, através da análise da trajetória profissional de seus funcionários observamos que alguns de seus membros são ex-alunos da Esalq, o que, em certa medida, facilitou o trâmite burocrático.

Quanto ao *convênio* com a Unesp, de acordo com informações colhidas nesta pesquisa no *Campus* de Presidente Prudente, apenas foram fornecidos dados sócio-econômico e ambientais sobre a região, não ocorrendo nenhum tipo de discussão sobre o Programa na arena acadêmica. Segundo o coordenador do GGA, “o *grande mérito foi do Kageyama* [Prof. Dr. Paulo

Kageyama, responsável pelo GFS] *que colocou o nome dele, da Esalq, como proponente de um sistema florestal em área de reserva*".³

Do ponto de vista legal, o Pontal Verde está baseado na seguinte discussão: as APPs são definidas no artigo 2º do Código Florestal e podem ser recompostas pelo poder público principalmente *“com os objetivos de preservação da água e do solo”*. Embora o Código Florestal não tenha definido com precisão acerca da possibilidade das florestas de APP serem uma fonte de rendimento, de qualquer modo elas não podem ser manejadas de forma a sofrerem corte raso, pois deixariam de cumprir a sua função específica.

As áreas de RFL são previstas no artigo 16 do referido Código e devem ser recompostas na Lei de Política Agrícola (Lei nº 8.171, artigo 99). Esta prevê o plantio anual de pelo menos 1/30 da área a ser recomposta, *“com objetivo de restabelecer florestas de proteção física do solo e dos mananciais”* (Itesp, 1998: 22). Diferentemente das reservas extrativistas, nas RFL é proibido o corte raso da cobertura vegetal. Todavia, para Machado (1996), está permitida toda a utilização *“que não implique em corte raso da vegetação e que respeite outras condições legais existentes”*. Com isso, ele afirma que a RFL possui similaridades com as reservas extrativistas e, desde que observadas algumas diferenças, podem ser manejadas com finalidade sócio-econômica.

³ Havia uma resistência da Secretaria do Meio Ambiente em aprovar esses projetos para recuperar reservas. O Deprn local não entendia isso como juridicamente possível. *“Então pensamos em pegar um apoio técnico para que isso se sustentasse, que fosse uma coisa tecnicamente justificada. Então, o Kageyama e o Florestas Sociais ajudaram na elaboração desse projeto. Quando pinta projetos do Kageyama no Pontal, ele sempre nos chama. A gente coloca o nosso pessoal à disposição para ajudar. Temos uma grande vontade trabalhar juntos, temos objetivos comuns”* (Trecho da entrevista do sr. Paulo Araújo. 21/07/2001).

Finalmente, o GGA se baseou no artigo 12 do Código Florestal, que possibilita a extração de lenha e demais produtos florestais nas florestas plantadas que não sejam APP. Com isso compreendemos que, para o Itesp, a RFL é uma figura distinta das APP e portanto as limitações de uso de uma em relação a outra são diferentes, sendo que na primeira seria possível a implantação de projetos de manejo sustentável.

Do ponto de vista científico, tornou-se paradigmático para o GGA um trabalho (Macedo, 1993) publicado através de convênio entre a FF, SEMA, Esalq-USP e o IPEF, onde foram apresentadas pesquisas com espécies arbóreas nativas com finalidade de exploração econômica nas áreas de reserva. Essas pesquisas previam a possibilidade de consorciamento com culturas agrícolas durante a implantação. Nesse momento, o Itesp acreditou que a idéia proposta nessa linha de pesquisa era uma excelente conjugação de interesses para o estabelecimento de parcerias que viabilizassem a recuperação das RFL existentes nos assentamentos. De acordo com o Programa Pontal Verde (Itesp, 1998:23):

“As colocações científicas são importantes na medida em que a possibilidade de propiciar retorno econômico às famílias assentadas no esforço de recomposição florestal – de áreas degradadas pelos antigos ocupantes – pode ser fundamental para viabilizar o presente Plano no seu aspecto participativo”.

O Pontal Verde foi instituído primando pela melhoria das condições ambientais na região do Pontal do Paranapanema, compatibilizando-as com o desenvolvimento sócioeconômico das famílias assentadas. Inserem-se nas linhas gerais de interesse deste Plano os seguintes objetivos: *“promover a educação ambiental; recuperar e controlar voçorocas; recompor e enriquecer as Áreas de Preservação Permanente (APP) e as Reservas Florestais Legais*

(RFL); introduzir técnicas conservacionistas na exploração agrícola dos lotes; evitar a poluição do solo e da água; e, promover fontes de rendimento econômico aos assentados” (Itesp, 1998:09).

Também torna-se importante salientar que no processo de divisão das áreas retomadas pelo Estado, algumas foram destinadas à preservação, conforme lei federal que dispõe sobre o assunto. Essas áreas a serem recuperadas dentro da proposta do Programa (muitas delas dentro dos assentamentos), podem ser agrupadas da seguinte maneira: a) as APP, que não permitem retorno econômico; b) as áreas de voçorocas, que objetiva-se recuperar mecanicamente; e c) as áreas de RFL, que permitem a exploração econômica.

É constante do Pontal Verde que as estratégias de implantação dividem-se entre as que têm um caráter direto e indireto. A primeira forma de estratégia direta não previa a participação do agricultor assentado no desenrolar dos projetos, que são os casos das áreas de voçorocas e das APP, sendo estas de inteira responsabilidade do Itesp. Já a indireta – que é a que nos interessa - pretendia um modelo metodológico que buscasse a participação da comunidade e que a envolvesse com os projetos do Programa, ressaltando as possibilidades de retornos financeiros a curto, médio e longo prazo, que são os casos das RFL. Quanto à abordagem junto aos agricultores, o texto sobre o Pontal Verde diz:

“Os extensionistas têm contato direto com a comunidade, sendo, então, os atores que mais conhecem suas formas de organização, limitações e potenciais a serem desenvolvidos [constituindo-se nos principais interlocutores junto aos assentados na execução do Programa], mantendo-se uma relação sistêmica entre a comunidade e as entidades envolvidas, adotando-se o método educar aprendendo como referencial” (Itesp, 1998:22).

O Programa visava recrutar “agentes ambientais” entre os extensionistas e agricultores participantes, que seriam, então, “capacitados a multiplicar os conceitos sobre a importância e o papel das florestas, da biodiversidade, da agricultura sustentável, da preservação dos recursos naturais, da legislação ambiental, que serão os principais responsáveis pelo acompanhamento e pela avaliação do desenvolvimento do Plano” (Itesp, 1998:34).

Quanto às metas, o Programa propõe um trabalho de médio e longo prazo:

Tabela 8. Capacitação Técnica

ATIVIDADE / ANO	1998	1999	2000	2001	2002
Formação de Agentes Ambientais	40	60	60	60	60
Palestras	03	12	12	12	12
Cursos	01	03	03	03	03
Dias de Campo	01	03	03	03	03

Fonte: Itesp, 1998.

Tabela 9. Implantação Participativa

ANO	ÁREA (há)	MUDAS
1998 / 99	214	395.900
99 / 2000	300	555.000
00 / 01	300	555.000
01 / 02	300	555.000
02 / 03	300	555.000

Fonte: Itesp, 1998.

Para o bom andamento do Pontal Verde, e aproveitando-se dos benefícios da agilidade e da flexibilidade que são características das

autarquias, o GGA buscava fomentar convênios com diversas instituições, formando assim as parcerias civis tão incentivadas ultimamente. Entre os potenciais parceiros pretendidos pelo Pontal Verde estavam, entre outros: a Secretaria de Recursos Hídricos, CESP, SASP, Secretaria do Meio Ambiente, Deprn, IF, Secretaria de Educação, INCRA, organizações não-governamentais, cooperativas de assentados, prefeituras municipais da região e universidades, entre outros.

Neste ponto é interessante destacar o interesse do GGA na parceria com a CESP. O grupo tem profundas críticas às políticas desta companhia: primeiro por serem contrários às formas como foram conduzidas as construções das usinas hidrelétricas locais; segundo por discordarem do manejo nos reservatórios e nos lagos artificiais criados a partir das operações nas usinas; terceiro por entenderem que a mesma não cumpriu as exigências ambientais propostas no licenciamento das usinas; e, por último, por compreenderem que esta estatal possui recursos humano e financeiro disponíveis para tal empresa, faltando-lhes vontade política.

No entendimento do GGA:

“A Companhia Energética de São Paulo – CESP tem constatado que os reflorestamentos feitos através dos programas de fomento florestal, ao contrário daqueles implantados diretamente pela companhia, tem sucesso limitado. Uma forma de potencializar o fomento seria aproveitar o recurso humano dos assentados. Assim, a CESP poderia cumprir com sucesso seus compromissos ambientais, assumidos por ocasião do licenciamento das Hidrelétricas do Pontal, utilizando a excelente infra-estrutura dos viveiros no fornecimento de mudas florestais aos assentamentos, dentro de um projeto de manejo sustentável. O interesse no reflorestamento das áreas deve ir além dos aspectos ambientais, pois o custo de manutenção de turbinas aumenta consideravelmente com a abrasão de partículas de solo presente na água e a vida útil do reservatório depende também da velocidade do assoreamento.” (Itesp, 1998: 32)

Nesta citação encontra-se o maior objetivo do Pontal Verde, ou seja, a conservação do solo no Pontal do Paranapanema. Entretanto, a desejada parceria obedeceu a um outro cronograma de atividades: o da elaboração da lei de recursos hídricos do Estado de São Paulo e, conseqüentemente, o da privatização das usinas hidrelétricas do Pontal.

A partir dessas observações, este trabalho passa agora a observar sociologicamente as discussões que permeiam ao debate sobre modelos sustentáveis gerados desde a internalização dos preceitos pelos produtores agrícolas. Portanto, cabe-nos, agora, uma análise mais detalhada deste assunto tão em voga nos últimos anos. É o que será discutido no Capítulo 3 deste trabalho.

CAPÍTULO 2

SUSTENTABILIDADE E PARTICIPAÇÃO

“ Sem a predisposição para negociar, a participação torna-se uma fachada retórica, encobrindo interesses para legitimação de ações pré-definidas “
(Brose, M., 2001: 215)

2.1. Introdução

Nas últimas duas décadas, tem proliferado dentro da comunidade científica um certo consenso sobre a degradação ambiental ocasionada pelas formas de ocupação do solo. Desde a extração de madeira até as mais refinadas técnicas que visam aumento da produtividade agrícola, a equação meio ambiente-agricultura tem sido objeto de inquietações metodológicas, orientando um grande número de pesquisadores a analisar os projetos de

desenvolvimento rural focados na sustentabilidade agrícola, como é o caso do Programa Pontal Verde.

Sob esta ótica, neste capítulo analisaremos o debate acerca de como o desenvolvimento rural passou a incorporar cada vez mais as percepções de riscos sócioambientais. Também verificaremos como, atualmente, a palavra “sustentável” tem sido utilizada quase que de maneira totalitária, impositiva, para apontar aquilo que se considera como um novo modelo de desenvolvimento, pautado pela racionalidade e pela ética na relação entre homem e ambiente.

Observaremos, contudo, que uma das maiores dificuldades das instituições que buscam promover o desenvolvimento rural sustentável – entre elas o Itesp – situa-se na aceitação do agricultor como um ator social competente e capaz de promover mudanças. Através dessa análise, procuraremos pontuar as transformações a que estão sujeitos os processos de conhecimento e saber. Por último, a partir dos embasamentos teórico-metodológicos propostos pela teoria da estruturação em associação com a análise centrada nos atores sociais, pontuaremos os emergentes conceitos de sustentabilidade avaliando a importância e o papel da extensão rural, bem como o das relações sociais deflagradas na constituição dos modelos de desenvolvimento rural. Com estes instrumentos teóricos pretendemos analisar no capítulo 3 a trajetória do Programa Pontal Verde, procurando traçar um perfil das abordagens que se propõem participativas, sempre observando os seus métodos de construção da realidade social.

2.2. O difícil caminho da conceituação

Nos últimos 50 anos, em pelo menos dois momentos, a noção de desenvolvimento introduziu-se como uma idéia de grande interesse, orientando programas governamentais e instigando calorosos debates acadêmicos. Em ambos os momentos o tema do desenvolvimento adentrou o campo da política, passando a permear e a determinar as expectativas e as disputas sociais.

O primeiro momento pode ser identificado com o fim da Segunda Guerra, notadamente a partir da década de 1950, que estendeu-se até o final dos anos 1970. Nesse período, a idéia de desenvolvimento alimentou esperanças e estimulou iniciativas em diversos setores sociais. Desta forma, o que conhecemos por desenvolvimento rural, como uma sub-área do desenvolvimento, foi um dos grandes motores de políticas governamentais. Esse primeiro momento, que ficou conhecido por Revolução Verde (RV), passou a ser identificado, de acordo com Navarro (2001:84), como:

“... um instrumental que materializou-se de fato sob um padrão tecnológico o qual, onde foi implantado de forma significativa, rompeu radicalmente com o passado por integrar fortemente as famílias rurais a novas formas de racionalidade produtiva, mercantilizando gradualmente a vida social e, em lento processo histórico, quebrando a relativa autonomia setorial que em outros tempos a agricultura teria experimentado. Com a disseminação de tal padrão na agricultura, desde então chamado de “moderno”, o mundo rural passou a subordinar-se como mera peça dependente, a novos interesses, classes e formas de vida e de consumo, majoritariamente urbanas”.

Susan George (1992), estudiosa das relações ocorridas entre as grandes empresas do setor e os governos locais, apresenta um relevante debate sobre esta questão, argumentando que a Revolução Verde pode ser entendida como uma tecnologia agrícola que trazia no seu bojo a promessa

de acabar com a fome no planeta através do aumento da produção de alimentos, e foi elaborada por grandes empresas do setor agroindustrial utilizando-se em larga escala da extensão rural para a difusão de seus interesses. Efetivamente, entre 1950 e 1985 esse modelo foi responsável por um grande aumento na produtividade agrícola mundial, passando a ser questionado, entretanto, pelo agravamento na questão ambiental. A partir de 1985 iniciou-se uma estagnação, e até mesmo uma queda, nos níveis mundiais de produção agrícola, o que colocou o futuro da Revolução Verde em xeque.

O segundo momento identifica-se com os questionamentos a este modelo de desenvolvimento, fundamentalmente a partir dos impactos ambientais negativos. O histórico poderia ser remontado à Conferência de Estocolmo (1972), por exemplo, e vários outros fóruns internacionais. Mas foi com o Relatório Brundtland que o debate sobre outro modelo de desenvolvimento ganhou força internacional. Nesse período os debates sobre desenvolvimento rural modificaram-se significativamente, caracterizando-se mais por uma percepção acerca da aparente impossibilidade do desenvolvimento exclusivamente focalizado no crescimento econômico. Os lastros das promessas do combate à fome mundial através do incremento tecnológico revelaram indicadores nem sempre condizentes com as suas propostas iniciais e passaram a ser usados como contraponto às idéias desenvolvimentistas.

2.3. O desenvolvimento rural

No Brasil não há uma tradição de análise das políticas públicas que investigue as iniciativas dedicadas ao desenvolvimento rural, não apenas em relação aos seus impactos mas igualmente quanto às suas racionalidades e estratégias operacionais (Veiga, 2001). O resultado, entre outros, é que existe uma série de expressões sendo atualmente utilizadas de forma intercambiável, mesmo com seus distintos significados, o que não é exclusivo só do Brasil.

Alguns autores (Guanziroli, 2001 e Navarro, 2001) concluem que expressões semelhantes à “desenvolvimento agrícola” estariam se referindo apenas às condições da produção, como, por exemplo, o tamanho da área cultivada, a produtividade, a tecnologia disponível e o mercado, entre outros fatores ligados à base material. Outra expressão semelhante, contudo mais ambiciosa conceitualmente, é “desenvolvimento agrário”, que, basicamente, refere-se a interpretações do mundo rural em suas relações com a sociedade, apreendendo as mudanças sociais e econômicas no longo prazo. Sua análise centra-se nas instituições, nas disputas entre classes, nas condições de acesso e uso da terra, nas relações de trabalho e nos conflitos sociais. Tradicionalmente, são estudos macro-sociais, amplos, históricos e de orientações marxistas, e quase nenhuma relevância é atribuída aos processos micro-sociais (Long, 1994)

Uma terceira expressão é exatamente “desenvolvimento rural”, que diferencia-se das demais por intuir uma ação previamente articulada, indutora de mudanças em um determinado ambiente rural. Nesse sentido, a ação

funda-se em uma estratégia pré-estabelecida, metas definidas, metodologias de implantação e lógica operacional, entre outras características específicas desses projetos governamentais (Brose, 2001; Navarro, 2001).

É relevante salientar, contudo, que o conceito de desenvolvimento rural tem alternado ao longo do tempo. Embora a maioria das ações busquem a promoção do bem-estar das populações rurais, as diferenças surgem nas estratégias e nas metodologias escolhidas. O significado desta expressão, na década de 1970, certamente incluiu a intensificação tecnológica e a absorção de insumos químicos por parte dos agricultores, visando, sobretudo, o aumento da produtividade e a elevação da renda. Atualmente, o debate aparece influenciado por outras conjunturas, principalmente dados os novos condicionantes que o desenvolvimento sócio-econômico impõe aos agricultores. Portanto, o desenvolvimento rural pode ser entendido como a análise dos programas já realizados, bem como pode referir-se, também, à elaboração de estratégias desenvolvimentistas para o futuro.

2.4. A sustentabilidade agrícola

Outra expressão a ser destacada é “desenvolvimento rural sustentável”. Este termo, muitas vezes confundido com os demais, passou a ser difundido em meados dos anos 1980 a partir da crescente referência à expressão mais geral “desenvolvimento sustentável”. Desde lá, muitos autores procuraram agregar um sentido politicamente mais conseqüente ao termo, incorporando à sua agenda, entre outros pontos, as noções de equidade social e sustentabilidade agrícola. Pela primeira observa-se o esforço em trazer para o debate alguma suposta relação entre o arranjo social das famílias rurais mais

pobres com o desenvolvimento rural sustentável. A outra noção, sustentabilidade agrícola, nasceu da crescente percepção acerca dos impactos ambientais da agricultura convencional, cujas evidências empíricas multiplicaram-se a partir da década de 1970.

Nesse debate, o modelo agrícola de grande produção, usualmente de monocultivo, aparece como responsável pela maior parte dos desarranjos ambientais atualmente encontrados no meio rural brasileiro (Leite, 1998; Fernandes, 1996; Martins, 1981; e Novaes, 2000). Para Almeida (1990:14), inclusive, *“a agricultura de larga produção não possui tradição conservacionista e confunde-se com a própria história da destruição ambiental no país”*. No referente ao modelo de agricultura de pequena produção, em grande parte familiar, é conferido um *status* de melhor conservação do meio ambiente, com ênfase no manejo e na gestão sustentável do uso dos recursos naturais, através de um repertório de práticas culturais próprias do campesinato em sua relação com o meio ambiente (Martins, 1981)⁴.

Por sustentabilidade agrícola podemos compreender um conjunto de medidas destinadas a promover um desenvolvimento rural socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente equilibrado. Para efeito de uma possível conceituação, destacam-se alguns argumentos, como, por exemplo, o do Comitê de Aconselhamento Técnico do Grupo Consultivo de Pesquisa Agrícola Internacional (TAC/CGIAR):

⁴ Segundo estimativas do Censo Agropecuário 2000, sintetizadas por Guanziroli *et alli* (2001), atualmente cerca de 85,2% das propriedades rurais brasileiras (em números absolutos de estabelecimentos) podem ser classificadas como pequenas unidades. No entanto, dada a concentração fundiária, estariam ocupando não mais que 30,5% da área agrícola total. Mesmo assim, esse modelo de agricultura estaria sendo responsável pela maior parte da oferta de produtos alimentares no mercado interno, com expressiva produção de feijão (67,2%) e milho (48,6%). Em relação à geração de empregos, os números indicam que na agricultura de pequena produção exista, em média, um trabalhador ocupado para cada 9

“A sustentabilidade agrícola é o manejo bem sucedido de recursos para a agricultura, de modo a satisfazer as necessidades humanas em transformação, mantendo ou melhorando, ao mesmo tempo, a qualidade do ambiente e conservando os recursos naturais” (Reijntjes et al., 2000:132).

Guivant (1994) apresenta outro ponto que deve ser observado: a dimensão social da questão. A sustentabilidade não só diz respeito às conexões entre sociedade e agricultura, como também remete a problemas e contradições sociais mais gerais que igualmente devem ser pensados a partir de um programa mais global de desenvolvimento sustentável. Para Goodman *et al.* (1993 *apud* Guivant, 1997), uma das causas que influenciam diretamente na degradação dos recursos naturais é a pobreza rural, que por sua vez é provocada por políticas econômicas que estimulam a concentração de terras, eliminam os sistemas de manejo tradicional dos recursos naturais e subsidiam tecnologias não-sustentáveis.

Nesse sentido, o componente “sustentável” da expressão estaria se referindo ao plano ambiental, indicando a necessidade de as estratégias de desenvolvimento rural incorporarem uma apropriada compreensão das dimensões ambientais. A tendência, desta forma, é que a expressão desenvolvimento rural sustentável esteja acrescida, cada vez mais, do componente ambiental derivado da noção de sustentabilidade agrícola.

Ou seja, existem várias combinações possíveis do que se compreende por sustentabilidade agrícola, numa escala que vai de arranjos mais próximos a uma agricultura convencional e os que mais longe se situam desta. Neste

hectares de área agricultável, ao passo que na grande encontra-se um trabalhador ocupado para cada 60 hectares.

quadro, é possível destacar dois tipos de práticas agrícolas mais importantes, identificadas com o ideário da sustentabilidade: a agricultura orgânica e a agricultura de baixo uso de insumos.

A partir deste ponto do trabalho começamos a nos indagar que tipo de orientações ou estratégias levam os agricultores a optarem por um determinado tipo de práticas agrícolas, que podem enquadrar-se em diversos modelos de desenvolvimento. Em um brilhante trabalho Reintjes et al. (1991) apontam que entre 60 e 70 % dos agricultores do mundo praticam a agricultura com baixo uso de insumos externos. Antes que romantizemos esse dado para uma possível conscientização dos agricultores – enquanto grupo social – sobre os desastres ambientais colhidos a partir da Revolução Verde, os autores concluem que um dos fatores decisivos para tal ocorrência seria o desequilíbrio cambial ocorrido nos últimos anos, o que fez com que os preços dos insumos disparassem em relação à produção.

Além dessas observações, os autores assinalam que para uma possível adesão consciente do agricultor a uma agricultura de menor impacto ambiental existiria a necessidade do mesmo possuir uma certa capacitação técnica (como acesso à pesquisas e publicações científicas), bem como dispor de um certo capital financeiro (como linhas de crédito). Entretanto, Lockeretz, (1989, *apud* Guivant, 1994) refuta a tese da capacitação técnica como um empecilho à implantação deste tipo de agricultura, argumentando que as dificuldades requeridas por ambos os modelos agrícolas (o convencional e o sustentável) são equivalentes, principalmente se considerarmos os agricultores como capazes de apreender e adaptar seu conhecimento a diferentes condições.

Então perguntamos: Como entender as racionalidades que orientam os produtores familiares na condução de sua produção agrícola? Podemos aqui recorrer a teoria formulada por Giddens (1989) para nos aproximarmos de um entendimento, que por sua vez nos permita entender as lógicas envolvidas no Programa Pontal Verde.

Através da sua teoria da estruturação, é possível evitar-se uma análise objetivista (só focalizando as estruturas coercitivas) do processo de adoção de uma determinada tecnologia agrícola. Guivant (1992) adaptando Giddens considera que os agricultores não podem ser considerados na dicotomia racionalidade / irracionalidade. Suas decisões devem ser vistas como resultados de adaptações em função da observação e da experimentação, e não de uma exclusiva orientação econômica, e portanto de diversas racionalidades envolvidas nesse processo decisório.

Para Guivant (1992: 88):

“...pequenos agricultores tomam suas decisões dentro de múltiplos objetivos, expectativas, pressões e outros fatores que podem ser agrupados em três grandes categorias, segundo o meio no qual os agricultores conduzem a produção: 1) os recursos físicos; 2) os fenômenos microsociais (família, comunidade); e 3) os fenômenos macrosociais (instituições nacionais, mercado, regulações governamentais)”.

Visto desta forma, o agricultor deve criar arranjos adaptativos a estes três planos como meio efetivo para orientar as suas atividades produtivas. Assim, por exemplo, a decisão de participar ou não de um programa de desenvolvimento rural sustentável, ou mesmo aderir a uma nova tecnologia, não pode ser entendido como se fosse orientado por critérios unicamente de racionalidade econômica. *“A racionalidade aparece limitada pelas tensões diárias do mundo social e pelas diversos objetivos humanos”* (Guivant, 1992:

89). É a racionalidade cultural que orienta os atores sociais através dos complexos processos de escolha.

2.5. A racionalidade cultural

Em tais processos estão envolvidas cognições construídas e compartilhadas socialmente, que dão sentido aos atores sociais no entendimento sobre a eficiência de uma nova tecnologia, um novo insumo ou um novo programa governamental que vise a melhoria da renda do agricultor e a recuperação ambiental de uma região, como é o caso do Pontal Verde por exemplo. Nem sempre os critérios de sua implementação por parte dos agricultores corresponderão às recomendações dos técnicos extensionistas. As relações entre o que é difundido e as razões pelas quais os agricultores adotam os critérios que orientam sua implementação não são necessariamente lineares. As vantagens ou desvantagens de se participar de um determinado projeto governamental, segundo critérios técnico-científicos, não são necessariamente óbvias para a racionalidade cultural dos agricultores.

Para uma melhor compreensão das possibilidades de tal processo é importante ampliar a análise das bases sociais da produção, incluindo as formas em que os agricultores, enquanto grupo social, estruturam cognitivamente suas práticas agrícolas. Desta forma pode ser analisado o significado que eles atribuem a fazer o que fazem. Temos que considerar os agricultores a partir de um referencial teórico que enfatiza o pluralismo causal

– no sentido weberiano – que influencia o processo decisório. A racionalidade cultural, que complementa os fatores estruturais, é possível de fundamentar-se teoricamente a partir de uma concepção que considera que o ator social não é plenamente ativo nem plenamente passivo frente às regulamentações normativas ou diretrizes e estratégias de um determinado projeto.

Tal racionalidade parte de um entendimento diferente do que é o ator social, que possibilita compreender como, por exemplo, a implantação de um projeto se realiza dentro de critérios de legitimação construídos socialmente pelos atores sociais envolvidos no processo de adoção, sem que correspondam estritamente com as recomendações sugeridas tecnicamente. Existe um espaço, embora limitado, de produção de conhecimentos, dentro da reprodução de um padrão de conhecimentos dominante.

2.6. Teoria da estruturação

Esta abordagem teórica oferece ferramentas conceituais para captar a complexidade dos processos de participação de produtores rurais em programas governamentais ou também orientados por ONGs, destinados à melhoria das condições sócio-econômicas dos agricultores, pois ela parte da idéia de que toda produção social pode ser também pensada como reprodução das estruturas sociais existentes. A sociedade não pode ser considerada como um poder de coação completo sobre os atores sociais e nem estes podem ser vistos como plenamente livres frente aos determinantes sociais. Desta maneira:

“A reprodução ‘ad infinitum’ duma mesma estrutura é impossível dado que a semente de mudança existe em cada ato que contribui para a reprodução de qualquer forma ordenada da vida social” (Giddens, 1989 apud Guivant, 1994).

As relações sociais estruturam-se sem determinismos e sem dualismos, o que é captado no conceito de *dualidade das estruturas* de Giddens, significando justamente que as estruturas sociais e, dentro delas, as relações sociais, são constituídas pela agência humana; ao mesmo tempo aquelas são o meio desta constituição. Portanto, toda ação humana é duplamente estruturada, na medida que é tanto estruturada como estruturante: atuando é que se criam as condições para continuar atuando. A teoria da estruturação rejeita tanto a visão voluntarista de que os homens fazem a sociedade como a visão determinista de que a sociedade faz os homens.

Desta forma, a teoria da estruturação é uma interessante solução para fugir do dilema existente nas ciências sociais entre as análises macro e micro. Ela rejeita estes conceitos, em primeiro lugar, porque levam implícita a idéia de que o pesquisador tem que optar entre uma visão ou outra. Os que se situam dentro da análise microsociológica defendem que nos pequenos eventos do cotidiano está a essência da realidade social, enquanto os que se definem como estudando macrosociologia tendem a ver os estudos sobre o cotidiano como triviais e irrelevantes. Em segundo lugar, Giddens rejeita a dicotomia porque quando não existe conflito, mas uma visão de complementaridade entre as duas abordagens, surge uma divisão do trabalho não muito satisfatória para a análise sociológica. Por um lado, o pesquisador que focaliza o nível micro, concentra-se no *agente livre*, enquanto o que focaliza o macro, analisa as características estruturais que limitam a *livre* ação dos atores sociais (Giddens, 1989).

A ação social tem dois componentes que se deve ter em consideração para evitar tal dicotomia entre o nível macro e o micro: 1. o referente às possibilidades sempre existentes de que o ator social atue de uma forma diferente da habitual; 2. o referente aos conhecimentos que os atores têm das regras, normas e valores sociais, não sempre de forma consciente, e que lhes dão possibilidade de agir com comunicabilidade, estabelecendo conversações e negociações. Os atores sociais, embora possam não ser conscientes disto, têm uma capacidade transformadora de “*fazer uma diferença*” (termo utilizado por Guivant, 1994) na produção de suas práticas e assim transformar os padrões de ações sociais dominantes (Giddens, 1989).

Para a teoria da estruturação, todos os seres humanos são agentes cognoscitivos. Isto significa que os atores sociais possuem diversos tipos de conhecimentos sobre as condições e as conseqüências de suas ações cotidianas. Este conhecimento pode tanto ser prático como discursivamente disponível. Grande parte do conhecimento prático pode passar a ser discursivo se os atores sociais são interrogados sobre a racionalidade de suas ações. A cognoscitividade dos atores sociais vincula-se a um plano inconsciente assim como também às condições não reconhecidas ou às conseqüências impremeditadas das ações sociais.

A cognoscitividade a nível da consciência discursiva expressa-se como *critérios de credibilidade ou de legitimação* usados pelos agentes para justificar o que fazem; isto é, sua prática e o conhecimento prático que a possibilita. Estes critérios representam um certo consenso sobre significados dados à realidade social e natural pelos membros duma comunidade. As análises sobre os valores implícitos nas ações sociais devem caminhar entre

as possíveis derivações da racionalidade que os atores dão ou imaginam dar as suas opções, já que os valores não são sempre conscientes e as decisões não são sempre deliberadas (Guivant, 1992).

Os critérios de legitimação são algo mais que meros legitimadores de estruturas sociais. Eles podem ser considerados como variantes predominantes e guias em todo o sistema econômico, estando presentes, uma vez codificados pelas culturas, como parâmetros efetivos de opiniões, opções, decisões, percepções e até possibilidades de mudança e transformação social, cultural, política, econômica e, como aqui nos interessa, ambiental.

A nível da cultura dá-se a integração de tais critérios de legitimação, sendo parte do mapa cognitivo mais amplo a partir do qual os agentes sociais interpretam a realidade social e natural, mantendo comunicabilidade entre os membros do mesmo grupo social. Este mapa cognitivo refere-se tanto à realidade como é (declarações descritivas sobre o que existe) quanto a modelos de como a realidade deve ser (Geertz, 1984 *apud* Guivant, 1992), orientando os indivíduos no que podem esperar da realidade social e natural, mas sem dizer necessariamente como atuar. Tal mapa cognitivo está configurado a partir de determinadas crenças, atitudes, normas, valores, percepções, motivações, significados e um corpo de conhecimentos práticos.

Entre as cognições sociais também pode ser incluído o *conhecimento prático*. Toda percepção e análise da realidade, seja social ou natural, está impregnada de teoria. Entretanto, aqui destaca-se a racionalidade cultural como parte de experiências pessoais e cotidianas e, dentro daquela, particularmente ao conhecimento prático. Por exemplo, as pessoas comuns vinculam um evento de risco a eventos e fatores diferentes daqueles dos

especialistas, através do código cultural que compartilham e que possibilita descobrir onde estão e onde não estão os perigos relevantes. Por outro lado, a racionalidade tecnológica se apóia em conjuntos de princípios científicos, sendo que a ênfase tende a ser colocada em informações objetivas e não em experiências pessoais.

É segundo o conhecimento prático, construído através de uma lógica prática, que os agricultores orientam-se para implementar a tecnologia adotada. Bourdieu (1990 *apud* Guivant, 1992) analisa a *lógica prática* em oposição à *lógica lógica*, podendo ambas serem colocadas como correspondentes à racionalidade cultural e à racionalidade técnica respectivamente. Através desta lógica prática se formulam conhecimentos práticos assumidos e colocados em ação pelos atores sociais e compartilhados pelo seu grupo social, tendo assim um caráter objetivo e não pessoal. Esta lógica prática guia grande parte de nossas condutas cotidianas, através de princípios de classificação, de hierarquização, de divisão, que são princípios de julgamento, de análise, de percepção, não explicitados nas práticas.

2.7. A análise centrada nos atores

Levando em conta essas afirmações teóricas, podemos indagar como os agricultores assentados envolvidos com o Pontal Verde negociam a agenda do Programa com os seus proponentes? Também, como os representantes do Programa negociam as suas estratégias com os agricultores? Long & Villareal (1994) e Guivant (1997), já observaram a importância de se considerar os agricultores orientados por um amplo universo

cultural, repleto de conhecimentos práticos, estratégias e interesses que mostram diferentes arranjos agrícolas por trás das aparências de uniformização.

Programas de desenvolvimento rural sustentável, assim como inovações tecnológicas por exemplo, quando aceitos pelos agricultores, são transformados para atender às suas prioridades e necessidades, alinhando-se com as suas estratégias produtivas e às características dos recursos naturais disponíveis. Em lugar da dicotomia entre o conhecimento tradicional dos agricultores e o conhecimento científico dos extensionistas, a pluralidade de conhecimentos envolvidos convergem na construção de um quadro de conhecimentos híbridos, indicando a natureza heterogênea dos conhecimentos como resultados diretos dos processos de modificação, invenção e reapropriação de outros conhecimentos (Guivant, 1997).

Recentemente, pesquisas nos campos das sociologias do desenvolvimento, da ciência e ambiental, promoveram significativas contribuições no sentido da compreensão dos processos de conhecimento. Algumas propõem uma análise centrada nos atores, enfatizando que o conhecimento é interpretado como constituído pelas formas em que as pessoas codificam e imputam significados a suas experiências. De acordo com Long e Villareal (1994:64):

“...os processos de desenvolvimento são inevitavelmente complexos, permeados por descontinuidades de interesses, valores e distribuição de poder, envolvendo negociações, acomodações e conflitos”.

Atualmente há uma corrente acadêmica que procura a integração dessas análises. Por um lado, desmistificando os conhecimento dentro da

sociologia do rural e, por outro, caracterizando os conhecimentos envolvidos nestes processos como híbridos, buscando combinar elementos naturais, sociais e técnicos. Na análise de Guivant (1997:441):

“...o conhecimento local, enquanto híbrido, envolve uma heterogeneidade de manifestações que não o reduzem exclusivamente ao conhecimento tradicional. Por sua vez o conhecimento sustentável, também enquanto híbrido, envolve diferentes possíveis combinações entre o conhecimento local e o científico”.

Dentro desta perspectiva, a dinâmica social envolvida nos processos de desenvolvimento rural é entendida como um processo de conflitos e negociações onde os agricultores, junto à empresários, políticos e educadores, entre outros atores, são, ou tornam-se, partes ativas no desenvolvimentos dos programas sociais. Esse enfoque, centrado nos indivíduos, sensibiliza-se na maneira como esses atores sociais implementam, à luz de suas respectivas referências culturais, as suas próprias estratégias, e como estas articulam-se com os processos sociais de maior escala, alterando sensivelmente as metas de determinadas políticas formuladas para o setor, como alguns programas de desenvolvimento rural sustentável. Para Long (1998:05-06):

“O estudo dos processos sociais, mediante a observação das ações de indivíduos específicos e dos grupos sociais, pode integrar-se com uma análise das estruturas institucionais e político-econômicas de maior escala, de tal modo que cheguemos à uma compreensão mais cabal da dinâmica estrutural. A perspectiva do ator social cria um novo patamar de análise, que combina o foco centrado nos atores sociais com um enfoque estrutural e histórico mais amplo, permitindo explorar como as intervenções do estado, ou de outras forças externas, são mediadas e alteradas pelas estruturas locais, com significativa repercussão nas políticas públicas de desenvolvimento social”.

Sem desconsiderar as pressões macroestruturais, torna-se imperativo integrar mais os agricultores nas análises, não como obviedade mas como produto de uma construção teórica⁵. É necessário, e possível, compreender o agricultor enquanto um ator social não exclusivamente determinado pelas relações sociais dominantes, no que se refere à adoção de uma estratégia, e que, ao mesmo tempo, não é livre plenamente para agir e decidir (Giddens, 1989; Goffman, 1983)

Através desta abordagem tentaremos compreender as hibridizações e as heterogeneidades que compõem os complexos processos de tomada de decisão aquisição de conhecimentos. Procuramos evitar as armadilhas das idealizações e dos reducionismos ao desvendar as relações entre agricultores e extensionistas, e, com isso, também ampliar as bases científicas para uma adequada compreensão das facilidades e obstáculos na implementação de programas inseridos no moderno “guarda-chuva” conceitual do desenvolvimento rural sustentável.

2.8. A extensão rural

À luz dos complexos processos que envolvem as tomadas de decisões e as aquisições e transmissões de conhecimentos, a extensão rural assumiu um papel fundamental no que diz respeito às mudanças no comportamento dos agricultores. Os extensionistas rurais foram os articuladores diretos das

⁵ Segundo Long (1988:8): [as análises estruturais] “*tendem a adotar uma perspectiva determinista de cima para baixo que, em certa medida, excluem das análises a possibilidade que os camponeses, os agricultores familiares ou funcionários governamentais ‘no campo’ influam de uma maneira significativa nos processos de interação*”.

recentes transformações ocorridas na agricultura mundial⁶. Na disseminação das técnicas contida no ideário da Revolução Verde:

“A extensão rural passou a ter como papel central o de educar as populações rurais de forma a possibilitar a transformação dos conhecimentos tradicionais, caracterizados como ineficientes e irracionais e, conseqüentemente, como obstáculos para a adoção de pacotes tecnológicos” (Guivant, 1997:412).

Para Fert (2000:18):

“O trabalho de difusão de inovações realizado pelos serviços de extensão rural no Brasil sempre propagaram que um dos seus principais objetivos era ‘o aumento da renda e a melhoria das condições de vida do povo rural’ Mas nem sempre foi esse o resultado. Pela sua associação à difusão do modelo de modernização da agricultura, a extensão rural foi criticada porque muitas vezes terminou contribuindo, de forma impremeditada é claro, para aprofundar as chamadas conseqüências sociais e ambientais negativas, como o êxodo rural, o desemprego, a concentração de terras, as políticas públicas excludentes, etc. Todavia, deve-se observar que mesmo os críticos aos aspectos sociais negativos da modernização pouca atenção deram à problemática ambiental implícita na tecnologia agrícola moderna”.

A partir destas análises, observamos que o modelo convencional de abordagem da extensão rural para a agricultura contribuiu sensivelmente para a transformação das práticas agrícolas tradicionais. Segundo Gomes *et al.* (2001), grande parte dos esforços iniciais dos extensionistas no sentido da participação dos agricultores foi concentrado em experimentos que lograram, por vezes, bons resultados econômicos, porém poucos resultados sociais. A estratégia dos extensionistas baseou-se, na maioria das vezes, em pesquisas

⁶ Pretty (1995) estima que havia 540.000 extensionistas em todo o mundo no final dos anos 1980.

pré-determinadas e controladas em laboratórios, independentes do contexto em que se desenvolviam.

A rigor, as primeiras experiências de participação de agricultores em projetos governamentais embasavam-se na relação causa e efeito. Porém, a realidade mostrou outras conseqüências e não foi o problema necessariamente os cálculos técnicos, mas a visão simplista das relações sociais, políticas e culturais, sobre as quais as experiências eram realizadas. De um lado a ciência se eximiu prioritariamente da autocrítica e incorporou uma explicação insatisfatória para os resultados negativos obtidos: “os agricultores não são aptos”. Do outro lado, os agricultores destinatários destas políticas desenvolveram uma dissimulação irônica do “*mundo dos doutores*” (Brose, 2001).

Observamos ainda que nessas experiências propostas pela extensão rural a interdisciplinaridade era pouco praticada, o processo decisório centralizado e o planejamento apresentava-se como verdadeiro receituário técnico, sendo até denominado por alguns autores como “*turismo do desenvolvimento rural*” numa alusão à rapidez com que os planejadores procuravam conhecer a realidade dos agricultores antes de envolvê-los em programas e projetos que visavam o desenvolvimento rural. Posteriormente, outros métodos passaram a pressupor *surveys* e questionários melhor (pré) elaborados, sendo, a partir daí, acusados de longos, tediosos e repletos de erros metodológicos. (Pretty, 1995)

As pesquisas passaram a ser conduzidas, principalmente, por economistas e agrônomos, entretanto sem apresentar grandes alterações

metodológicas em relação ao modelo anterior, continuando o controle e a centralização dos experimentos com os profissionais que encontravam-se distantes do campo. Contudo, destaca-se que, neste período, os agricultores passaram a ser considerados como fontes primárias de informações para os extensionistas, e estes passaram a ser os coletores destas informações.

Um terceiro momento, que não implica a exclusão dos anteriores mas sua simultaneidade, é aquele onde a antropologia, a agroecologia e a geografia tornaram-se as disciplinas pioneiras nas pesquisas e os agricultores passam a ser vistos em certos programas de desenvolvimento rural como contribuindo com o seu conhecimento para a implantação de projetos ligados ao desenvolvimento rural. Podemos afirmar que nesta fase contam-se pesquisas que passam a defender a necessidade da geração de um novo paradigma científico, diferente do da Revolução Verde, que vise resgatar e incorporar os conhecimentos dos agricultores no planejamento e na implementação de políticas agrícolas.

Neste fase, destacam-se três correntes metodológicas. A primeira, denominada de *“populismo agrário”* (Chambers, 1983 *apud* Guivant, 1997), propõe conferir todo poder ao agricultor, identificando como negativa qualquer intervenção científica. Nela, o conhecimento técnico é considerado pernicioso, em detrimento ao conhecimento tradicional, mais identificado com o ideário sustentável. Com isso conclui-se que, para esta abordagem, o conhecimento dos agricultores não é o produto de uma série de conhecimentos sobrepostos mas sim uma totalidade homogênea, o que refutamos prontamente.

O segundo modelo de abordagem, o “*terceiro-mundismo sustentável*” (Redcliff, 1993), é fortemente influenciado pelo materialismo histórico. Sua retórica, relativamente semelhante à anterior, era a de que todo conhecimento agrícola sustentável encontrava-se no hemisfério sul, como um reservatório do saber tradicional, ao passo que o conhecimento técnico, dito insustentável, situava-se no hemisfério norte.

Observamos neste ponto que as críticas feitas ao modelo convencional da extensão rural passam a servir-lhes de referência. Em nossa análise seria impensável compreendermos o processo de aquisição de conhecimento como contínuo. Ao contrário, diversos autores argumentam que o processo de construção do conhecimento é permeado por inúmeras discontinuidades e diferentes arranjos, formando uma espécie de bricolage (Long, 1994). Também, como argumenta Guivant (1997), não podemos isolar o conhecimento dos agricultores residentes nos países do sul como se se apresentassem como puro, homogêneo e mais próximo do desenvolvimento sustentável, em oposição ao conhecimento dos agricultores do norte, igualmente puro e homogêneo, porém distante da sustentabilidade agrícola. Ora, isso é semelhante a dizer que no sul não existe agricultura técnica e científica; também que no norte não há indícios de uma agricultura sustentável. Efetivamente sabemos que isso não se comprova.

A terceira via de análise possui um significativo valor para este trabalho por seus pressupostos estarem presentes nos pontos mais importantes do Programa Pontal Verde. Trata-se da abordagem agroecológica, muito difundida nos últimos dez anos a partir da obra de Miguel Altieri (1989), que

caracteriza-se pelo uso de métodos participativos como recurso para recuperar e utilizar os conhecimentos tradicionais dos agricultores.

Esta abordagem tem conquistado um grande número de praticantes entre pesquisadores e extensionistas de diversos setores sociais e agências públicas. Seu método busca aproximar a perspectiva antropológica da pesquisa agrícola, visando a formulação de um novo paradigma científico que focalize a agricultura de maneira total, realçando as interações entre o biológico, o técnico, o cultural e o sócio-econômico, sendo particularmente sensível às complexidades das agriculturas locais (Altieri, 1989), realçando o conhecimento tradicional como possuidor de uma estrutura complexa e sofisticada nas formas em que lida com problemas ambientais. Assim a recuperação ambiental de sistemas agrícolas de subsistência – e entre eles os assentamentos rurais -, passa a ser a peça-chave para o que esta corrente entende por sustentabilidade agrícola.

A agenda agroecológica é pautada pelos seguintes itens: uso racional dos recursos naturais, proteção dos solos, minimização dos riscos (ao contrário da maximização dos lucros) e desenvolvimento de técnicas adequadas a condições locais específicas. Dentro desta perspectiva tem-se caracterizado a riqueza e a complexidade dos conhecimentos tradicionais dos agricultores, especialmente na sua capacidade de lidar com problemas ambientais. Mas, tal como as correntes anteriores, os conhecimentos científico e prático são considerados como totalidades homogêneas, sem significativas diferenças internas.

A perspectiva holística, proposta pela agroecologia, coloca-se como contrária a uma perspectiva associada ao conhecimento científico. Essa

polarização reduz significativamente as possibilidades de uma abordagem eficiente, conduzindo seus pesquisadores a alguns impasses, dicotomias e contradições. Por exemplo, a queima do pasto para a rebrota, a popular queimada: é uma prática agrícola tradicional no Brasil, herdada dos indígenas, porém não possui o endosso da agroecologia.

Desta forma observamos que, ao negar esta dinâmica social, a agroecologia pressupõe uma interpretação estática da história, desconsiderando que os atores sociais e seus conhecimentos estão geralmente envolvidos em complexos processos de mudanças, irrelevando as teorias sobre as dinâmicas culturais e as tecnológicas que propõem as múltiplas transformações em resposta a novas necessidades e pressões sócio-econômicas.

“Falta uma interpretação menos ingênua dos agricultores enquanto atores sociais competentes, não simplesmente enquadrados na categoria de adotadores de práticas e técnicas agrícolas modernas, como vítimas passivas de uma rede de causas macrossociais” (Guivant, 1997:424).

Por último, outro ponto que reduz sobremaneira a eficácia dessa abordagem é aquele que considera que o agricultor está orientado exclusivamente por critérios racionais e objetivos, sempre a espera de novas informações e treinamentos para por em prática programas, projetos ou planos que pretendam a sustentabilidade agrícola. Este ator social, assim caracterizado, parece não poder ter outras perspectivas que não necessariamente vão ao encontro dessa corrente.

2.9. As abordagens participativas

A procura por formas de diálogo para minimizar a distância entre o planejamento técnico e a execução social, política, cultural e econômica acaba colocando em evidência a problemática das abordagens participativas. Este conceito invoca relação entre as partes envolvidas e se contrapõe à concepção dos agricultores como “receptáculos passivos” de intervenções bem-intencionadas e tecnicamente perfeitas. Trata-se de uma nova fase, de um desafio:

“As mudanças ambientais revolucionaram os métodos e as teorias de pesquisa para poder apreender uma realidade em via de complexização que ultrapassa a capacidade de compreensão e explicação dos paradigmas teóricos estabelecidos. A problemática ambiental propõe a necessidade de internalizar um saber ambiental emergente em todo um conjunto de disciplinas, tanto das ciências naturais como sociais, para construir um conhecimento capaz de captar a multicausalidade e as relações de interdependência dos processos de ordem natural e social que determinam as mudanças sócioambientais, bem como para construir um saber e uma racionalidade social orientados para os objetivos de um desenvolvimento sustentável, equitativo e duradouro” (Leff, 2001:109).

A literatura disponível já apresenta experiências bem-sucedidas de intervenção social para a promoção da sustentabilidade agrícola, realizadas mediante a integração entre cientistas de diferentes áreas, técnicos voltados para a difusão e agricultores, em uma proposta que tem sido denominada de Desenvolvimento Participativo de Tecnologia (DPT) (Reijntes *et alli*, 2000). A sua principal proposta é a de estimular um desenvolvimento sustentável no qual os próprios agricultores definam suas prioridades e necessidades, possibilitando uma ligação complementar entre as potencialidades das ciências da agricultura e as expectativas e conhecimentos dos agricultores participantes.

Outra experiência metodológica que ganhou consenso é o Diagnóstico Rápido Rural - DRR ou RRA⁷ -, metodologia que busca tornar a fase de diagnóstico mais breve, bem como conter a sobreposição de uma disciplina sobre a outra. Esse método foi direcionado para se adquirir rapidamente novas informações e hipóteses sobre a vida social e os recursos naturais no meio rural em que se pretende desenvolver o programa social (Carruthers & Chambers, 1981 *apud* Gomes *et alli*, 2001).

Poderíamos discorrer ainda sobre outros métodos e abordagens participativas existentes, mas estaríamos saindo da proposta deste trabalho. Concluimos, então, que a opção metodológica pelas abordagens participativas exige também uma lógica diferenciada no envolvimento dos atores sociais em um novo mundo de conflitos e negociações, tendo que se confrontar com rejeições e modificações significativas da idéia original. Contudo, sem a predisposição para negociar, a participação torna-se uma fachada retórica, encobrendo interesses para legitimação de ações pré-definidas⁸.

“A responsabilidade e o compromisso com a participação garantem a efetividade dos métodos, uma vez que o caminho da intervenção participativa é trabalhoso e exige seu tempo de percurso social e não técnico, quando se almeja causar impactos positivos sólidos” (Gomes et alli., 2001:77).

Por fim ressaltamos que o desejado desenvolvimento rural sustentável é também campo de produção de conhecimentos e sujeito a arquiteturas analíticas inspiradas por tradições teóricas diversas e, muitas vezes, divergentes entre si. Dos anos 1990 em diante, a própria significação do que é o “rural” tem sido objeto de aceso debate entre os estudiosos do tema, e seus

⁷ Do original, em inglês, *Rapid Rural Appraisal*.

significados vêm sendo redimensionados, deixando para trás sua identificação com o meramente agrícola. Atualmente, as questões sócioambientais integradas às análises da nova “sociologia do rural” podem encaminhar-se para a construção de uma “sociologia do meio ambiente rural”, como uma forma de revitalizar-se, indo ao encontro de uma nova agenda de pesquisas.

CAPÍTULO 3

A CONSTRUÇÃO DO PONTAL VERDE

“Mais vale a prática do que a gramática”. (Geraldo Mineirão, agricultor do Assentamento Santa Carmem e participante do Pontal Verde)

3.1. Introdução

Neste capítulo, analisaremos os pressupostos que embasam o Programa Pontal Verde, procurando desconstruir / reconstruir a sua ênfase na

⁸ No formato original, o RRA não pressupunha uma negociação prévia de interesses com os

questão ambiental. Em seguida analisaremos como foi o início da implantação participativa do Programa, observando suas dificuldades burocráticas enquanto tentativa de legitimar-se como política pública que visava a melhoria da qualidade de vida das comunidades assentadas. Por último, analisaremos as relações sociais desencadeadas a partir deste início, apresentando um estudo de caso realizado no Assentamento Santa Carmem, piloto do Programa, destacando a performance de três agricultores junto ao Pontal Verde.

A escolha pela técnica do estudo de caso impôs-se por compreendermos que, enquanto modelo de levantamento de dados empíricos, ela permite-nos o acesso a informações privilegiadas e detalhadas sobre a realidade social, onde os processos sociais se desenrolam concretamente. Também, por entendermos que um estudo de caso se caracteriza pela busca da maior quantidade possível de informações e pela sua especificidade, que atua como contraponto à generalidade da teoria, o que nos permite levantar questões que passam despercebidas em estudos muito abrangentes (Roese, 1998:199).

Uma observação importante sobre este capítulo: O leitor não encontrará a identificação pessoal dos entrevistados, por questões éticas da pesquisa. Além disto, para efeitos da análise e interpretação, por vezes, juntei várias vozes em uma e dividi uma em muitas, considerando que este processo não afeta a fidelidade aos discursos dos entrevistados.

3.2. A proposta

A discussão que embasou a formulação e a legitimação do Pontal Verde deu-se entre o GGA, técnicos do Deprn e, também, alguns técnicos ligados à Esalq / USP. Nessa construção teórica, evidenciou-se que a estratégia de implantação estava baseada na educação ambiental e na discussão participativa. Para o GGA:

“A percepção e interpretação que a população assentada tem da natureza, no novo espaço que passaram a ocupar, através de uma ação participativa, embasará o Plano, mantendo-se uma ‘relação sistêmica’ entre comunidade e entidades envolvidas, adotando-se o método ‘educar-aprendendo’ como referencial” (Itesp, 1998: 27)

Por *relação sistêmica e educar-aprendendo* compreendemos a utilização dos métodos de aprendizagem difundidos a partir dos estudos enunciados pelo educador brasileiro Paulo Freire, durante os anos 1960 e 1970, que conferiam todo poder ao *oprimido* (grifo meu), já exposto no capítulo 1 como métodos reativos desenvolvidos a partir das primeiras experiências de extensionismo rural.

Um outro ponto de interesse desta pesquisa dentro da composição teórica do Programa Pontal Verde situa-se no estudo da questão ambiental. Segundo os seus idealizadores:

“O estudo da questão ambiental será enfatizado para a polêmica que envolve o conservacionismo e o preservacionismo dos recursos naturais. Destaque será dado para o ‘novo naturalismo’ proposto por Moscovici (1974), onde ‘o respeito à diversidade cultural é a base para a manutenção da diversidade biológica’” (Itesp, 1998: 27)

Afim de situarmos teoricamente o *novo naturalismo* e a questão ambiental, faz-se necessário uma breve recuperação da discussão sobre as escolas atuais de pensamento ecológico, derivadas, em grande parte, do que compreendemos por novo ecologismo.

3.3. O novo naturalismo de Moscovici

O novo ecologismo surgiu com as agitações estudantis de 1968, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa. As questões ecológicas passaram a ser uma das bandeiras de luta das minorias. Na França, o movimento foi influenciado por Pierre Fournier que propunha a volta às práticas de uma vida ecologicamente sadia, pelo retorno ao campo e à vida em comunidade, na tentativa de criar ilhas de uma sociedade ideal, livre e libertária. Estas, no meio rural, procuravam uma vida de auto-suficiência, através do uso de tecnologias *doces*, tecnicamente apropriadas e socialmente controladas.

Também na França, esse movimento teve influência de Serge Moscovici, para quem o novo ecologismo é marcado profundamente pela *futureologia* e pelo profetismo alarmista: o futuro incerto do planeta; o esgotamento dos recursos naturais; a super população humana; a poluição ecocida; as tecnologia opressivas; a guerra nuclear; a ciência dominada pela tecnocracia; e pela sociedade autoritária. As propostas ecologistas de Moscovici são formuladas na direção de uma sociedade libertária, constituída de comunidades auto-suficientes, utilizando uma ciência, um trabalho e uma tecnologia não alienante e a afirmação da sociedade civil em contraposição a um Estado centralizador.

Na análise de Diegues (1994), nesse movimento de ruralização e proposta de volta às comunidades rurais manifestou-se uma utopia simplista: o retorno aos modelos de convívio das sociedades primitivas:

“O bom selvagem e o velho agricultor foram considerados como detentores do conhecimento e da sabedoria em razão de sua pouca adaptação à tecnologia moderna. A aldeia rústica e modesta se tornou o arquétipo da vida comunitária e os trabalhos rurais e artesanais, as atividades doces e agradáveis pois eram realizadas em estreita comunhão com a natureza” (Diegues, 1994: 34).

Para uma análise mais detalhada da questão do *mundo natural do bom selvagem* é necessário um certo aprofundamento em algumas escolas recentes.

A primeira escola é a ecologia profunda, que pressupõe que as vidas humana e não humana tem valores intrínsecos independentes do utilitarismo; os humanos não tem direito a reduzir a biodiversidade, exceto para satisfazer suas necessidades vitais; o florescimento da vida humana e das culturas são compatíveis com um decréscimo substancial da população humana. O florescimento da vida humana requer tal decréscimo; a interferência humana na natureza é demasiada; as políticas devem, portanto, ser mudadas, afetando as estruturas econômicas, tecnológicas e ideológicas. As mudanças ideológicas se referem sobretudo a apreciar a qualidade de vida.

A segunda escola é a ecologia social, que analisa a degradação ambiental como diretamente ligada aos imperativos do capitalismo e, como os marxistas, vê na acumulação capitalista a força motriz da devastação do planeta. Os ecologistas sociais vêem os seres humanos primeiramente como seres sociais; não como uma espécie diferenciada, mas constituída por grupos diferentes como: pobres e ricos; brancos e negros; jovens e velhos. Por outro

lado, criticam a noção de Estado e propõem uma sociedade democrática, descentralizada e baseada na propriedade comunal de produção. São considerados anarquistas e utópicos, e nesse ponto se afastam dos marxistas clássicos a quem criticam.

Por último, uma análise da escola onde se situa o pensamento de Serge Moscovici: o eco-socialismo ou eco-marxismo. Esta escola tem suas origens no movimento de crítica interna do marxismo clássico no que diz respeito à concepção do mundo natural, principalmente a partir da década de 1960. Segundo alguns de seus teóricos (Moscovici, Gutelman e Skibberg, entre outros), para Marx a visão de natureza era bastante estática, pois a considerava apenas em função da ação transformadora do homem, através do processo de trabalho, proporcionando-lhe as condições desse trabalho e o arsenal dos meios de subsistência.

Para Diegues (1994), uma das explicações para esse ponto de vista é dada pela sugestão que Marx se preocupou fundamentalmente com a explicação do sistema capitalista onde a natureza já aparecia como simples mercadoria, e marginalmente com as sociedades primitivas, onde o mundo natural foi pouco modificado devido ao pouco desenvolvimento das forças produtivas. Essas sociedades primitivas eram consideradas por Marx como desenvolvimentos puramente locais da humanidade e como idolatrias da natureza. Na sociedade capitalista, a natureza não é mais reconhecida como um poder mas como objeto de consumo ou meio de produção.

Serge Moscovici, em 1969, escreveu *Sociedade contra Natureza*, que teve grande influência sobre os movimentos estudantis. Em *Hommes Domestiques, Hommes Sauvages* (1974), Moscovici destaca a importância

dos trabalhos de juventude de Marx para o entendimento da relação homem-natureza. Suas idéias de base, no entanto, se dirigem a uma crítica à oposição entre o culturalismo e o naturalismo. O primeiro seria um conjunto de idéias que se apóia sobre a história, a cultura e a sociedade. O culturalismo vê na natureza a enfermidade do homem, uma ameaça a qual a cultura serve como defesa. O naturalismo, ao contrário, se traduz numa aversão pela sociedade e pela cultura.

Essas duas correntes, segundo Moscovici, falam em linguagens diferentes. O culturalismo tem por princípio a ruptura entre a sociedade e a natureza, entre as ciências do homem e as da natureza. A sociedade teria todas as qualidades e a natureza todos os defeitos. Todos os esforços do homem são feitos no sentido de aumentar o espaço entre a sociedade e a natureza, sendo que a própria evolução tenderia a distanciar o homem em relação ao mundo natural.

Também o culturalismo se reflete numa visão em que, de um lado, existe o homem natural, selvagem, sem família, ciência ou religião, sem lógica e detentor somente de um pensamento simbólico e mítico; e de outro lado, o homem domesticado, em plena posse dos poderes intelectuais, sociais, técnicos e científicos. O primeiro é um ente distante de nós, primitivo, inferior (como também o agricultor assentado); o segundo, um ser superior, distante da natureza. A essa divisão, corresponde também uma divisão entre as ciências, cabendo à antropologia o estudo dos primeiros. A cena final, segundo o culturalismo, é a vitória da civilização, da domesticação do mundo natural, do homem natural.

O naturalismo afirma a unidade entre a sociedade e a natureza, entre a ciência do homem e da natureza. O homem está dentro da natureza, e essa realidade não pode ser abolida. Ela não tem um meio exterior ao qual o homem se adapta. O homem é natureza e a natureza, seu mundo. O naturalismo é ameaçador, porque é contrário à visão antropocêntrica do mundo. Constitui uma corrente heterodoxa, minoritária na história das idéias ocidentais. Para Moscovici, o naturalismo está em plena mutação, deixando de ser uma negação do culturalismo, passando de uma posição de reação para uma posição ativa, de uma proteção ingênua do mundo natural para a afirmação de uma nova relação entre homem-natureza.

O embasamento teórico do Pontal Verde, ou aquilo que o Programa denomina de *novo naturalismo*, se baseia em três idéias principais:

a) O homem produz o meio que o cerca e é ao mesmo tempo seu produto. Nesse sentido, deve-se considerar normal a intervenção do homem no curso dos fenômenos e dos ciclos naturais, à semelhança das outras espécies que, segundo suas faculdades, agem sobre as substâncias, as energias e a vida de outras espécies. O que traz problemas não é o fato, mas a maneira como o homem intervém na natureza. Uma natureza pura, não transformada, é um museu, uma reserva, um artifício de cultura como outros, a qual somente o naturalismo reativo acredita. Desse modo, o fundamental não é a natureza em si, mas a relação entre o homem e a natureza. Como afirma Moscovici:

“Antes de tudo, trata-se de considerar o homem como uma força da natureza, uma força entre outras. Seu interesse lhe aconselha a estreitar as ligações, de permitir que as outras forças se desenvolvam, se renovem, em vez de esgotá-los numa busca sem fim de energias a explorar e de espécies para destruir, de uma abundância que se transforma continuamente

em escassez: de renunciar a esta atitude predatória tão fortemente ancorada nele.” (Moscovici, 1974: 120)

b) A segunda idéia considera a natureza parte de nossa história. Não se trata de voltar atrás para reencontrar uma harmonia perdida. *A natureza é sempre histórica e a história sempre natural* (Moscovici, 1974: 121). O problema que se coloca hoje é de encontrar o estado da natureza conforme nossa situação histórica.

c) A terceira idéia: a coletividade e não o indivíduo se relaciona com a natureza. A sociedade pertence à natureza, conseqüentemente é produto do mundo natural por um trabalho de invenção constante. Ela é ao mesmo tempo parte e criação da natureza. E no entanto, a partir do neolítico, com a aparição das cidades e dos Estados, a sociedade, assim como o pensamento e o saber, se construíram contra a natureza. Ela também gerou as divisões entre os homens em nome de uma necessidade imposta pela luta contra o mundo exterior. Ademais, sob o argumento de se proteger contra as energias naturais incontroláveis, a sociedade multiplicou as proibições e as interdições (sexuais, alimentares). A divisão do trabalho, por sua vez, para responder às necessidades técnicas de produção de acumulação que nos colocaria ao abrigo da escassez, separa indivíduos e grupos em castas e classes sociais.

O novo naturalismo propõe uma sociedade para a qual a natureza é um lugar onde o homem pode desabrochar, uma realidade aberta que ele pode ajudar a desenvolver. Nessa perspectiva, a sociedade pode descobrir que a natureza não é uma realidade plácida, uniforme, em perfeito equilíbrio. Ao contrário, ela é diversidade, a criação constante de diversidades, de existência

complementar de cada força e de cada espécie. A regra é a divergência e a evolução se faz sob o signo da divergência.

Esse novo naturalismo ativo, incita a dar a palavra a cada cultura, a cada região e a cada coletividade, a deixar a cada um o que produziu. Trabalho, linguagem, costumes, técnicas, ciências podem ser emprestadas e se intercambiam, em vez de se impor. Nesse sentido, se entende a necessidade de tornar a vida mais *selvagem* (*ensauvager la vie*), estreitando os vínculos entre os homens.

Moscovici evoca, portanto, uma nova utopia, na qual é necessário, não um retorno à natureza, mas uma mudança do que é atualmente uma relação humana destrutiva da natureza, uma nova relação homem-natureza, uma nova aliança, na qual a separação seja substituída pela unidade. Desse modo, a solução de se colocar a natureza em parques onde o homem está ausente, não parece ser a melhor estratégia para o estabelecimento de uma relação mais harmoniosa entre a sociedade e o meio ambiente.

3.4. O início das atividades

O Programa Pontal Verde foi instituído em maio de 1998 pelo Itesp, porém só conseguiu-se organizar a primeira reunião apenas em novembro desse ano. Em contraposição à retórica oficial do próprio órgão, bem como à da Secretaria da Justiça paulista, as dificuldades burocráticas e a falta de maior apoio institucional aparecem claramente colocadas nas palavras do coordenador do GGA, quando se refere ao início operacional do Pontal Verde:

“...então aquilo estava efervescendo, com discussões e tal... Como eu já era bem ligado à área ambiental, peguei aqueles textos, dei uma forma, conversamos com as pessoas... Quais são os objetivos?... fomos formatando... Quais são as

estratégias? Ele foi lançado em maio de 98 e ficamos até o final de 98 pensando... o que faríamos para recuperar a área? Ainda não se falava em gestão ambiental, não haviam profissionais... Então conversamos com a Secretaria do Meio Ambiente para trabalhar a educação ambiental para sensibilizar os técnicos e os professores. Organizamos um work-shop para perguntar: o que poderíamos fazer de fato? Surgiu uma área piloto. Também a educação ambiental e a capacitação técnica apareceram como demandas. Os técnicos não estavam sentindo-se preparados para acompanhar a questão ambiental e os professores também pediram alguns cursos com a metodologia ZOPP. No começo não tínhamos nada para oferecer... sabíamos do preparo do solo... mas ainda não estava formatado... e era muito cansativo. O que já temos de concreto? O que poderíamos oferecer? Bom... o preparo do solo a gente tem... o que temos para oferecer para o estabelecimento de uma parceria? Tínhamos que ser mais claros... Nós temos isso e isso para oferecer, a gente quer recuperar esta área... Quem tá afim?" (21/07/2001).

A partir de um encontro realizado entre os dias 4 e 6 de novembro de 1998 na sede do Parque Estadual do Morro do Diabo, montou-se o atual formato do Programa Pontal Verde. Esse encontro foi prestigiado por 20 técnicos agrícolas, 50 professores da rede estadual de ensino, 10 assentadas (grupo de mulheres), um representante do Ipê e outro da Cocamp. Através da metodologia ZOPP foram delineados os objetivos e as metas, estabelecendo-se que um aspecto importante seria o de implantar projetos pilotos. Foi criado um grupo gestor e os representantes das coordenadorias regionais ficaram com a tarefa de identificar as áreas que poderiam ser consideradas pilotos. Também consta que, em março de 1999, uma outra reunião aconteceu, desta vez no município de Presidente Venceslau, contando com a presença de 29 técnicos extensionistas e 3 professores da rede estadual. Nesta reunião nenhum assentado compareceu.

A estratégia de implantação previa uma série de atividades na área piloto. Assim, o GGA, desde o seu ponto de vista, procurou escolher como

área piloto para o Programa um assentamento que reunisse algumas características consideradas importantes, tais como: área típica em termos dos aspectos físicos, bióticos e antrópicos; bem localizada em relação a outros assentamentos e de fácil acesso; área significativa de RFL a ser recuperada; comunidade organizada; e pouco tempo de implantação.

3.5. O local escolhido

Desta maneira, a área escolhida para piloto do Pontal Verde foi o Assentamento Santa Carmem, localizado no município de Mirante do Paranapanema, com uma área de 1.043,01 hectares. Nesta área encontram-se 37 lotes, de 16 a 22 hectares cada um, que ocupam juntos 765,78 hectares, e uma RFL de 270, 57 hectares totalmente desprovida de vegetação arbórea, correspondendo a 25, 94% da área total.

Julgamos, neste ponto, que os idealizadores do Pontal Verde não fizeram a correta leitura a respeito de uma das características deste Assentamento, talvez a mais importante delas: a inexistência de uma comunidade organizada. O assentamento Santa Carmem é famoso na região por sua desarticulação. Em nossas visitas ao campo constatamos que realmente existem algumas disputas internas no referido assentamento, problemas de longas datas que sinteticamente assentam-se nas disputas por seu comando interno.

Historicamente, seus ocupantes fizeram parte das lutas promovidas pelo MST no município em início dos anos 1990. Através das ocupações e dos enfrentamentos e, posteriormente, das legalizações promovidas pelo Incra, conforme relatados no capítulo 1, obtiveram o acesso à terra em 1995.

Porém, desde o início, constatou-se uma série de desentendimentos entre os assentados, por disputas que variaram desde o tamanho e a declividade dos lotes até denúncias de roubo de frango, por exemplo. O MST, a partir de um dado momento, não mais conseguiu conter estas ocorrências e passou a isolar o Santa Carmem, por exemplo, no apoio à assistência técnica.

Ressalta-se também que a maioria desses assentados recusavam-se a permanecerem sob a tutela do MST, e esse desejo culminou na criação da Associação dos Agricultores do Assentamento Santa Carmem, fortemente instigada pelo Itesp. Essa Associação durou tempo suficiente para marcar o Assentamento como um dos que repeliram o MST após a conquista da terra. Desta forma podemos compreender que os agentes do Itesp visaram parcerias com os agricultores que não faziam parte do MST, mesmo desejando a parceria da Cocamp no Programa. Concluímos que houve um erro de avaliação do GGA, pois durante a realização desta pesquisa verificou-se que a referida Associação de Agricultores do Santa Carmem estava dividida e, conseqüentemente, inoperante há mais de um ano. Concordamos com o GGA na importância das outras características para a escolha da área piloto, como a proximidade do asfalto ou o tamanho da área de RFL, mas quanto à organização comunitária as nossas constatações não permitem que assim o façamos.

Neste ponto, perguntamos: como os agricultores poderiam negociar, de forma participativa, alguns dos pontos do Programa, se as metas, inclusive a indicação da área piloto, já estavam traçadas pelo Itesp desde julho de 1998? A partir de nossa análise podemos ver como a comunidade fora posta como

figurante em vários momentos do processo, fazendo parte apenas de uma tentativa de legitimação do Programa.

3.6. As parcerias

O capítulo do Programa Pontal Verde que aborda as parcerias é aberto com a seguinte citação:

“Os assentados são sem dúvida os parceiros mais importantes para a viabilização da implantação deste Plano. [...] este agente tem, de um modo geral, baixo grau de instrução e a tendência de utilizar a sua força de trabalho para produção no lote, propiciando assim a sua sustentabilidade, capitalização e viabilidade econômica. Para conseguir a parceria deste agente, fica evidente que será necessário que ele possa obter retorno econômico.” (Itesp, 1998:31)

Como já mencionado, a educação e a capacitação ambientais apareceram como demandas na reunião. Nesse sentido, no início de 1999, tentou-se montar parcerias com as Secretarias do Meio Ambiente e da Educação. *“Foram feitos vários contatos”* para a construção do Projeto de Educação Ambiental Pontal Verde, *“que previa a execução de ações de capacitação, sensibilização e informação, articuladas entre si de maneira a alcançar objetivos comuns”*. (Itesp, 1998: 42)

O objetivo deste sub-projeto foi inicialmente identificar a percepção dos professores acerca do meio ambiente, dos problemas agroambientais *“que assolam os assentamentos”* e a região, os modos de lidar com a questão ambiental e as expectativas quanto a participarem de um projeto de educação ambiental. Para o GGA, tais informações formariam um diagnóstico do patamar de conhecimento, atitudes e expectativas, considerados subsídios fundamentais para o planejamento das atividades em geral.

“Através da conciliação das expectativas explicitadas pelos professores e coordenadores pedagógicos será feito o estabelecimento de um programa de atividades de forma participativa”. (Itesp, 1998: 44)

Em relação às expectativas de capacitação, foi manifestada, além de um melhor entendimento sobre a questão ambiental, a necessidade de se conhecer melhor a história do Pontal do Paranapanema. Três anos e seis meses depois, na concretização desta pesquisa, nenhum curso sobre o histórico regional havia sido implementado. Esse dado reforça a nossa hipótese de que o Programa Pontal estava preparado para atender somente aquilo que já havia sido decidido em São Paulo. O que fora gestado em outro eixo, como esta necessidade de cursos sobre a história do Pontal (dado de forma participativa), entrava em uma espécie de “lista de espera” das prioridades do Programa, o que não ocorrera com os “planejados” cursos sobre a questão ambiental, que serão comentados mais adiante.

Com relação à capacitação dos técnicos extensionistas do Itesp, ela foi concebida da mesma forma e *“os profissionais ‘concordaram’ que havia necessidade de cursos em metodologias participativas, educação ambiental e, especialmente, sistemas agroflorestais”*. Ao mesmo tempo foram identificados os materiais que seriam os mais adequados para a sensibilização da comunidade, dos técnicos e dos professores, concluindo-se que seria interessante a produção de um livro que trouxesse para a discussão a questão ambiental, especialmente a recuperação florestal, folheto explicativo do projeto, cartaz e vídeo.

Quase quatro anos depois, entre as formulações acima descritas e esta pesquisa empírica, a resposta do coordenador do GGA, quando perguntado

sobre os resultados apresentados pela parceria entre Itesp e Secretaria Estadual de Educação, é a seguinte:

“... a gente ainda não conseguiu criar um vínculo muito forte. Nossas relações são pontuais, a gente não tem uma conversa visando uma continuidade do trabalho e dos projetos juntos. É uma coisa que a gente tá querendo estabelecer a partir deste ano [referindo-se a 2002]. Com a Delegacia de Ensino também é isso, a gente tem conversas esporádicas, falta estabelecer um vínculo maior” (21/07/2001).

Segundo a diretora da Escola Estadual Fazenda São Bento (Escola Pé de Galinha⁹), em um ano de direção ela não presenciou nenhuma atividade ambiental educativa fomentada pelo Itesp, exceto em 21 de setembro (dia da árvore) *“quando eles fizeram uma festa com as crianças”*. Neste evento, segundo o escritório regional do Itesp de Mirante do Paranapanema, foram plantadas próximas da escola Pé de Galinha mais ou menos 600 mudas de caxipingui, árvore nativa da flora regional, *“mas infelizmente a diretora não viu”*, relataram alguns extensionistas locais.

Na Delegacia Regional de Ensino de Mirante do Paranapanema, depois de muitas dificuldades impostas para se realizar uma entrevista formal, a informação oficial foi a de que não conhecem o Programa Pontal Verde, nem as intenções do Itesp em trabalhar a educação ambiental em parceria com a Instituição:

“É verdade... eles trouxeram há um tempo atrás uns latões de lixo coloridos para por nas escolas... para lixo separado. Só que não ensinaram nada... Os latões foram entregues em algumas escolas, ainda tem alguns aí. Eles deveriam explicar o que é para se fazer de verdade e não chegar e ir jogando: toma o latão... não pode ser assim, não é assim. Lá na Pé [de Galinha] entregaram... só que ninguém põe nada direito dentro, é tudo misturado... Eles não deveriam explicar mais?” (14/08/2002).

⁹ O apelido de Escola Pé de Galinha, para horror da sua diretora, foi dado porque a Escola São Bento situa-se em um entroncamento que une algumas estradas que servem a diversos assentamentos da região, formando um desenho que assemelha-se a um pé de galinha.

Outra parceria que destacamos foi a efetivada entre o Itesp e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Num primeiro momento entendemos que esta deveria ser uma parceria fundamental para o Programa, já que propõe-se a recuperação ambiental de uma região do Estado de São Paulo. No entanto, apesar do manual do programa fazer referências a esta parceria como preponderante para o sucesso do Programa, a realidade apresentou-se de outra forma. *“As dificuldades burocráticas são muito grandes para um trabalho contínuo entre ambos os órgãos estatais”*, observava um membro do GGA. Não obstante estas dificuldades, esta Secretaria, através da Coordenadoria de Educação Ambiental (CEAM), imprimiu o material institucional do Pontal Verde e, a partir de 2000, também abriu espaço para o recebimento de projetos ligados à preservação dos recursos hídricos no Pontal do Paranapanema. Ainda assim, segundo o GGA:

“Foi importante a parceria com a Secretaria de Meio Ambiente. A gente conseguiu cartilhas, folders, vídeo. Conseguimos a partir das multas de rodízio de carros. Pegamos esse recurso e aplicamos lá. A Secretaria ficou bem empenhada no projeto. Depois que a gente lançou a cartilha do dia da árvore, a gente se afastou um pouco... quer dizer... a gente se fala por telefone... Mas aquele apoio efetivo mesmo foi só no começo” (21/07/2001).

Em relação às outras parcerias da esfera estatal citadas no Capítulo 1, pareceu-nos sintomático que o Itesp apenas as tenha indicado como forma de legitimar internamente o Programa, visando a possibilidade de estabelecimento de uma série de convênios no futuro. Pode nos parecer estranho, como no caso da indicação da parceria com a Unesp na elaboração do Programa, ou ainda nos casos mencionados sobre as parcerias com as secretarias estaduais, mas o fato é que os formuladores do Pontal Verde,

segundo suas próprias análises, tinham em mente diversos emparceiramentos futuros que, entretanto, não se concretizaram: Embrapa, Unicamp e USP, como exemplos da órbita estatal e Ipê e Cocamp, como exemplos da sociedade civil.

Interessa-nos, então, analisar por quê as parcerias junto à Cocamp (Figura 20) e ao Ipê não proliferaram. A primeira instituição trata-se de uma cooperativa formada entre os assentados rurais da região, administrada pelo MST. A segunda é uma ONG que mantém o Parque Estadual do Morro do Diabo. Ambas estiveram presentes na exclusiva reunião do Pontal Verde, expondo os seus respectivos pontos de vista sobre a questão ambiental e suas expectativas para a recuperação ambiental da região.

Para a Cocamp o governo paulista tem sido omissos em relação à região. *“Estamos abandonados”*, relatava o engenheiro agrônomo da organização, referindo-se aos subsídios estatais em maior oferta em um outro período. A fala desse agente relaciona-se mais a outros projetos de envergadura federal, como por exemplo o Procera (Projeto de Custeio para a Reforma Agrária) e a assistência técnica do Projeto Lumiar, ofertada pelo governo paulista em consórcio com o Incra. Ele concorda que a assistência técnica do Itesp continua existindo, mas entende que existe uma certa *“preferência”* pelos assentamentos desideologizados, ou seja, pelos assentamentos que não estão sob o comando do MST.

Este foi o sentimento dominante encontrado na sede da cooperativa a despeito do apoio do governo aos projetos locais. Na visão do agrônomo da instituição, o Pontal Verde *“é um projeto deles para eles”*. Sobre a reunião ocorrida no Morro do Diabo, apontada pelo GGA como contraponto ao *pacote*

tecnológico Pontal Verde, “foi só para apresentar o Programa, não foi para perguntar o que a gente achava”. Também, para uma pesquisadora das Ciências Agrárias, militante do MST e mestranda em Agricultura e Meio Ambiente no CPDA da UFRJ, *“o desperdício do dinheiro público começa na entrada das áreas destinadas à recuperação. O dinheiro gasto para cercar as áreas daria quase para fazer um assentamento novo”* (18/07/2001).

Entretanto, esse relato expõe como a militante não conhecia profundamente os desdobramentos do Programa, e também nos revela um pouco da animosidade ideológica existente na relação Itesp / MST. Mesmo referindo-se à parte do Pontal Verde que propõe a implantação direta (construção de cercas, abertura de estradas internas, recuperação de voçorocas), a entrevistada não tinha a informação que nenhuma área destinada à recuperação ambiental fora cercada pois não tinham sido liberadas as verbas destinadas para tais eventos. Na visão do GGA *“este estado de espírito do MST em relação ao Programa é porque eles não conhecem direito”* (21/07/2001).

Quanto ao Ipê, esta organização pareceu contrária a qualquer atividade que ocorra em parceria com o governo paulista. Acostumados com as flexibilidades característica das Ongs, os seus agentes perceberam dificuldades em trabalhar com os cronogramas apresentados e *“impostos”* pelo Itesp. Segundo um funcionário deste organismo, *“não podemos ficar perdendo tempo porque não saiu um empenho aqui ou outro ali... nossos esforços são horários e qualquer mudança nesse sentido pode acarretar em problemas”* (15/08/2002).

Segundo o coordenador do GGA:

“Quando a gente montou o Pontal Verde, a gente teve uma discussão com o pessoal do Ipê e da Cocamp. Sentimos algumas dificuldades de trabalhar juntos, principalmente com o Ipê... eles tem uma missão e uma forma de trabalhar diferente da nossa. Eu acho que a gente está caminhando na mesma direção, muito embora cada um traçando um caminho próprio. Em outro momento a gente tentou montar uma parceria, no meio do processo. Eles precisaram de recursos e nós não tínhamos. Acho que ele pensou que fosse má vontade nossa... As pessoas tem que aprender a trabalhar com o estado” (21/07/2001).

Para o GGA as perdas destas parcerias foram muito significativas, notadamente àquela pretendida junto ao Ipê. Esse almejado parceiro era considerado muito importante na divulgação de seus entendimentos e de seus métodos de trabalho no tocante à questão ambiental. Quanto a Cocamp, o lamento da não concretização da parceria situa-se na capacidade que teria esta instituição para organizar os agricultores.

3.7. O orçamento

Do ponto de vista orçamentário, o Programa contou inicialmente com verbas do próprio Itesp para a compra, basicamente, de sementes e saquinhos plásticos. Também contou com trabalhos executados através de um contrato de prestação de serviços que o Itesp mantém com a Codasp, cujas verbas são repassadas diretamente pela Secretaria da Fazenda de São Paulo.

De acordo com nossa análise, se por um lado o Itesp recria-se em fundação visando uma maior agilidade aos seus trabalhos, por outro, os mecanismos de repasse de verbas públicas para a compra de determinados produtos continuam assentados em parâmetros antigos, como os empenhos estatais ou as cartas-convite. Salienta-se, inclusive, que as verbas destinadas

a construção de cercas, constantes na implantação direta do Programa, foram remanejadas para outras áreas do próprio Itesp, não sendo, conseqüentemente, repassadas ao GGA.

Em seguida vieram os materiais impressos, que, segundo a Gerência de Infra-Estrutura, foram feitos a partir dos recursos enviados pela Secretaria do Meio Ambiente. Quando a informação foi buscada de forma qualitativa verificou-se uma atividade promocional desta Secretaria, já que a mesma possui agência de publicidade exclusiva, orçamento gráfico anual e não houve empenho orçamentário extra para a confecção de 4.000 cartilhas e 10.000 folders destinados ao GGA.

Sobre a possibilidade de se angariar mais recursos internos, a posição do GGA é a seguinte:

“É uma luta. Tem outras prioridades dentro do Itesp... estradas, adequação de áreas arrecadadas pelo estado. Abrir estradas queima dinheiro... tem assentamento com 18 quilômetros de estrada. Quando você estabelece as metas você tem que saber quanto vai gastar. A idéia é assim: trabalhando com dinheiro orçamentário, mostrando serviços e captando dinheiro lá fora” (21/07/2001).

Prevendo as dificuldades orçamentárias, os formuladores do Pontal Verde idealizaram parcerias entre os agricultores no manejo das áreas a serem recuperadas e, também, o fomento de viveiros coletivos no interior dos assentamentos participantes. Segundo o manual do Programa:

“Pretende-se implantar áreas pilotos que deverão servir como principal instrumento de difusão. Deverá ser incentivada a implantação de viveiros comunitários tendo em vista a redução dos custos de transporte, o envolvimento da comunidade no processo como um todo e na dificuldade atual de obtenção de mudas”.

Quando foram definidas as três áreas iniciais, localizadas no Santa Carmem, cinco agricultores se interessaram pelo Programa e, rapidamente, os técnicos do GGA conheceram as dificuldades em se trabalhar coletivamente: os agricultores não aceitaram formar viveiros coletivos no interior dos assentamentos e tampouco desejaram trabalhar em parceria, basicamente pelos motivos já expostos anteriormente. Neste momento, o GGA insistiu em suas metas e procurou convencer os agricultores que esta era a única maneira de se poder participar do Programa.

Quando indagado sobre os critérios utilizados pelo GGA para seleção de quem seriam os primeiros agricultores participante, o coordenador desse grupo foi político, num primeiro momento:

“A gente chega, conversa com as famílias na primeira reunião. Às vezes é uma área que está no cantinho... que tem quatro famílias, quatro lotes em volta... então a gente não chama a comunidade inteira, chama só aqueles quatro lotes” (21/07/2001).

E depois, em um segundo momento, ainda na resposta, tornou-se incisivo:

“Na verdade, estas áreas são do estado, mas são áreas que a comunidade interage com ela. Então a gente coloca para a comunidade a possibilidade que tem o Projeto... explica direitinho... Algumas pessoas se beneficiam da área de reserva que está coberta com pasto para colocar gado, e isso é irregular, mas é muito difícil de fiscalizar. Eles tem o lote perto e o estado não pode estar lá vinte e quatro horas... Então o pessoal pergunta: aquela área é de fulano? A gente responde: não, é do estado e se você quiser a gente tira o gado do cara de lá para você trabalhar conosco. Isso estimula outros a participar... socializar a área comum. A gente cria a confusão e o conflito lá dentro e depois se beneficia disso” (21/07/2001).

Ao mesmo tempo, em outra esfera, as áreas a serem recuperadas estavam sendo legalizadas, já que do ponto de vista jurídico considerava-se

proibido qualquer atividade produtiva em APAs e em RFLs. Neste ponto, salienta-se o papel do Deprn, órgão estatal responsável pela aprovação de projetos e pela emissão de licenças ambientais no Estado de São Paulo. Também não podemos deixar de lembrar a trajetória profissional dos funcionários do GGA, comentada no capítulo 1. Três dos cinco membros deste grupo já trabalharam no Deprn, o que, além de lhes conferir um completo entendimento sobre o funcionamento do órgão, permitiu, principalmente, considerável facilidade na aprovação desse projeto, considerado inovador do ponto de vista das políticas públicas ambientais. Verificamos, também, que a relação entre os técnicos do GGA e os funcionários do Deprn local é antiga, fincada na confiança e baseada em ações e intenções que durante muito tempo caminharam juntas.

“A gente faz o planejamento da área, o planejamento do lote e estabelece onde vai ser a reserva. Onde tem reserva que o fazendeiro deixou com capim a gente quer estar recuperando. São áreas críticas realmente... Então, o Deprn tem a função de estar autorizando a implantação do sistema agroflorestal para recuperar esta área. Você tem que fazer um projeto, apresentar ao Deprn, e eles aprovam ou não. O primeiro projeto deste tipo, no Estado de São Paulo, foi o Itesp que aprovou. Ninguém tinha proposto um projeto de recuperação de reserva nesses moldes antes da gente” (21/07/2001).

Desta maneira, e com todo esse ufanismo, formaram-se as primeiras parcerias e, como mencionado anteriormente, para as três primeiras áreas destinadas à recuperação ambiental foram *selecionados* cinco agricultores, com a seguinte distribuição de acordo com o mapa do Assentamento Santa Carmem: para o que chamaremos de área 1 foi firmada parceria entre os agricultores dos lotes 08 e 10; para a área 2 os agricultores dos lotes 28 e 29; e por último, a área 3 ficou exclusiva ao agricultor do lote 09.

Observamos, primeiramente, que as parcerias não foram firmadas espontaneamente entre os agricultores, mas sim por imposição do GGA. Devido a isso, como já mencionado, ainda durante a fase de implantação dos viveiros coletivos ocorreram os primeiros desentendimentos entre os agricultores. Com exceção do agricultor do lote 28, nenhum dos outros quatro participantes aceitou ceder espaços em seus respectivos lotes para a construção de viveiros, ainda que pequenos. O resultado dessa ação pôde ser conferido na primeira visita que realizamos ao Assentamento, ainda durante a etapa exploratória da pesquisa. O que vimos, naquele momento, foi um “amontoado” de mudas em um canto do lote 28 e um agricultor desestimulado. *“Não tivemos ajuda de ninguém para construir”*, queixava-se o agricultor.

Este dado é relevante para essa pesquisa por refletir em certa medida as diferenças existentes entre o que foi planejado nos gabinetes do Itesp em São Paulo pelos técnicos do GGA e o que aconteceu efetivamente no Santa Carmem. Segundo o técnico do GGA, responsável pela gestão do Pontal Verde em campo, *“devido à essas coisas optamos por comprar as mudas já prontas para o plantio. Compramos de um viveiro aqui de Assis”*. Ou seja, os representantes do órgão sentiram dificuldades em administrar o primeiro conflito instalado e decidiram, sem comunicar aos agricultores, pela compra das mudas em um viveiro particular da região, aproveitando-se de uma pequena verba disponível, e não mais por sua produção coletiva, conforme havia sido decidido.

A queixa do agricultor do lote 28 não era tanto em relação aos outros agricultores que, conforme anteriormente acertado, deveriam ajudá-lo na construção do viveiro, mas sim em relação ao Itesp. O tempo decorrido entre a

percepção do conflito e o abandono da idéia de viveiros coletivos, que culminou com a compra das mudas, fora suficiente para que o agricultor construísse, apenas com o auxílio de sua família, a estrutura completa do viveiro. Segundo o agricultor, ele destinou seis diárias de trabalho na construção do viveiro, *“que não serviu para nada”*. Ainda em sua análise, o Itesp lhe prometera *“algo novo”* e não havia cumprido tal promessa. O coordenador do GGA entende que houve prejuízo para o agricultor e para o Itesp, *“...não de dinheiro, mas de confiança”*, como relataria posteriormente.

Por mais incrível que seja, a história deste conflito não se encerrou por aqui. Em meados de março de 1999, solidários com o agricultor do lote 28 e ainda sem a informação que o GGA decidira alterar o método para fornecimento de mudas, o primeiro técnico agrícola que atendeu o lote 28 decidiu “arrumar” algumas mudas já preparadas para o agricultor implantar no viveiro. Aproveitando-se de um antigo viveiro de mudas da CESP que estava sendo desativado, este técnico levou e entregou cerca de 300 mudas, muito debilitadas por sinal, ao agricultor. Daí o motivo de termos encontrado na primeira fase da pesquisa aquelas mudas amontoadas em um canto do viveiro. Conclui-se, com este episódio, que os planejamentos da etapa inicial do Pontal Verde beiraram o desencontro.

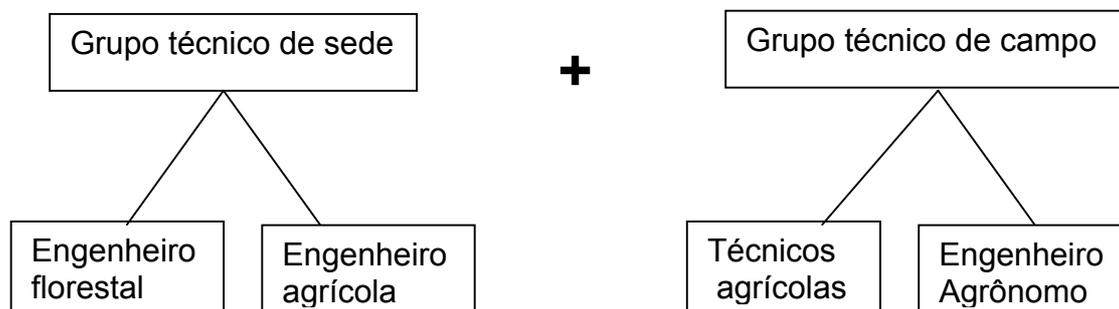
3.8. As relações

A partir deste contexto torna-se importante analisar as relações existentes na implantação participativa do Programa. Sobre esta tentativa de organizar o coletivo sem um conhecimento prévio das estratégias e das orientações dos agricultores, e também sobre as mudanças ocorridas nesta

fase do Programa, em parte pela resistência dos agricultores, o GGA responde quase em unísono:

“Mudou, mudou... No começo a gente queria trabalhar coletivamente, mas não deu. Se a gente quisesse bater o pé, estávamos fritos. A gente percebeu a resistência. Nós tivemos que ceder. O coletivo é muito complicado, é uma coisa que tem que ser trabalhada em outro nível. Você conseguir agrupar pessoas para atingir um objetivo é muito legal, mas esse trabalho de incentivar o coletivo tem que ser feito em outro nível, não em projeto ambiental, porque é uma dificuldade a mais para a pessoa entrar” (21/07/2001).

Neste momento, torna-se necessário a compreensão das relações entre os funcionários do Itesp. Observando o esquema a seguir podemos melhor compreender o Pontal Verde na ordem de interesse dos extensionistas. O Programa está baseado na seguinte relação:



Na formulação do Pontal Verde não foram verificados conflitos. Nossa análise é que a trajetória profissional destes funcionários, que cruzou-se em diversos momentos, fortaleceu uma relação de amizade entre eles. Entretanto, julgamos fundamental a confluência de visões de mundo propostas pelas disciplinas acadêmicas das quais são originários. Ou seja, as engenharias florestal e agrícola são próximas em seus planejamentos para o desenvolvimento rural, quase confundindo-se em suas críticas quando o tema é o modelo convencional de agricultura proposto pela Revolução Verde.

Os conflitos internos de relacionamentos no Itesp interessa-nos a partir da apresentação do Programa, quando entraram em cena outros atores sociais, como os técnicos agrícolas e os engenheiros agrônomos. A relação entre os técnicos agrícolas e os engenheiros do GGA pareceu-nos destensionada. A partir da fala do supervisor de campo do Pontal Verde, um dos engenheiros agrícolas do GGA, podemos constatar o bom trânsito existente entre esses profissionais:

“A relação com os técnicos é muito melhor. Eles não ficam reclamando se isso vai ou não ser assim... É o seu trabalho, e eles entendem bem disso. Eu prefiro trabalhar com os técnicos... a relação é num único sentido, em um único vetor. Qualquer dúvida, eles estão ligando aqui. Tenho um carinho muito grande pelo trabalho dos técnicos” (17/08/2002).

Essa fala nos conduz à duas interpretações. A primeira é sobre boa relação existente entre o GGA e os técnicos agrícolas. A segunda interpretação, contudo, revela-nos que essa fala carrega uma certa arrogância acadêmica, notadamente pela sobreposição científica, como se as indagações propostas pelos técnicos agrícolas nunca fossem lhes causar algum embaraço; como fossem “amadores”, como se não lhes pudessem criar pendências profissionais por não terem qualificações suficientes para tanto. Ou seja, para o GGA, os técnicos agrícolas – formados, a nível de segundo grau, pelo curso de tecnologia agrícola – são os que menos lhes causariam problemas de relacionamento.

Além dessas observações, a fala do supervisor do GGA também revela que existem outras relações internas no Itesp, como as dadas entre os técnicos do GGA e os agrônomos extensionistas, que situam-se em um patamar de maior conflituosidade. De acordo com nossa análise há aqui uma

sobreposição de uma ciência sobre a outra. De um lado os engenheiros florestais e agrícolas acusam os agrônomos de serem simpáticos ao modelo convencional de agricultura. Do outro, os agrônomos, que entendem que os técnicos do GGA não estão preocupados com o mercado agrícola, e tampouco com os ganhos dos agricultores

Para o coordenador do GGA:

“Mercado se conquista se você tem produtos de boa qualidade. Veja o exemplo dos orgânicos. Não adianta... O mundo está mudando... e o Pontal também. O que eles querem? Continuar o modelo de devastação ? Será que os agricultores não querem algo de novo? Se não mexermos com a consciência deles, o Pontal vai continuar como um eterno latifúndio” (21/07/2001).

Na continuação, sobre a capacitação dos extensionistas:

“Como viabilizar um programa ambiental com agrônomos? Ainda por cima formados em Viçosa, Piracicaba, Pinhal...? Precisávamos capacitá-los. Eles não se sentiam a vontade para trabalhar com a questão ambiental” (21/07/2001).

Para os agrônomos do escritório regional do Itesp de Mirante do Paranapanema:

“O trabalho só aumenta aqui para nós. Eles pouco conhecem a realidade dura aqui do Pontal; chegam e vão determinando assim e assim... não é bem assim. Tem muito mais coisas envolvidas do que o meio ambiente. O agricultor vem aqui e não vai lá falar de suas dificuldades. Sobra prá gente” 16/08/2002).

Durante esta entrevista, um técnico agrícola presente reforçava o que o agrônomo nos relatava, com certa dose de ironia:

“O trabalho aumentou porque foi mais um programa para a gente gerir. Ninguém ficou exclusivo para o Programa e nem recebeu nada a mais por isso, mas trabalho veio em dobro, graças a Deus” (16/08/2002).

Se naquele momento o técnico agrícola reagira endossando a fala dos engenheiros agrônomos, posteriormente, durante visita ao Assentamento Santa Carmem acompanhado por este técnico, pude colher algumas informações extras, como queixas sobre as dificuldades de relacionamento com os agrônomos no dia-a-dia, por exemplo. Na visão deste técnico, os agrônomos agem como se fossem seus superiores, o que não ocorreria com os técnicos do GGA. Concluímos que isso se dá, em certa medida, pelo grau de intimidade criado e pela informalidade presente no cotidiano do trabalho conjunto que desenvolve com os agrônomos, o que não acontece com os técnicos do GGA dado que as suas visitas são ocasionais e de caráter formal.

Por último, observamos que se os agrônomos procuravam localizar suas disputas na esfera do conhecimento científico, os técnicos extensionistas situavam-nas no aumento do sobretrabalho e nas perdas salariais. Aliás, devemos salientar que entre os funcionários do Itesp que participaram desta pesquisa a insatisfação profissional é evidente; do comando do GGA ao mais novo técnico agrícola. Durante as entrevistas ouvimos muitas histórias a respeito das perdas de antigas conquistas que eles vêm sofrendo nos últimos anos, que, segundo alguns funcionários, acentuaram-se dramaticamente após a criação da Fundação Itesp. Assuntos presentes durante todas as nossas visitas aos locais foram desde a perda dos vales-refeição até o considerável aumento da carga de trabalho sem aumento de salário.

Ainda focado nas dicotomias existentes nas relações internas, talvez o maior caso , além daquele da entrega das mudas, que podemos ilustrar é referente as ocorrências verificadas no momento em que se concretizaria o primeiro plantio das mudas do Pontal Verde. Primeiramente, destacamos a

ingerência do Itesp na condução da parceria existente junto à Codasp. O trabalho motomecânico que deveria realizar-se em dezembro de 1998 só foi realizado em fevereiro de 1999, o que atrasou consideravelmente o plantio. Como mencionado anteriormente, existiu também o problema com o viveiro coletivo, e as mudas acabaram servindo de álibi para o Itesp junto aos agricultores pelo atraso no plantio.

Neste momento, alguns agrônomos levantaram questionamentos sobre as impossibilidades de efetuar-se o plantio fora da “*época das águas*”, que, segundo seus conhecimentos peritos, deveria ocorrer entre os meses de novembro e janeiro. Já para os técnicos do GGA, se o mês de fevereiro for chuvoso pode-se plantar sem problemas. Não é nosso objetivo aqui discorrer sobre tais tecnologias, mas sim observar como um discurso técnico sobrepõe-se a outro, e como este reage frente a essa disputa.

A análise de um dos agrônomos do escritório local sobre este episódio era a de que:

“Foi uma loucura, um atropelamento. Com chuva seria outra coisa. Além da terra ficar melhor para se trabalhar, as mudas ficam melhores. As formigas só atacam quando não tem chuva” (16/08/2002).

A análise do supervisor do GGA foi diferente:

“O que chamam de período das águas é um ciclo que tem muitas variações. Pode chover pouco em novembro e muito em fevereiro, depende de vários fatores. O que faríamos? A terra só ficou pronta em fevereiro e as mudas compramos fora para não perder o serviço. A gente estava maluco aqui, controlando isso e aquilo... de repente... um motim de agrônomos... só me faltava essa. Os agrônomos se amotinaram. Não era época de plantar e isso e aquilo... Liguei para o Paulão [Paulo Araújo, coordenador do Programa] e ele me deu carta branca. Choveu bastante em fevereiro e não tivemos muitos problemas no plantio no Santa Carmem” (17/08/2002).

3.9. Os estudos de caso

Realizadas as alterações iniciais, serenados os ânimos mais exaltados, legalizadas as áreas junto ao Deprn, preparado o solo pela Codasp e compradas as mudas em um viveiro particular, o Programa Pontal Verde definitivamente saiu do papel e foi para a terra, em 1999. A partir deste ponto do nosso trabalho, procuraremos analisar o início do Programa pelas três áreas que foram dispostas para a recuperação ambiental. Nossa proposta é a de fazer uma análise seqüencial.

3.9.1. Área 1

A área 1, com dois hectares de medida, foi inicialmente compartilhada entre os agricultores dos lotes nº 08 e 10, vizinhos de assentamento. Para estes, a área teve uma significativa representatividade, já que possuem cada um 18 hectares de uma terra considerada de baixa fertilidade, e, desta maneira, visavam abarcar um aumento no conjunto de sua produção agrícola. A estratégia desses agricultores, depois de algumas discussões, levou-os a planejarem o plantio das mudas em consórcio com a lavoura de feijão. Porém, eles conseguiram plantar as mudas apenas no final de março e, passando a reconsiderar suas estratégias, optaram por plantar mandioca, *“por causa das águas”*. Entenderam que o atraso no preparo do solo e na entrega das mudas não prejudicou o plantio das mudas. *“Ainda é cedo para o feijão da seca”* relataria a seguir, demonstrando que se não houve prejuízo para as mudas, o mesmo não se pode dizer sobre os seus planos.

No desenrolar daquele semestre, durante a condução das atividades relacionadas à produção, os agricultores se desentenderam quanto à divisão dessas atividades. O agricultor do lote 08, que contava com a ajuda de um

filho na realização do trabalho, passou a questionar o agricultor do lote 10, que era sozinho, se a produção não deveria ser dividida em três partes iguais, e não mais em duas como outrora combinado. *“Nas mudas a gente trabalhou certo, mas no adubo só eu e meu filho puxamos”*, relatava na entrevista o agricultor do lote 08, procurando justificar a sua atitude. O agricultor do lote 10 não concordou com essa proposta, e assim instalou-se um conflito, com acusações de ambas as partes. Na realização da etapa exploratória desta pesquisa estes agricultores estavam rompidos, ocasionalmente encontrando-se na área *“para fiscalizar a roça”*.

Buscando auxílio para manter-se o antigo trato, o agricultor do lote 10, primeiramente, queixou-se ao técnico agrícola que lhe dava assistência, que prometera levar sua reclamação para os coordenadores do Programa. Como, em seu entendimento, não houve resposta, dirigiu-se ao escritório local do Itesp em Mirante do Paranapanema para queixar-se pessoalmente. Os funcionários do escritório não sabiam qual medida poderia ser tomada, e o supervisor do GGA (localizado no escritório de Presidente Prudente), não tomou nenhuma atitude. Na realização desta pesquisa, quando perguntado sobre os mecanismos de interferência do Programa neste tipo de problema deu uma resposta que foi coerente com os acontecimentos:

“Apesar da autorização ser concedida coletivamente, eles resolvem tudo individualmente. Não temos como interferir. O que é combinado entre eles é resolvido por eles” (21/07/2001).

Ao se aproximar a colheita da mandioca, na antevisão de um problema maior, o agricultor do lote 10 concordou em dividir a produção em três partes, segundo ele para *“parar com a briga”*, Criou-se assim uma espécie de pacto para a colheita.

Realizada a colheita, e dividida em três partes iguais, os agricultores acertaram um encontro para definir os planos e as estratégias para o próximo plantio, que, no caso, seria o de feijão. Entretanto, os conflitos pela divisão da produção deixaram seus resultados e semanas depois da colheita os agricultores ainda não haviam se encontrado. Diante disso rompia-se simbolicamente o pacto de trabalho entre esses agricultores. A partir daí, e aproveitando-se da maior proximidade com a área, o agricultor do lote 08 iniciou, junto com seu filho, o preparo do solo para o cultivo do feijão e não foi sequer questionado pelo outro agricultor.

É importante ressaltar que na fase exploratória desta pesquisa não foi possível o contato com o agricultor do lote 10, quando tivemos a oportunidade de realizar conversas informais apenas com o agricultor do lote 08, bem como com toda a sua família. Em uma segunda visita ao Assentamento Santa Carmem, durante o aprofundamento no conhecimento do objeto, foi-nos oportunizado conhecer este agricultor, não sendo, porém, possível realizar uma entrevista naquela ocasião. Isto fora ocorrer apenas na fase final desta pesquisa, quando o agricultor nos recebeu com um pouco mais de tempo disponível.

Aproveitando-se do momento para, também, nos mostrar uma área que recebera recentemente *“para tocar sozinho”*, o agricultor demonstrava não ter sentido o fim da parceria que manteve inicialmente com o agricultor do lote 08. No seu entender, tornou-se muito difícil administrar o seu lote e mais *“os problemas”* daquela área. Para ele, naquela época:

“O que deu [na produção de mandioca] foi muito pouco. Além da seca, deu formigas. Não compensou. Para fazer sozinho até que vale a pena, mas ficar passando nervoso por causa disso...” (13/08/2002).

Quanto ao agricultor do lote 08, a partir do fim da parceria a sua trajetória foi muito ilustrativa para analisarmos os desencontros do Pontal Verde. Alguns meses depois ele notou que as mudas estavam sendo atacadas por formigas e, diante disso, solicitou formicida para o manejo. Não foi atendido. Então comprou e utilizou formicida com recursos próprios. Destaca-se, neste ponto, que o agricultor passara a investir capital no Pontal Verde. Aliás, devemos mencionar que no final de 1999 este agricultor teve que saldar algumas dívidas e ficou descapitalizado.

Como chegava a época de plantio, este agricultor fez outra solicitação ao Itesp, desta vez pedindo um novo preparo da área. Não foi atendido: “*Não tínhamos gasolina, o que dirá mirex [formicida]*”, relataria um agrônomo do escritório local. Porém, a melhor resposta dada ao agricultor veio da coordenação do GGA: “*Está prevista uma revisão quando o Programa completar um ano. Vamos refazer algumas áreas*” (07/12/2001). O agricultor, descapitalizado e desassistido, não plantou nada naquele momento.

Com a estação das chuvas, como não poderia ser de outra forma, o mato cresceu significativamente no local formando uma espécie de capoeira, o que para os princípios agroecológicos do Programa era muito interessante. Três meses depois, este agricultor solicitou novamente ao Itesp que lhe ajudasse a limpar a área. Contudo, novamente, recebeu resposta negativa da agência, desta vez por que esta área tornara-se uma “*mata enriquecida ou capoeira mista*” (Itesp, 1998:34), e, conseqüentemente, o Deprn não autorizaria o serviço. A partir daí, o agricultor resignado passou apenas a

contemplar o crescimento das espécies por ele plantadas, e pela natureza enriquecida.

Algumas semanas depois o Itesp comemorava um ano do início do Programa, e foram programadas visitas de alguns representantes das diretorias executiva e de infra-estrutura e da gerência de meio-ambiente às áreas de recuperação. Segundo o agricultor, durante a visita ele reclamou do procedimento do Itesp na parceria, informando-lhes que fora tratado com certo desinteresse após a realização do plantio das mudas e, também, dos prejuízos que lhe foram causados. *“Depois de discursarem bastante”*, convidaram-lhe para uma outra parceria, em uma nova área. Desta vez, segundo os representantes do Itesp, *“com todo o apoio logístico do órgão, já que ele era um bom parceiro do Programa”*. Resolvida a parte burocrática, o agricultor recebeu tal área, também de dois hectares, *“destinada à recuperação ambiental e à melhoria da renda do agricultor”* (Itesp, 1998: 26).

Contudo, mesmo acreditando no Programa, o agricultor passou a desconfiar da parceria. Ele aguardou os serviços técnicos serem realizados pela Codasp e, quando concluídos, imediatamente cultivou a nova área com feijão e milho. Quando recebeu as mudas, o adubo e o formicida, contatou o Itesp informando que, temendo pelo atraso no recebimento do material, *“para não perder o serviço”* efetuara o plantio de algumas culturas, tendo, então, que *“esperar um pouco para plantar”*, relatava o agricultor. Quando colheu o milho e o feijão, efetuou o plantio de algumas mudas *“para enganar os técnicos”*, e novamente trabalhou a terra, desta vez apenas com feijão. Deste modo, sucessivamente, durante a realização desta pesquisa verificamos que o agricultor estava indo para a quarta safra de feijão, e não pretendia recuperar

aquela área “*tão cedo*”, mesmo sabendo que trata-se de uma área de RFL, pública a princípio.

Diante desse curioso caso, e dessa ilegal situação, a posição do Itesp foi um tanto quanto contraditória. Por um lado o GGA alega que trata-se de uma parceria e que “*a partir do momento que a parceria é feita, a área é deles, não legalmente, mas na prática*”. O supervisor do GGA informava que não dispunha de ferramentas de controle e que nada podia fazer para evitar este tipo de situação. “*Pre vemos a menor interferência possível e com isso damos maior liberdade ao agricultor*”, respondia eximindo-se de sua responsabilidade pública. Contudo, quando indagado sobre os resultados ambientais do Programa, especificamente sobre o aumento do número de cessões de novas áreas para recuperação e a diminuição dos índices de perda de solo na região, respondeu que “*o Programa está apresentando resultados acima dos esperados*”. E o agricultor complementarria: “*a qualquer custo*”.

3.9.2. Área 2

O que chamaremos de área 2 foi considerado pelo GGA como “*uma das melhores áreas*” do Pontal Verde. Não por acaso, pois desde a sua cessão formou-se ali uma parceria quase desprovida de conflitos. A cooperação que se formatou entre os agricultores, vizinhos, dos lotes 28 e 29 foi considerada exemplar também “*porque ambos são de temperamento calmo, não ameaçando muito o escritório*”, relatava o supervisor do Pontal Verde. Mesmo assim, com todas essas positivities, a parceria não completou um ano. Neste caso, o problema não foi de divergências entre os agricultores, mas sim porque o agricultor do lote 28 recebeu uma outra área

para cultivo. Desta forma, acordaram que cada um ficaria com a área mais próxima de seus lotes.

O agricultor do lote 29 possui quatro filhos com idade entre 12 e 22 anos. Essa *força de trabalho* (grifo meu) foi considerada fundamental no plantio das mudas, ficando, atualmente, quase que inteiramente sob seus cuidados a manutenção da área 2, liberando o agricultor chefe da família para outras atividades ligadas à produção e comercialização. Já o agricultor do lote 28 possui um filho de 14 anos de idade que estuda na cidade e, portanto, não pode lhe ajudar durante todo o dia. Outro ponto de interesse são as distâncias da área 2 aos respectivos lotes 28 e 29. O agricultor do lote 29 distava 200 metros da referida área, ao passo que o agricultor do lote 28 caminhava cerca de 1.300 metros até chegar ao local de trabalho.

Destacam-se as informações apresentados acima como forma de construirmos um contraponto à idéia de que a parceria terminou apenas pelo recebimento de outra área pelo agricultor 28. Este agricultor estava diante de uma situação que lhe era desfavorável, pois, no início da parceria, o processo de plantio das mudas lhe tomara muito tempo, e a manutenção continuava a fazer o mesmo e, conforme já mencionado, ele não contava com a possibilidade de ajuda de seu filho. A partir desses dados é importante mencionar que o agricultor do lote 28, uma vez plantadas as mudas, compareceu com muito menos frequência na área 2 do que a família do agricultor do lote 29.

Isso criou dificuldades subjetivas para o agricultor do lote 28, pois “o *porco engorda com o olho do dono*” e o distanciamento, sobretudo tratando-se de cooperação entre vizinhos, funciona como um elemento desagregador no

meio rural. Mesmo não tendo havido cobranças da parte do agricultor 29, durante a segunda semeadura na área o agricultor do lote 28 não compareceu em dias considerados fundamentais para o plantio, evidenciando uma certa insatisfação com a situação que, infelizmente, esta pesquisa não conseguiu captar em palavras.

É certo que, neste momento, o agricultor do lote 28 já esperava a liberação de uma outra área para o Pontal Verde, bem mais próxima ao seu lote. Quando saiu a liberação ele comunicou ao outro agricultor a sua decisão. Não obstante, fora realizada a divisão meio-a-meio da produção, que, naquele momento, fora de feijão. A partir daí, a área 2 ficou sob a tutela única do agricultor do lote 29, bem como de seus familiares. Diversas culturas foram plantadas em consórcio com as mudas: feijão, mandioca, milho e urucum.

Em nossa última visita ao Assentamento, essa área, originalmente de 2 hectares, estava ampliada para 4 hectares. Segundo a coordenação do Programa, *“a área original receberá agora mudas de um novo tipo de café desenvolvido para produzir na sombra... é mais um passo para fechar a área”*. Ou seja, concluímos que a visão do GGA é a de que após as árvores atingirem um determinado tamanho, o agricultor passa a ser considerado como uma ameaça para a evolução dessa área, recebendo, então, uma outra área para continuar parceiro do Programa. Diante de tal fato, colocamos em dúvida se o Pontal Verde pretendia realmente a internalização das questões ambientais por parte do agricultor, bem como a melhoria das suas condições sócio-econômicas ou se apenas estavam necessitando de ajudantes de campo para a recomposição de uma área devastada ambientalmente.

Podemos exemplificar as dificuldades de se recompor uma determinada área verificando os acontecimentos ocorridos a partir do fim da parceria entre os referidos agricultores. Quanto ao agricultor do lote 29, verificamos que as suas áreas evoluíram nos moldes propostos pelo GGA. Entretanto, a nova área recebida pelo agricultor do lote 28 (o mesmo agricultor que havia montado o viveiro coletivo que nunca funcionou) nos é paradigmática. Este agricultor, alguns dias depois de receber a área, as mudas e o preparo do solo da Codasp, decidiu que não plantaria as mudas naquele momento, alegando estar sozinho para a realização do trabalho. Contudo plantou milho na área, neste mesmo período. *“A terra estava pronta e era só jogar o milho... as mudas não”* relatou, aludindo ao maior trabalho para o plantio das mudas, experiência que já tivera há um ano.

Colhido o milho, este agricultor comunicou ao Itesp local que decidira fazer uma horta para seu sustento em parte desta área, e propôs ao órgão, aproveitando-se do momento, a criação uma horta comunitária naquele local. Ele abriria mão da concessão da área desde que o Itesp lhe concedesse algum tipo de incentivo. A resposta foi negativa e mesmo assim este agricultor plantou ½ hectare de sua área com produtos da oleicultura: alface, rúcula, almeirão, couve e acelga, entre outros. Na primeira safra, carregou seu carro com os produtos e levou-os até a cidade de Cuiabá Paulista e vendeu sua produção de porta em porta. Como a receptividade aos seus produtos fora muito boa resolveu investir na idéia e, atualmente, cultiva 1,5 hectares da área de reserva com uma produtiva e bem cuidada horta. Toda semana o agricultor se desloca até aquele município para comercializar sua produção, auferindo assim um incremento à sua renda.

Sobre este caso, novamente a fala do GGA é acerca das impossibilidades de interferências no local. Contudo, os técnicos reconhecem a ilegalidade da situação ao admitirem que o agricultor se apropria privadamente de um bem público e, através dele, promove a ampliação da sua fonte de renda. *“Bem ou mal, está muito melhor do que estava, não está? A renda dele não está melhor? Cuidar do meio ambiente também é isso...”* afirmava, e ao mesmo tempo questionava, o supervisor de campo do Programa. O agricultor sabe que essa situação é ilegal, *“como muitas outras”* que já passou e que ainda passa. Ou como *“quando o gado do vizinho entra na área. Cadê as cercas?”* Ou ainda: *“Eles não dão o mirex que prometeram...”*, referindo-se à precariedade dos incentivos materiais. Informado sobre o outro destino da verba prevista para a construção de cercas ele conclui: *“quase tudo aqui é ilegal”*, o que, de certa maneira, não discordamos.

3.9.3. Área 3

Chamaremos de área 3 a área onde não foi efetuada nenhuma parceria. Ela foi formada unicamente pelo agricultor do lote 09. Polêmico, este agricultor foi o primeiro, e único, presidente da natimorta Associação de Agricultores do Santa Carmem, sendo conhecedor dos meandros e dos detalhes das negociações, bem como das intimidades acerca dos relacionamentos internos ao Assentamento. Ele foi fundamental no entendimento das relações que se dão entre o Itesp e os agricultores e, falador, não economizou críticas ao Programa, ao Itesp, aos vizinhos, aos membros do GGA, e até mesmo à nossa pesquisa, quando de sua crítica *“ao*

monte de estudantes que vem aqui, pegam tudo que podem e nunca mais aparecem para contar nada". Nesse ponto, obtive o nosso compromisso de que, uma vez terminada a pesquisa, voltaríamos a nos encontrar.

A história do relacionamento deste agricultor com o Itesp, especificamente no caso do Pontal Verde, demonstra como a racionalidade dos agricultores nem sempre está em sintonia com os planejamentos dos extensionistas. Já na primeira reunião ele que fez questionamentos importantes, como por exemplo sobre a divisão da safra entre os agricultores participantes, ou ainda sobre a confiabilidade dos serviços da Codasp. "O *Mineirão* (apelido do agricultor) *fala muito. Ele quer saber mais que todo mundo. [...] ...às vezes está tudo certo, tudo acordado e aí vem o Mineirão...*", informava o coordenador do Pontal Verde.

Dada essa situação e temendo por problemas futuros de relacionamento, acordou-se, já na primeira reunião, que a ele caberia uma área exclusiva. Observando o mapa do Santa Carmem, percebemos que se a lógica na distribuição fosse seguida segundo os parcos critérios eleitos pelo GGA, este agricultor seria parceiro do agricultor do lote 08. Isso não ocorreu, conforme acima descrito, o que vem a corroborar com a nossa hipótese que os planos do GGA começaram a serem alterados por problemas não previstos.

No início ele já questionara os serviços a serem realizados pela Codasp do ponto de vista da declividade da área, segundo ele "*muito próxima da água*". No seu entendimento, nesta área não poderia ser passado máquina porque a mesma contribuiria para compactar o solo. Quando houve a resolução do problema entre o Itesp e a Codasp, e os serviços foram

autorizados, a sua área já se encontrava totalmente pronta. A explicação é que *“os serviços estavam atrasados e fiz um adianto”*, referindo-se ao trabalho que realizou, sozinho, com arado de tração animal. Entretanto este agricultor tinha uma outra orientação e, a partir daí, se aproveitou das dificuldades burocráticas para por em prática as suas estratégias.

No recebimento das mudas o agricultor passou a criticar o GGA quanto ao espaçamento para o plantio, achando muito pequena a distância entre as ruas onde realizaria o plantio de outras culturas, o tal consorciamento. Entretanto, mesmo diante dessas questões, ele preferiu realizar o plantio nos moldes agroecológicos propostos pelo GGA, afinal já existia um certo “clima” ruim na atmosfera que envolvia esta agricultor e o Itesp, herdado de outros momentos.

Como chovera após o plantio, naturalmente houve o ataque de formigas às mudas. Diante da negativa do órgão em fornecer-lha mais formicida ele passou a comprá-lo quando de suas raras idas à Mirante do Paranapanema.

“Já formei muita fazenda de meia [como meeiro] por aí e sempre que precisava de veneno a sede dava... para acabar com as formigas. Eles [o Itesp] não dão veneno prá gente..[sic], a gente tem que comprar. Deram um saquinho [50 gramas] de mirex [suficiente para 100 metros quadrados, segundo o fabricante]. Eu acho que órgão tá errado... Eu reclamei, eu queixei... sempre que eles vêm aqui eu falo... mas não adianta. Eles querem formar isso aqui na marra.” 13/08/2002).

Mesmo com várias queixas, entretanto, o agricultor reconheceu que a área ofertada pelo Itesp ajudou a ampliar a sua renda. Em nossa primeira visita ao campo ele já indicava *“que deu para colher mandioca num preço bom”*, referindo-se à boa safra que tivera e, também, o mercado que

encontrou à época. Posterior à esta colheita, no semestre seguinte, ele cultivou a terra com uma parcela de feijão e outra de milho.

Um ano depois, fora chamado pelo Itesp local para um encontro com alguns membros do GGA. Neste encontro foi-lhe oferecido mais dois hectares de área, que seriam concedidos mediante o compromisso do agricultor em cultivar a primeira área com urucum¹⁰. Nesta reunião, o agricultor teve, também, espaço para expor suas dificuldades na parceria, principalmente ao demonstrar os estragos causados por formigas. Os membros do GGA também aproveitaram para expor as suas dificuldades, mais baseadas nos arranjos logísticos nem sempre pontuais como, por exemplo, a falta de formicida ou, quando há, a falta de combustível para levá-lo. O argumento final era o de que *“as pessoas precisam aprender a trabalhar com o Estado”*, que na intimidade da conversa se revelaria pela seguinte oração: *“não nos esqueçamos que as terras destinada ao Pontal Verde são áreas públicas”*.

Houve acordo. O agricultor se comprometera a plantar urucum, porém informou que o faria apenas depois que a Codasp preparasse a outra área. Durante entrevista o agricultor disse que não podia confiar no Itesp, pois em outros momentos (sem detalhar qual) o órgão já havia o deixado na mão. *“A gente é do interior mais não é besta”*, relatava referindo-se à sua relação com o Itesp. Também nessas conversas o agricultor relatou que recebeu as sementes de urucum já durante a referida reunião, porém os outros insumos *“eles disseram que chegaria logo”*. Além do preparo da terra, o agricultor *“peitou”* o Itesp para a chegada das mudas, do adubo e do formicida, pois

¹⁰Neste ponto é interessante mencionar que o urucum é uma cultura que a primeira safra ocorre somente após três anos, o que seria tempo suficiente para a mata rasteira se recompor conforme o planejado pelo GGA.

temia efetuar o plantio de urucum e, da outra parte, que o órgão não cumprisse com as suas obrigações outrora acordadas.

O serviço da Codasp fora realizado rapidamente. Entretanto, quando os produtos chegaram, ele conferiu que não havia sido entregue o formicida e imediatamente queixou-se ao técnico. Este informou que *“o formicida estava chegando”* e tão logo estivesse em Mirante o mesmo levaria até o seu lote. Neste momento o agricultor decidiu que não poderia plantar as mudas sem formicida e, também, não poderia plantar urucum na área mais antiga se a nova área estivesse apenas parcialmente pronta. Decidiu aguardar uma semana e, mesmo assim, o formicida não chegou.

A partir daí o agricultor determinou que não mais contaria com o Itesp (neste ponto é importante salientar que o agricultor não distingue claramente o papel do GGA dentro do Itesp) e passaria a conduzir a sua produção conforme a sua orientação. *“Eles podem ser engenheiros mas não entendem... ele vai no papel e a gente vai na prática”* (13/08/2002), relataria posteriormente em alusão à nova estratégia.

Essa estratégia traduziu-se no cultivo de feijão na área antiga, *“por ser mais perto da água”*, e milho na área nova, obtendo, principalmente com o milho, uma safra muito boa. Perguntado como o técnico agrícola viu, à época, esta situação, ele foi taxativo: *“O técnico ajuda a gente... o que se aprende não se perde”*. Informou ainda sobre o técnico atual que lhe assiste: *“é o quarto técnico em três anos e quase não aparece aqui.”*. Este ponto é de extrema relevância para o entendimento das relações locais. Os técnicos agrícolas do Itesp são transferidos para outras regiões com certa frequência,

o que, em nossa análise, dificulta muito a construção de um fator fundamental na implantação de qualquer projeto de desenvolvimento: a confiança¹¹.

Finalmente, 45 dias depois, o formicida chegou. Naquele momento, como mencionado, o agricultor já havia cultivado a nova área com milho. Porém, mesmo ante ao atraso na entrega do veneno, dado o seu “espírito trabalhador”, começou a efetuar o plantio das mudas imediatamente. Na área mais antiga, depois que colheu o feijão (2 meses depois) plantou o urucum e, praticamente, “*esqueceu dessa área*”.

Contudo, no plantio da área nova, o agricultor não seguiu as orientações do GGA (e este ponto muito nos interessa). As recomendações do Pontal Verde eram que as áreas deveriam ser formadas em 9 ruas separadas por uma distância de 3 metros cada, que seriam os locais destinados ao consorciamento de outras culturas. Para usar o termo técnico legal: ruas de 9 x 3. Entretanto o agricultor alterou essa relação, e conseqüentemente o planejamento, ao distribuir o terreno na formação 7 x 5.

Segundo o agricultor, “... *no 9 x 3 depois de um tempo não dá para entrar trator, nem animal, nem gente...*” (13/08/2002). Essa transcrição de parte da entrevista nos remete à teoria da estruturação (Giddens, 1989) pois a orientação com que o agricultor aborda o assunto não é a mesma proposta pelo modelo agroecológico do Pontal Verde. Para o GGA é interessante que, passado alguns anos, a mata de capoeira rasteira cresça e feche a área totalmente, tornando-se enriquecida. Já para o agricultor, principalmente

¹¹ Segundo o GGA, cada técnico tem sua forma de abordagem. Pude comprovar isto em minhas visitas ao Santa Carmem junto com dois deles. O primeiro tinha uma linguagem muito próxima do agricultor, ouvia-o com atenção e depois colocava seus argumentos. Já o segundo tinha uma abordagem diferente: tratava o agricultor como um incapaz, trocou-lhe o nome por algumas vezes e no fim, quando estávamos a sós, relatou que sentia-se um pouco frustrado

devido aos desarranjos burocráticos e à falta de confiança no Itesp, a área deveria continuar em seu poder após estes anos, sendo possível *“fazer mais roça. Senão como fica? A gente de empregado deles e eles gastando dinheiro para formar mato?”* (13/08/2002).

Desta maneira, com todas estas resistências e transformações, o Pontal Verde está rumando para o seu quinto ano de trabalho. Notadamente, os primeiros dois anos foram de entendimento para os próprios funcionários do Itesp, e, quando foi para a terra, passou a ser objeto de mudanças e controvérsias, como visto nos estudos de caso anteriormente citados.

ao ter que *“lidar com esse pessoal”*. Seu desejo era o de terminar o curso de graduação que fazia a fim de posicionar-se melhor na hierarquia de trabalho do Itesp.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a apresentação dos casos, com evidências empíricas coletadas ao longo das atividades de campo, conclui-se que a hipótese, segundo a qual *não houve participação dos agricultores na formulação do Programa Pontal Verde, o que ocasionou um limitado conhecimento das características e necessidades do público alvo do Programa* foi corroborada. Também confirmou-se que, *por causa disto, ocorreram alguns ajustes e mudanças significativas no Programa, quando este passou a ser implementado, visando atender as demandas que não coincidiam com as expectativas do Itesp.*

Esta pesquisa constatou que *o Programa desenvolve-se mais pelo empenho de determinados funcionários do Itesp do que pelo entendimento mútuo da rede de atores sociais envolvidos com o programa. Para alguns funcionários, o Programa representa a realização de uma proposta agroecológica, o que não é necessariamente compartilhado pelo restante dos funcionários do Itesp*. Principalmente a partir desta última hipótese corroborada podemos refletir sobre uma série de situações presentes no

Programa Pontal Verde, bem como refletir sobre os seus desdobramentos atuais.

Os caminhos trilhados pelo Programa nos revelaram o descaso com que a questão ambiental ainda é tratada pelos órgãos governamentais que deveriam promover a sua pauta. No caso, a parceria entre o Itesp e a SEMA revelou-se potencialmente incapaz de traduzir para a prática todas as boas intenções de alguns de seus funcionários. Pareceu-nos que a questão ambiental não está amadurecida na consciência dos gestores públicos. A parcela política dos órgãos estatais suplantam com eficiência qualquer medida que vá contra a sua intenção. Não poderíamos deixar de mencionar que durante a realização deste trabalho, nas proximidades das eleições gerais de 2002, a diretoria do Itesp foi totalmente substituída, via arranjos meramente políticos. Conseqüentemente, houve rodízio na coordenação do GGA, o que nos resultou algumas dificuldades extras. Entretanto, nada que pudesse solapar as intenções do pesquisador.

Da mesma forma, é imperativo ressaltarmos os desdobramentos do Pontal Verde. A partir de 2001, o Itesp firmou uma interessante parceria com a Duke Energy Geração Paranapanema, subsidiária privada de energia elétrica que comprou concessões da CESP durante a sua privatização. Este convênio, da ordem de U\$ 1.200.000, desencadeou uma nova fase do Programa, agora com uma logística mais flexível e uma estrutura bem mais aparelhada. Entretanto, as ações deste “novo” Pontal Verde estão focadas nos assentamentos rurais que estão próximos ao rio Paranapanema, o que tem gerado críticas de agricultores que participam do Programa mas estão longe da margem do rio. Segundo estes agricultores, os assentamentos próximos à

margem do rio estão recebendo todo o amparo do Itesp, ao passo que os distantes estão em estado de abandono. De acordo com a nossa pesquisa, esta situação reflete o interesse da Duke Energy em preservar as suas turbinas da quantidade de terras que descem rio abaixo, contrário ao propalado entendimento da questão ambiental.

Não deixamos de concordar que, principalmente a partir da redemocratização do país, as políticas públicas para a região tomaram um significativo impulso. Entretanto, quando lembramos das ações destrutivas impetradas às reservas do Pontal, via a perversa associação entre capital e poder político, percebemos que pouco mudou do ponto de vista cultural. A nossa conclusão aponta no sentido da continuidade deste associativismo nefasto, que reflete-se também na mão-de-obra utilizada no Pontal. Em certa medida, os agricultores assentados participantes do Pontal Verde não estão passando apenas de ajudantes de campo.

Reconhecemos aqui a importância de alguns funcionários do Itesp, principalmente os membros do GGA, na condução de algumas políticas públicas de caráter ambiental. Porém, seu poder de barganha está muito aquém das poderosas forças políticas que se camuflam pelos cantos do órgão, e que podem, de um momento para o outro, pôr a perder interessantes trabalhos de pesquisa e também ações efetivas que visem uma melhoria das condições sócioambientais. Insisto em louvar as ações do GGA, sem as quais as discussões ambientais atadas ao mundo rural estariam ainda mais informais do que estão atualmente.

Por outro lado, para o GGA, comprovou-se a necessidade deste grupo estar mais encaixado nas discussões que envolvem a racionalidade cultural.

Talvez pela distância ainda existente entre as disciplinas ligadas às ciências agrárias e aquelas vinculadas às ciências sociais, este grupo não tem avançado na percepção da lógica cognitiva que envolve os agricultores assentados da região do Pontal do Paranapanema. Isto tem dificultado sobremaneira o entendimento de questões de relativa facilidade, como no comentado caso do atraso na entrega das mudas, ou ainda nas discussões com os agricultores sobre as culturas a serem consorciadas. Ainda mais, este grupo tem se situado no limite entre o corpo extensionista técnico do Itesp, os extensionistas com terceiro grau e, por último, os agricultores. Isto, por vezes, tem acirrado os ânimos nas relações entre eles, o que, em certa medida, e segundo nossa análise, poderia estar sendo, senão evitado, pelo menos amortecido.

Nossa sugestão para a continuidade, e o sucesso, do Programa passa pela possibilidade da ampliação do entendimento mútuo da rede de atores que figuram no Pontal do Paranapanema. Compreendemos que o governo paulista poderá desempenhar um papel fundamental na união, e reunião, deste atores. Atualmente, o Itesp encontra-se parcialmente isolado das discussões ambientais mais amplas devido ao engessamento causado pela burocracia excessiva e pelo desinteresse “dos gabinetes”.

Finalizando, o que analisamos no Pontal pode ser entendido sob dois aspectos. O primeiro é o da manutenção de um lastimável descaso do poder público com a região. Basta lembrarmos dos acampamentos do MST espalhados pelos acostamentos das rodovias da região, das visíveis milícias protegendo entradas de fazendas e dos desmandos do poder público para a região, traduzidas em algumas ações do próprio Itesp. O segundo aspecto é o

das positivities. É o da observação que fizemos focando um Pontal diferente, sem fome, com educação básica garantida, com o governo perfurando poços de até 90 metros para nenhuma comunidade ficar desabastecida. Do ponto de vista ambiental, um Pontal que começa a surgir preocupado com o desaparecimento da fertilidade da terra e do mico-leão-da-cara-preta. Um Pontal que se quer mais verde, e não porque o querem mais verde. Um Pontal que se reinventa na simplicidade do caipira dançando o jongo ou a catira. Um Pontal entregue a uma população que descobriu formas de elaborar políticas públicas independente dos poderosos políticos ou coronéis, ou das duas entidades na mesma pessoa. Enfim, um Pontal subpolítico, no mais puro sentido de Ulrich Beck, com ações determinadas por atores locais, independente de ideologias político-partidárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, M. J. C. P. (1990) O Desenvolvimento da Atividade Agrícola e o Meio Ambiente no Brasil. *in: Revista Reforma Agrária*, pp. 13-22, Campinas: ABRA-ICEA, abril-dezembro.
- Almeida, R. A. (1993) *A conquista da terra pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pontal do Paranapanema: as ocupações das fazendas São Bento e Santa Clara*. Presidente Prudente. (Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp, campus de Presidente Prudente).
- Altieri, M. (1989) Agricultura tradicional. In: Altieri, M. (org.) *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA-FASE.
- Antônio, A. P. (1990) *Movimento social e organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo estado: os exemplos da Alta Sorocabana no período 1960-1990*. São Paulo. Tese (doutorado em Geografia), Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

- Barbosa, M. V. (1990) *A presença do estado num trecho da história: luta pela terra no Pontal do Paranapanema*. Itaguaí. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Agrícola), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- Bastos, E. R. (1984) *As ligas camponesas*. Petrópolis: Vozes.
- Beck, U. (1992) A Reinvenção da Política: Rumo a uma Teoria da modernização Reflexiva. *In: Beck, U. et alli, Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna*. São Paulo: Unesp.
- Bergamasco, S. M. P. P. (1992) Ontem e hoje, a difícil realidade dos assentamentos rurais. *In: Revista Reforma Agrária*. V.22, Campinas: ABRA.
- Bourdieu, P. (2001) Efeitos de Lugar. *In: A Miséria do Mundo*. cap. 2, pp. 159-214, Petrópolis: Vozes.
- Brose, M. (2001) O método ZOOOP para planejamento e gestão de projetos. *In: Brose, M. Metodologias Participativas*., pp. 177-184, Porto Alegre: Tomo Editorial.
- Cobra, A. N. (1923) *Em um recanto do sertão paulista*. São Paulo: Tipografia Hennyes.
- D'Incao, M. C. (1976) *O bóia fria: acumulação e miséria*. Petrópolis: Vozes.
- Diegues, A. C. S. (1994) *O mito moderno da natureza intocada*. SP:EdUSP.
- _____ (1989) *Populações tradicionais e conservação: a diversidade biológica e cultural*. SP: Esalq / NUPAUB / USP.
- Dossiê (1991) *Sem Terra do Pontal do Paranapanema*. São Paulo: MST.

- FAO / INCRA. (1995) Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável. *Resumo do Relatório Final do Projeto UTF / BRA / 036*. Segunda Versão, Brasília: INCRA.
- Fernandes, B. M. (1996) *MST – Formação e Territorialização*. São Paulo: Hucitec.
- Fundação Itesp (Fundação Instituto de Terras de São Paulo “José Gomes da Silva”) (1998) *Pontal Verde: Plano de Recuperação Ambiental nos Assentamentos do Pontal do Paranapanema*. nº 1, São Paulo: ITESP.
- _____ (2000) *Pontal Verde: Plano de Recuperação Ambiental nos Assentamentos do Pontal do Paranapanema*. nº 2, São Paulo: ITESP.
- George, S. (1978) *O Mercado da Fome – As Verdadeiras razões da fome no mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Giddens, A. (1989) *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Unesp.
- Goffman, E. (1983) *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. São Paulo: Cortez.
- Gomes, M. A. O. *et alli*. (2001) Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) como mitigador de impactos socioeconômicos negativos em empreendimentos agropecuários. In: Brose, M. *Metodologias Participativas*., pp.63-78, Porto Alegre: Tomo Editorial.
- Guanziroli, C. [org.] (2001) *Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Guivant, J. (1992) *Uso de agrotóxicos e os problemas de sua legitimação: um estudo de Sociologia Ambiental no município de Santo Amaro da Imperatriz*. Tese (doutorado em Sociologia). Departamento de

Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

_____ (1994) *Encontros e desencontros da sociologia rural com a sustentabilidade agrícola*. In: Boletim Informativo Bibliográfico, nº38, p. 51-78, Rio de Janeiro: BIB.

_____ (1994) A agricultura sustentável na perspectiva das Ciências Sociais. In: Scherer-Warren, I. et alli. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: Desafios para as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez / UFSC.

_____ (1997) *Heterogeneidade de Conhecimentos no Desenvolvimento Rural Sustentável*. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v.14, nº3, pp.411-447, Brasília:UnB.

IBGE. (1970, 1985, 1995/96) *Censo Agropecuário*. No site www.ibge.gov.br

Leff, E. (2000) *Ecologia, Capital e Cultura. Racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau: FURB.

Leite, J. F. (1998) *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. São Paulo: Hucitec / FundUnesp.

Long, N. (1988) *En búsqueda de un espacio para el cambio. Una perspectiva sobre la sociología del desarrollo*. Tempos de Ciencia – Revista de difusión científica, nº11, p.1-11, Guadalajara, México: Universidad de Guadalajara, abril-junho.

Long, N. & Villareal, M. (1994) Exploring development interfaces: from the transfer of knowledge to the transformation of meaning. In: Booth, D.

Rethinking social development: theory, research and practice. London: Longman.

Macedo.....

Machado, P. A. L. (1996) *Direito Ambiental Brasileiro.* São Paulo: Ed.Malheiros.

Martins, J. S. (1980) *Expropriação e violência: a questão política no campo.* São Paulo: Hucitec.

_____ (1989) *Caminhada no chão da noite.* São Paulo: Hucitec.

Medeiros, L. S. (1989) *História dos movimentos sociais no campo.* Rio de Janeiro: Fase.

Moscovici, S. (1974) *Sociedade contra Natureza.* SP: Cortez.

Navarro, Z. (2001) Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *In: Dossiê Desenvolvimento Sustentável. Revista de Estudos avançados da Universidade de São Paulo.* vol.15, nº43, p.83-101, São Paulo: IEA, setembro-dezembro.

Oliveira, A. U. (1995) As injustiças no Pontal do Paranapanema. *In: AGB Informa, nº 59.* São Paulo: Associação dos geógrafos Brasileiros.

Pretty, J. N. (1995) *Regeneration Agriculture.* Londres: Earthscan.

Pretty, J. N.& Hine, R. (2001) The Potention of Sustainable Agriculture to Feed the World. *In: Final Report from the SAFE-World.* London: Centre for Environment and Society - University of Essex.

Reijnties, C. *et alli.* (2000) Agricultura e Sustentabilidade. *In: Agricultura para o futuro. Uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos.* Rio de Janeiro: AS-PTA/ILEIA.

- Roese, M. (1998) A metodologia do estudo de caso. In: *Pesquisa social empírica: Métodos e técnicas*. Cadernos de Sociologia V.9, Porto Alegre: PPGS / UFRGS.
- SJDC (1995a) *Ações de Regularização Fundiária – DRF*. São Paulo: SJDC.
- _____ (1995b) *Histórico da situação fundiária no Pontal do Paranapanema*. São Paulo: SJDC.
- SEADE (1991) *Atlas da população do Estado de São Paulo*. São Paulo: Seade / USP.
- Silva, C. E. M. (2002) Análise Agroambiental de Imóveis para uma Reforma Agrária Sustentável. In: *Portal NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento*. www.nead.org.br, 23-29/09/2002.